

Bernardo Gomes Ribeiro

Dissertação de Mestrado

UFRJ
Março de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA

Do arranjo espacial da casa ao arranjo
espacial da cidade

Dissertação de Mestrado

Aluno: Bernardo Gomes Ribeiro

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar da Costa Gomes

UFRJ
Março de 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA

Do arranjo espacial da casa ao arranjo espacial da cidade

Dissertação para Exame de Qualificação

Aluno: Bernardo Gomes Ribeiro

Orientador: Prof. Dr. Paulo César da Costa Gomes

Professores arguidores:

Profa. Dra. Luciana da Silva Andrade

Profa. Dra. Iná Castro

Prof. Dr. Rodrigo Valverde

UFRJ
Março de 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CCMN – CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**DO ARRANJO ESPACIAL DA CASA AO ARRANJO ESPACIAL
DA CIDADE**

BERNARDO GOMES RIBEIRO

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO CESAR DA COSTA GOMES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Geografia

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

FICHA CATALOGRÁFICA

RIBEIRO, Bernardo Gomes

Título / Ribeiro Bernardo Gomes – Rio de Janeiro, UFRJ, 2010, 160p.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro / PPGG, 2010.

Bibliografia: 154-157

Assunto: 1 – “máquina de morar” e “loft”; 2 – espaço; 3 - arquitetura funcionalista moderna; 4 – cidade; 5 – modernidade e pós-modernidade

I – UFRJ / PPGG. II – Do arranjo espacial da casa ao arranjo espacial da cidade

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Paulo César da Costa Gomes pela orientação, conselhos e amizade.

Aos professores Luciana, Iná e Rodrigo por terem aceitado ler este trabalho e fazer parte da banca examinadora.

Um agradecimento especial à professora Luciana pela atenção dedicada ao trabalho e orientação na área da arquitetura.

À minha namorada, Cla, por toda a ajuda, paciência e apoio que teve comigo durante o Mestrado.

Aos amigos que estiveram juntos nessa batalha.

Aos amigos do grupo território e cidadania.

A minha família.

Ao CNPQ pelo financiamento da bolsa de estudos durante esses dois anos de estudo.

A todos, muito obrigado.

Bernardo Gomes Ribeiro

DO ARRANJO ESPACIAL DA CASA AO ARRANJO ESPACIAL DA CIDADE

Rio de Janeiro, 31 de março de 2010.

DISSERTAÇÃO APROVADA POR:

Dr. Paulo César da Costa Gomes, UFRJ.

Dr. Iná Castro, UFRJ

Dra. Luciana da Silva Andrade, UFRJ/FAU

Dr. Rodrigo Valverde, USP

RESUMO

RIBEIRO, Bernardo Gomes. DO ARRANJO ESPACIAL DA CASA AO ARRANJO ESPACIAL DA CIDADE. Orientador: Prof. Dr. Paulo César da Costa Gomes. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia).

Nosso objetivo na presente pesquisa é demonstrar que os princípios dos espaços domésticos podem contribuir numa análise do espaço da cidade. Optou-se por trabalhar com dois tipos de moradia, a saber: “a máquina de morar”, de Le Corbusier, e o “*loft*”, que se popularizou mais recentemente. Almeja-se, portanto, encontrar um tipo de cidade associada às idéias de uma máquina (cidade máquina) e uma outra inspiradas nas idéias do “*loft*” (cidade *loft*). Ao analisarmos a cidade sob esses dois pontos de vista, verificamos que os princípios do ambiente doméstico permitem uma leitura da cidade por esse viés. Além disso, essas diferentes formas de arranjo espacial (“cidade máquina” e “cidade *loft*”), vão estimular e guiar diferentes comportamentos. O meio geográfico, ao ser transformado em uma determinada forma, cria e estimula determinados usos e ações que podem ser mais ou menos flexíveis. Ao compararmos a “máquina de morar” e a cidade proposta pela arquitetura moderna funcionalista, com o “*loft*” e os Programas atuais como o Rio-Cidade, percebemos que nesse último a flexibilidade é maior, pois o objeto não é visto apenas a partir de sua funcionalidade, como desejava Le Corbusier.

Palavras-chave: 1 – ambiente doméstico (“máquina de morar” e “*loft*”); 2 – Espaço geográfico (arranjo espacial); 3 – cidade; 4 – arquitetura funcionalista moderna e a crítica pós-moderna.

ÍNDICE

| | |
|------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 01 |
|------------------|----|

PARTE I

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1. A MÁQUINA DE MORAR | 07 |
| 1.1. A MORADIA MÍNIMA..... | 07 |
| 1.2. A MÁQUINA DE MORAR..... | 09 |
| 1.3. BREVE PONDERAÇÃO..... | 18 |
| CAPÍTULO 2. O LOFT..... | 19 |
| 2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO “LOFT” | 19 |
| 2.2. A DISSEMINAÇÃO DOS “LOFTS” | 21 |
| 2.3. ALGUNS DOS PRINCÍPIOS DO “LOFT” E SUAS APLICAÇÕES..... | 25 |
| 2.4. BREVE PONDERAÇÃO..... | 26 |

PARTE II

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 3. A ESCALA NO USO DAS ANALOGIAS E MODELOS..... | 28 |
| CAPÍTULO 4. A CASA: DA PRODUÇÃO EM SÉRIE À DIVERSIDADE DE PRODUTOS..... | 32 |
| 4.1. A PRODUÇÃO EM SÉRIE..... | 32 |
| 4.2. A PRODUÇÃO FLEXÍVEL..... | 33 |
| 4.3. BREVE PONDERAÇÃO..... | 35 |

PARTE III

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 5. O DEBATE ENTRE A MODERNIDADE E A PÓS-MODERNIDADE..... | 39 |
| 5.1. CONTEXTUALIZAÇÃO | 39 |
| 5.2. EXEMPLOS DA PÓS-MODERNIDADE..... | 43 |
| 5.3. AFINAL, MODERNIDADE OU PÓS-MODERNIDADE?..... | 46 |
| 5.4. O URBANISMO: ENTRE O MODELO PROGRESSISTA E O MODELO CULTURALISTA: OU A REPRODUÇÃO DO DEBATE MODERNIDADE OU PÓS-MODERNIDADE..... | 49 |
| 5.5. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DEBATE ENTRE OS MODELOS DE URBANISMO E A QUESTÃO DA MODERNIDADE E DA PÓS-MODERNIDADE..... | 53 |

PARTE IV

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 6. PENSAR O ESPAÇO PARA PENSAR A CIDADE..... | 57 |
| 6.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO..... | 58 |
| 6.2. O ESPAÇO CONDICIONANDO AS AÇÕES..... | 65 |
| 6.3. A FLEXIBILIDADE DO ESPAÇO E O ESPAÇO QUALIFICANDO AS AÇÕES..... | 70 |

PARTE V

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 7. A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA MODERNA (VERTENTE FUNCIONALISTA) NA CIDADE..... | 78 |
| 7.1. A CIDADE MODERNA DE LE CORBUSIER..... | 85 |
| 7.2. CRÍTICA A FUNCIONALIDADE DA ARQUITETURA MODERNA..... | 92 |
| 7.3. O MODERNO E O “NÃO-MODERNO” SE MESCLAM..... | 101 |
| 7.4. A CIDADE ASSOCIADA À ARQUITETURA DOS IDEAIS PÓS-MODERNOS..... | 104 |
| 7.5. BREVE PONDERAÇÃO..... | 115 |

PARTE VI

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 8. DEBATENDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO..... | 117 |
| 8.1. A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE..... | 118 |
| 8.2. O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO..... | 119 |
| 8.3. A CRÍTICA AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO..... | 121 |
| CAPÍTULO 9. O MODELO URBANÍSTICO BARCELONÊS..... | 124 |
| CAPÍTULO 10. O PROGRAMA RIO-CIDADE..... | 129 |
| 9.1. SELEÇÃO DOS PROJETOS..... | 131 |
| 9.2. O PROGRAMA RIO-CIDADE E A RUA..... | 133 |
| 9.3. O PROGRAMA RIO-CIDADE E O CONTEXTO LOCAL..... | 134 |
| 9.4. A CIDADE SE TRANSFORMA..... | 135 |
| 9.5. O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E O PROGRAMA RIO-CIDADE..... | 137 |
| 9.6. UMA ANÁLISE DO PROGRAMA RIO-CIDADE..... | 138 |
| CONCLUSÃO..... | 145 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 149 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | | |
|------------------|--|----|
| Figura 01 | Programa de Le Corbusier de 1920 a vila Savoye (Poissy/França, 1920) resume as idéias do arquiteto sobre a arquitetura moderna. É a chamada máquina de morar | 11 |
| Figura 02 | Salão de Outono: casa “Citrohan”. Padronização geral (estrutura, portas, janelas), 1922 | 15 |
| Figura 03 | Área de Manhattan (Soho) na década de 60 onde começaram a surgir os primeiros “lofts” | 20 |
| Figura 04 | “Lofts” industriais em Tribeca | 21 |
| Figura 05 | “Lofts” em Soho, na década de 70, onde artistas moravam e trabalhavam. | 21 |
| Figura 06 | Área de Oliver’s Wharf (Londres) que foi transformada pelo arquiteto Tony Goddard num espaço mais bem aproveitado | 23 |
| Figura 07 | “Loft” em Tribeca, no centro de Manhattan, onde segundo o jornal 'NY Post', Justin Timberlake(cantor e ator) e Jessica Biel(atriz) compraram um “loft” | 24 |
| Figura 08 | “Loft” recente em Tribeca | 25 |
| Figura 09 | Implosão do conjunto habitacional Pruitt-Igoe (Missouri, Estados Unidos) em 15 de julho de 1972 | 41 |
| Figura 10 | Piazza d’Italia de Charles Moore | 43 |
| Figura 11 | Edifício da AT&T | 44 |
| Figura 12 | Barra de ferro coloca no meio da rua para evitar a entrada de “bondes” de traficantes | 68 |
| Figura 13 | Com uma betoneira PMs tapam uma das crateras de acesso ao parque União. | 69 |
| Figura 14 | A <i>Ville Radieuse</i> projetada por Le Corbusier. Nota-se a setorização do espaço segundo suas funções (área industrial, residencial, de negócios etc) | 89 |

| | | |
|------------------|---|-----|
| Figura 15 | Plano piloto de Le Corbusier para Chandigarh, de 1950. Em círculo as funções atribuídas a cada área do espaço, numa verdadeira setorização deste | 90 |
| Figura 16 | o ‘modulador’ de Le Corbusier | 101 |
| Figura 17 | o ‘modulador’ de Le Corbusier | 102 |
| Figura 18 | quadro de Jean Dubuffet | 103 |
| Figura 19 | Parque da Paz | 105 |
| Figura 20 | Plano Obus de Le Corbusier | 108 |
| Figura 21 | residência de estudantes da Faculdade de Medicina de Lucien Kroll | 109 |
| Figura 22 | conjunto Byker de Ralph Erskine | 110 |
| Figura 23 | bairro operário Matteotti de Giancarlo de Carlo | 110 |
| Figura 24 | Edifício de escritórios Guaranty Building | 114 |
| Figura 25 | Fotografias que a artista Cindy Sherman fez de si mesma | 116 |
| Figura 26 | Piso de pedra no Catete que mantém o estilo do início do século | 133 |
| Figura 27 | Bairros selecionados no Programa Rio-Cidade | 136 |
| Figura 28 | Poste multiuso que permite que em uma única estrutura esteja presente uma iluminação com dois focos, sendo um voltado para via e outro para o passeio | 140 |
| Figura 29 | Postos de atendimento colocados nos bairros que permitiam a população obter informações sobre o Programa | 143 |

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é partir de uma analogia/alegoria dos princípios do espaço doméstico e utilizá-los na análise do espaço da cidade. Estes princípios dizem respeito, principalmente, ao arranjo espacial da moradia (rigidez/flexibilidade das formas, usos, funções; setorização/racionalização ou não dos espaços; padronização *versus* diversidade etc.). Não se trata de uma transposição rígida, na qual o arranjo do espaço da cidade seria observado como sendo exatamente igual ao do espaço doméstico. O que se pretende nesta pesquisa é que os conceitos do espaço doméstico, alguns dos seus princípios, sirvam como fonte de inspiração e análise para pensarmos a cidade; afinal, a casa é muito mais simples em suas funções e simbolismos do que a cidade. Assim como os objetos da cidade não são os mesmos da casa, não se constrói uma cidade como se faz uma casa; casa e cidade não são a mesma coisa. É uma analogia/alegoria de princípios e não de formas.

Ao se organizar um ambiente doméstico, supõe-se que aquele que o faz tem por meta arrumar este espaço dentro de determinados objetivos e interesses. Tendo isto em vista, optamos por trabalhar com dois tipos de moradia que, embora não sejam opostos, já que um não contradiz totalmente o outro, possuem arranjos espaciais diferentes, a saber: a “máquina de morar” (LE CORBUSIER, 1973) e o “loft” (VANCE, 1999). Partindo destes diferentes arranjos espaciais, decorrentes destas concepções para o espaço doméstico, buscamos uma diferença semelhante nas formas de se projetar o espaço urbano - a cidade. É dessa forma que os conceitos “máquina de morar” e “loft” servirão como instrumentos de análise da cidade. A analogia, portanto, - e é importantíssimo que se ressalte isso - é um meio, e não um fim em si mesma na dissertação. Com isso queremos dizer que embora ela seja de extrema relevância em nossa dissertação, a possibilidade de trabalharmos com essa analogia se constitui numa primeira etapa em nossa pesquisa. Verificada essa possibilidade, o passo seguinte foi utilizá-la na análise da cidade, já que este é verdadeiramente o nosso interesse.

Entretanto, almejamos mostrar que essa analogia não se restringe à análise da cidade. Os princípios da “máquina de morar” e do “loft” podem servir como instrumentos de análise em outras esferas, como o “fordismo” e o “pós-fordismo”, a “modernidade” e a

“pós-modernidade”. Se esse tipo de analogia for possível, poderíamos começar a falar então em uma “cidade máquina” e numa “cidade *loft*”, numa “produção máquina” e numa “produção *loft*” e assim por diante.

Tal ideia surgiu a partir da comparação da “máquina de morar”, definida por Le Corbusier, com um conceito de moradia popularizado mais recentemente, que é o “*loft*”. A “máquina de morar” pressupõe a setorização e racionalização do espaço, no qual este está estruturado para que determinados usos e funções sejam executados da forma mais eficiente possível. No “*loft*”, que em essência surge como uma forma de refuncionalizar um espaço previamente existente, não há uma divisão rígida dos ambientes. No “*loft*” os ambientes ainda não estão pré-estabelecidos, podendo, relativamente, serem a todo momento recriados, sendo esse espaço caracterizado, como muito dos objetos e das ações que os acompanham, como mais flexível, abrigando, portanto, multiusos.

Há, porém, que se ressaltar dois pontos. O primeiro deles é que é possível que um “*loft*” seja extremamente funcional, bastando para isso que cada espaço dessa planta livre possua já uma função para ele. Nos “*lofts*” recentes, por exemplo, muitas vezes o proprietário do imóvel contrata um especialista que, ao fazer o projeto do imóvel, funcionaliza cada parte do ambiente. Sendo assim, não há necessariamente nos “*lofts*” a exclusão da racionalidade e da funcionalidade. A diferença deste para a “máquina de morar” é que nela a meta é a funcionalidade, já que visa à realização eficiente e eficaz das tarefas e até da existência doméstica, enquanto no “*loft*” não há, a princípio, esse objetivo. Em outras palavras, o “*loft*” se constitui num espaço no qual é possível tanto a flexibilidade quanto a funcionalidade; já na “máquina de morar” a flexibilidade não estava excluída, mas ela era admitida se fosse compatível com a racionalidade/funcionalidade.

O segundo ponto é a planta livre. Se esta é uma das características do “*loft*”, não se constitui no seu elemento inovador, já que ela é um dos princípios da arquitetura moderna, da qual a “máquina de morar” faz parte. Na *Ville Radieuse*, de Le Corbusier, por exemplo, o arquiteto já propõe a planta livre. É por isso que dissemos que o “*loft*” não é uma oposição à “máquina de morar”, mas sim uma outra forma de arranjo espacial.

Porém, o que há de especial nos “*lofts*” é que eles surgem em lugares que abrigavam, anteriormente, outras funções. Ele é, portanto, a refuncionalização desse

espaço. Poderiam, então, os “lofts” recentes ainda serem considerados “lofts”? A pergunta que nos fazemos torna-se pertinente já que muitas vezes os prédios surgem com apartamentos “lofts”, não havendo, portanto, a refuncionalização. Porém, vale ressaltar aqui que se nem todos os princípios dos primeiros “lofts” estão presentes nos “lofts” mais recentes, alguns desses princípios são mantidos, como a planta livre, mesmo que esta não seja uma exclusividade do “loft” como acabamos de ver.

Esta questão, assim como o debate de conceitos constituem a primeira parte da dissertação, na qual trabalharemos com a base teórica que subsidiará nossa discussão, apresentando os modelos ideais que caracterizam o tipo de moradia conhecida como “máquina de morar” e o “loft”.

O objetivo, a partir de então, é mudar a escala de análise, saindo do espaço doméstico e indo para o espaço urbano, a cidade, trabalhando, para isso, com o planejamento urbano. A nossa hipótese é de que modelos/propostas/princípios pensados para o ambiente doméstico podem ser extrapolados desta escala para contribuir na análise da cidade. Isto, aliás, é o que justifica a mudança de escala e o uso desta analogia.

Esta se constitui na segunda parte da dissertação, na qual veremos também os modos produtivos existentes na época em que cada tipo dessas moradias surgiu, já que não é possível dissociar as transformações do espaço doméstico, assim como da cidade, das mudanças que vão acontecer na indústria. É preciso, portanto, contextualizar essas mudanças. A “máquina de morar” é concebida durante a década de 20 (vinte) do século XX, já o “loft” surge nas décadas de 60 (sessenta) e 70 (setenta). Em outras palavras, neste período houve mudanças não somente nas casas, mas em outras esferas, como, por exemplo, no modo de produção.

Na terceira parte da dissertação será desenvolvida uma discussão sobre a modernidade e a pós-modernidade, uma vez que o “loft” pode ser compreendido como uma ruptura com o conceito de moradia da “máquina de morar” e, logo, ao da modernidade, já que esta faz parte dos ideais da arquitetura moderna.

Na quarta parte veremos o conceito geográfico de “espaço” que servirá de suporte para nossas discussões. Mostraremos o que se entende por “espaço” na Geografia e como este conceito contribui para a análise das intervenções urbanas. Ele nos interessa de forma

central, principalmente no que diz respeito ao arranjo espacial, uma vez que, ao pensarmos o espaço, serão trazidas as seguintes características deste: meio (lugar, palco, suporte físico onde a vida se realiza); produto (resultado das ações); condição (condiciona as ações, conduzindo-as, guiando-as¹); qualificador (qualifica o tipo de comportamento que iremos ter); qualificado (é qualificado a partir das nossas ações) (SANTOS, 2006; GOMES, 2006 e s/d).

Ao analisarmos o espaço através destes aspectos demonstraremos o caráter limitador e condicionador dele, assim como contemplaremos, também, a característica deste como um qualificador das ações e como qualificado por elas. Neste sentido, a análise espacial ganha um relevo central e é capaz de nos fornecer uma compreensão mais complexa da espacialidade no jogo social.

Na quinta parte nos dedicaremos à Arquitetura e ao Urbanismo. Nesta parte abordaremos a arquitetura e urbanismo modernos e a arquitetura e urbanismo pós-modernos com a finalidade de conhecer melhor o impacto de ambos nas intervenções dos espaços urbanos. Especificamente em relação à arquitetura/urbanismo moderna(o) há de se chamar à atenção desde já para o fato de que trabalharemos unicamente com a vertente funcionalista desta, utilizando como fonte para tal discussão o arquiteto e autor Le Corbusier.

Na sexta e última parte da dissertação analisaremos e identificaremos tais elementos em um exemplo: a primeira fase do Programa Rio-Cidade — que vai de 1993 até 1996. Nesta parte abordaremos o Planejamento Estratégico e será apresentado o modelo de Barcelona e o Programa Rio-Cidade, já que aquele serviu de inspiração para este. O interesse em se trabalhar com estes programas é porque sabemos, já previamente, que eles buscam ser uma nova forma de planejamento, na qual as intervenções feitas não alteram substancialmente a morfologia urbana, diferenciando-se, dessa forma, do urbanismo modernista. A questão da divisão da cidade em zonas, proposta pela arquitetura moderna na

¹ Privilegiaremos em nossa pesquisa o condicionamento ocorrido através das formas e, neste sentido, a Arquitetura, ao pensar as formas, tem muito a contribuir com nosso trabalho. Entretanto, vale ressaltar que não é unicamente através das formas que os sujeitos são condicionados. Dois exemplos podem ajudar a elucidar isso: 1) uma área violenta pode fazer com que um morador percorra um trajeto maior a fim de evitar áreas de risco; 2) uma câmera que diz “sorria, você está sendo filmado” faz com que você mude o modo de agir, ou seja, você não consegue simplesmente ficar-lhe indiferente.

Carta de Atenas é abandonada nessas novas formas de planejamento. O mesmo ocorre em relação à escala de ação, que muda de uma atuação em uma grande extensão, para ações pontuais, em apenas alguns lugares da cidade.

Aqui será feita apenas uma apresentação, sem nos preocuparmos em entrar em detalhes sobre os tipos de obras realizadas, o local onde elas ocorreram e o resultado final. Interessa-nos saber as pretensões do Programa Rio-Cidade, o discurso oficial e não a prática, a sua realização.

A partir do exposto, verifica-se que é do interesse desta pesquisa fazer uma discussão conjunta com a Arquitetura, o Urbanismo e a Geografia. Assim, ao transitarmos por campos que não são de nossa formação, corremos o risco, por vezes, de sermos imprecisos e reducionistas. Entretanto, é um risco que nos propomos correr. Dito isso, a partir da leitura e discussão de obras oriundas destes campos do saber, almejamos trabalhar com a seguinte metodologia: 1) conceituar “máquina de morar” e “*loft*” e; 2) a partir da definição desses conceitos utilizar aqueles princípios que nos parecem pertinentes no momento de analisarmos a cidade.

Mas seria possível uma cidade funcionando como uma máquina? Esta ideia vem sendo figurada desde a Revolução Industrial, uma vez que se tinha em mente o objetivo de fazer com que o espaço urbano tivesse uma organização próxima àquela apresentada no espaço fabril. Le Corbusier já havia pensado nela, como uma cidade setorizada, dividida em zonas em que cada uma dessas zonas seria “responsável” por cumprir uma determinada função. Haveria, então, um tipo de cidade que pudesse obedecer à lógica espacial do “*loft*”? Num primeiro momento isto parece ser muito mais complicado e inconcebível, mas é justamente isto que também queremos saber.

A questão central da dissertação, portanto, é: como é possível analisar a cidade a partir dos princípios do espaço doméstico? Em outros termos, sem sermos rigorosos, já que não estamos fazendo uma transposição, mas sim uma analogia /alegoria, quais princípios do espaço doméstico permitem que se analise os projetos urbanísticos da cidade?

PARTE I

1. A MÁQUINA DE MORAR

Antes de apresentarmos o conceito de "máquina de morar", que tem seus princípios expostos na obra "Por uma Arquitetura" (1923) de Le Corbusier, abordaremos primeiramente a ideia de "moradia mínima", já que apesar dela ser posterior à de "máquina de morar", como veremos adiante, há elementos em comum entre essas duas concepções de moradia. A opção de começar com a moradia mínima tem apenas o intuito de dar uma melhor continuidade entre os conceitos que fundamentalmente nos interessam — "máquina de morar" e "loft".

1.1. A moradia mínima

Em 1929 foi realizado na cidade de Frankfurt o II CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) dedicado ao Estudo da Habitação Mínima no qual foi formulado o conceito de moradia mínima. Algumas características da época motivaram o surgimento desse tipo de moradia, tais como o crescimento urbano e a industrialização. Destinada ao operário, a moradia mínima se constitui numa solução para os problemas do crescimento populacional em ambientes insalubres como, por exemplo, os cortiços.

Tendo por objetivo o exclusivo uso residencial, a moradia mínima estabelece a separação clara entre trabalho, que ocorre na fábrica, e repouso, que acontece dentro de casa. Alguns princípios regem a organização desta casa, tais como: higiene, privacidade, economia de tempo na realização das tarefas domésticas e baixo custo da construção — seriam possíveis graças à produção em série e ao estabelecimento de dimensões mínimas. Esta moradia é uma clara expressão da finalidade de se transpor a racionalidade da fábrica, como a otimização de tempo e espaço, além da produção em série, para o ambiente doméstico. As preocupações que orientam a sua concepção são 3 (três): repor energias para o trabalho, economia na construção e economia de tempo (CORREIA, 1999, p. 18).

Essa busca de economia fez com que qualquer ornamentação fosse abolida em prol da redução do custo. Ao eliminar a ornamentação buscava-se acabar com qualquer

elemento supérfluo que, por conseguinte, encareceria o preço da construção. Entretanto esse não era o único motivo para aboli-la, já que os edifícios ricos também eram concebidos sem decoração. O que motivou essa mudança foi a lógica da produção fabril, mecanizada e em série, uma vez que a ornamentação seria uma contradição a esse modo de produção industrial. Na vertente funcionalista da arquitetura moderna a estética da série é valorizada e, segundo Le Corbusier, nela, na série, é que está a perfeição. A ideia era de que a construção fosse prática, objetiva, funcional para que seu custo fosse reduzido ao mínimo e alcançasse o maior número de pessoas. Essa lógica não se restringiu apenas a área externa: o interior das casas também deveria conter apenas o estritamente necessário. O mesmo efeito ocorreu em relação à padronização, que também não se restringiria somente aos elementos externos, sendo levada até os objetos internos. Isso se constitui, na verdade, na realização dos pressupostos de Etienne Cabet na sua idealização de cidade de Icara ou, se não de todos eles, de pelo menos alguns deles (CORREIA, 1999, p.18-19).

A cidade de Icara teria uma casa modelo, que seria adotada pela população. A partir desse momento, esse modelo seria um guia que deveria ser seguido rigidamente na construção das moradias. Sendo assim, um tipo de móvel seria escolhido entre os milhares sugeridos e, a seguir, ele seria adotado por todos, uniformizando-os. Com isso, todos os elementos da casa como portas, janelas, móveis deveriam ser exatamente iguais, o que permitiria sua produção em massa. Os apartamentos, todos eles, possuiriam prateleiras, armários, estantes, etc., incrustados na parede de modo que esses móveis fossem, na verdade, imobilizados. Por conseguinte, já que não somente a casa, mas os próprios móveis eram exatamente iguais, ao se mudar, uma família deveria levar consigo apenas os objetos pessoais, uma vez que os demais seriam encontrados no novo lar, exatamente iguais ao da antiga moradia (CABET *apud* Choay, 1979, p.90-94).

Por um lado ganhava-se com a uniformização dos móveis, já que o preço destes era reduzido; por outro lado, via-se o espaço doméstico sendo reduzido a seu tamanho mínimo, o que era compensado com a redução do tempo gasto com limpeza da casa. O objetivo da casa seria alcançado já que estariam garantidas as condições mínimas de habitação para a maioria das pessoas. Além disso, como ressalta CORREIA (1999, p.19), nesse modelo de moradia podemos observar o objetivo de eliminar a individualidade, o gosto pessoal de cada morador, a decisão deste sobre os elementos que devem compor o seu ambiente

doméstico, uma vez que os móveis são uniformizados e os objetos são adotados a partir da sua praticidade, utilidade e funcionalidade. Tudo isso permitia uma agilização das tarefas domésticas, que era uma das ideias centrais desse tipo de moradia. Era preciso, portanto, construir uma casa que atendesse às necessidades humanas básicas. Para que isto fosse viável, tornava-se necessário setorizar/racionalizar o espaço doméstico.

“Se eliminarmos de nossos corações e mentes todos os conceitos mortos a propósito das casas e examinarmos a questão a partir de um ponto de vista crítico e objetivo, chegaremos à ‘Máquina de Morar’, à casa de produção em série, saudável (também moralmente) e bela como são as ferramentas e os instrumentos de trabalho que acompanham nossa existência” (LE CORBUSIER apud Frampton, 1997, p.183).

Percebe-se que o conceito de moradia mínima está intimamente relacionado ao modelo de produção em massa, assim também como o da “máquina de morar”. Almejava-se, através desse modo de produção, fornecer casas a preços acessíveis a todos, já que o seu custo seria reduzido com a padronização. Além disso, ela permitia conciliar as boas condições de higiene com áreas e custos mínimos. Segundo Le Corbusier, uma casa de 45m² era o tamanho suficiente para uma família de 6 (seis) pessoas. Essa concepção de moradia se opunha ao padrão até então existente que apresentava pé-direto² de 3 metros, áreas espaçosas e baixa densidade (CORREIA, 1999, p.19-20).

1.2. A máquina de morar

Le Corbusier busca uma solução para a questão da moradia, já que, segundo ele, ela não foi resolvida pela arquitetura porque o problema ainda não tinha sido colocado. O avião, por exemplo, sofreu transformações necessárias devido à guerra, que acabou por estimular essas melhorias.

² Pé-direito é a altura (medida) do chão até o teto (laje ou gesso).

“O avião é um produto de alta seleção. A lição do avião está na lógica que presidiu ao enunciado do problema e à sua realização. O problema da casa não está colocado. As coisas atuais da arquitetura não respondem mais às nossas necessidades. No entanto os padrões da habitação existem. A mecânica traz consigo o fator de economia que seleciona. A casa é uma máquina de morar (Figura 01)” (LE CORBUSIER, 1973, p.69).

Figura 01 - Programa de Le Corbusier de 1920 a vila Savoye (Poissy/França, 1920) resume as ideias do arquiteto sobre a arquitetura moderna. É a chamada máquina de morar.



Fonte: <http://www.dzai.com.br/static/user//18/18744/f5f86a4ec8c49154b0556ccf96c4e320.jpg> (acessado em 14/03/2010).

Em relação à casa, é preciso que coloquemos o problema. Sendo assim, o autor propõe que examinemos a casa segundo três aspectos: a própria casa, os quartos e os cômodos (LE CORBUSIER, 1973, p.75-77).

Uma casa: um abrigo contra o calor, o frio, a chuva, os ladrões, os indiscretos. Um receptáculo de luz e de sol. Um certo número de compartimentos destinados à cozinha, ao trabalho, à vida íntima.

Um quarto: uma superfície para circular livremente, um leito de repouso para se estender, uma cadeira para estar à vontade e trabalhar, uma mesa para trabalhar, estantes para arrumar rápido cada coisa em seu 'right place'.

Quantos cômodos: um para cozinhar, um para comer, um para trabalhar, um para se lavar e um para dormir. Tais são os padrões do alojamento.

Se prestarmos atenção aos itens grifados por nós, perceberemos que, ao contrário da moradia mínima, o trabalho ainda se encontra presente dentro deste tipo de casa. O que Le Corbusier quer nos propor é a construção de uma casa que seja prática, contenha somente o necessário e que possibilite o ganho de tempo e de espaço. Para o autor (1973, p.81), as plantas das casas da época, infelizmente, são concebidas como guarda-móveis, rejeitando o homem. Sendo assim, afirma o mesmo (1973, p.77):

Por que você não exige do seu proprietário:

1º: Os compartimentos para roupa de corpo e capotes em seu quarto de dormir, com uma profundidade única à altura humana, e práticos como uma mala "Innovation".

2º: Na sua sala de jantar, os compartimentos para louça, para talheres, para copos, fechando facilmente e com bastante gavetas para que sua 'arrumação' seja feita num minuto, e o conjunto embutido na parede a fim de que em torno de sua mesa e de suas cadeiras você tenha o espaço para circular e o sentimento de espaço que lhe proporciona a calma necessária à uma boa digestão (grifo nosso).

3º: Na sua grande sala, compartimentos para que seus livros estejam ao abrigo da poeira assim como sua coleção de

quadros e de obras de arte e de tal maneira que as paredes de sua sala fiquem livres. Você poderá então tirar do compartimento de quadros e pendurá-lo na parede o Ingres (ou sua foto se você for pobre) que lhe é lembrado nessa tarde pela crônica de seu jornal.

Le Corbusier (1973, p.85) chega a formular um manual da habitação que contém várias solicitações que devem ser observadas. Entre elas estão: a exigência do espaço vazio; a praticidade dos móveis — ou seja, nenhuma decoração, o que importa é a função que ele exerce (aliás, como veremos melhor adiante, uma das máximas do modernismo é “a forma segue a função”, o que demonstra que embora a forma fosse importante, era a função que a determinava); alugar apartamentos menores do que os estávamos habituadas a morar — como os dos nossos pais; e criar compartimentos nas paredes, já que eles ocupam menos espaços que os móveis, são mais baratos e não precisam de manutenção. Segundo MONTANER (2001, p.69):

Os protótipos [do arquiteto] Buckminster Fuller, como a casa Dimaxion ou máquina para viver [morar] [do arquiteto Le Corbusier] (1927) [...] manifestam uma forma extrema do dogma racionalista, no sentido mais estrito. Sem concessão à estética, à forma ou ao estilo, é exclusivamente a ação mecânica e funcional que conforma o edifício, entendido como um protótipo autônomo que pode adaptar-se a qualquer lugar.

Como vemos, as questões da racionalização do espaço, da praticidade, objetividade e da economia eram essenciais nesse novo tipo de moradia. Em 1921 Laucheur e Bonney solicitaram que num período de 10 (dez) anos fossem construídos 500 000 (quinhentos mil) alojamentos baratos ao custo de 15 000 (quinze mil) francos cada casa. Na mesma época, uma casa pequena que seguisse o padrão dos arquitetos tradicionalistas não sairia por menos de 30 000 (trinta mil) francos. Como, então, é possível tornar o programa Laucheur viável? Segundo Le Corbusier (1973) é preciso que coloquemos o problema da casa assim como os engenheiros da aviação o fizeram em relação ao avião, e comecemos a construir em série “máquinas de morar”.

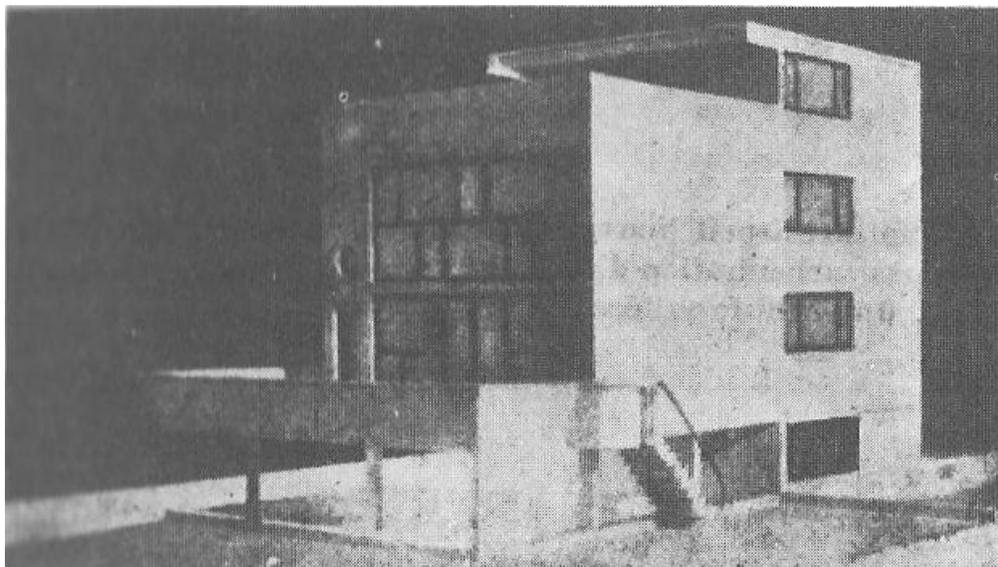
Sendo assim, para que isso fosse possível seria necessário que os diversos objetos da construção fossem seriados, assim como mais tarde seria sugerido para a moradia mínima. Esse processo de produção em série da construção tornar-se-ia viável devido à evolução industrial, que possibilitaria que as peças fossem, primeiro, produzidas em grande quantidade e; segundo, que elas fossem exatamente iguais umas às outras. Para que isso acontecesse era preciso transformar os materiais brutos naturais em materiais novos, substituindo-se os naturais pelos artificiais, os heterogêneos pelos homogêneos.

Com isso, depois de se produzir canhões, aviões e caminhões nesse modelo de produção, as fábricas começariam, agora, a produzir casas. Busca-se a casa padrão, a casa-tipo. Porém, a casa não apenas é produzida em série, tal como o automóvel; a casa é ela, também, um instrumento assim como este, uma verdadeira casa-instrumento³ (LE CORBUSIER, 1973 e LE CORBUSIER, 2000, p.217). A intenção de uma casa funcionar como um automóvel é evidenciada no nome dado por Le Corbuiser para um de seus Programas, a Maison Citrohan (**Figura 02**), fazendo uma clara referência à marca de automóveis Citroën (FRAMPTON, 1997, p.185).

“(...) uma casa como um automóvel, concebida e organizada como um ônibus ou como uma cabine de navio. As necessidades atuais da habitação podem ser precisadas e exigem uma solução. É preciso agir contra a antiga casa que usava mal o espaço. É preciso (necessidade atual: preço de custo) considerar a casa como uma máquina de morar ou como uma ferramenta” (LE CORBUSIER, 1973, p.170).

³ “Se o problema da habitação do apartamento fosse estudado como um chassis, veríamos nossas casas se transformarem, melhorarem rapidamente. Se as casas fossem construídas industrialmente, em série, como os chassis, veríamos surgir rapidamente formas inesperadas, porém sadias, justificáveis e a estética se formularia com uma precisão surpreendente” (LE CORBUSIER, 1973, p.88).

Figura 02 - Salão de Outono: casa “Citrohan”. Padronização geral (estrutura, portas, janelas), 1922.



Fonte: Le Corbusier. urbanismo, 2002, p.215

Segundo Le Corbusier, era então dever da arquitetura rever a casa numa época de mudanças. A arquitetura deve se adequar aos novos tempos, ao da produção industrial. A casa até então existente já não condizia com as transformações que estavam ocorrendo, era preciso operar na casa uma mudança, fruto de um novo espírito. Ela não mais expressa o monumental e a riqueza, mas sim um instrumento prático. E, se esteticamente essa casa pode parecer feia, com paredes semelhantes a folhas de zinco e as janelas aos caixilhos das fábricas, a beleza dela se encontra em sua praticidade, na padronização, na casa-tipo⁴. Era preciso, portanto, não somente criar o hábito de se produzir casas em série mas, também, de se viver em casas em série. A indústria seria a responsável por produzir em série os elementos da casa. Para o autor é preciso que se construam casas práticas, e não construí-las como se estivessem fazendo um poema. É preciso rever os nossos conceitos em relação a casa para chegarmos à casa-instrumento, à casa em série, que é bela (LE CORBUSIER, 1973, p.159).

⁴ “Porque a casa em série necessita estudo aprofundado de todos os objetos da casa e a busca do padrão, do tipo. Quando o tipo é criado, estamos às portas do belo (o automóvel, o transatlântico, o vagão, o avião). Porque a casa em série imporá a unidade dos elementos, janelas, portas, procedimentos construtivos, matérias” (LE CORBUSIER, 1973, p.168).

“Uma casa é uma máquina de morar. Banhos, sol, água quente, água fria, temperatura conforme a vontade, conservação dos alimentos, higiene e beleza pela proporção” (LE CORBUSIER, 1973, p.65 e 67).

Uma casa é uma máquina de morar na mesma medida em que uma poltrona é uma máquina de sentar. As cadeiras são feitas para sentar⁵, a eletricidade para dar claridade, as janelas para iluminar e olhar para fora, os quadros para serem meditados, os aviões para voar⁶ e a casa para ser habitada (LE CORBUSIER, 1973, p.79-81). Assim como cada um dos elementos anteriores, que possuem uma função, a casa possui a sua que é a de habitar. Entretanto, para que ela possa ser habitável, é preciso que ela funcione como uma máquina.

Se refletirmos sobre a casa, perceberemos que nela há a harmonia de seus elementos no conjunto, havendo funções para cada uma de suas partes, assim como numa máquina. Cada setor da casa cumpre uma função necessária ao homem. Cada objeto dessa casa permite que isso se realize. Seja a cadeira, para que possamos sentar para conversarmos e comer; seja a eletricidade, para dar claridade à noite ou durante o dia, para vermos TV, ligarmos a máquina de lavar etc., seja a janela para iluminar a casa. Cada objeto nessa casa possui uma função própria que justifica o seu uso. Assim, atividades que precisem de água serão exercidas em lugares que permite o seu uso. Porém a casa não se autocontém, ou seja, ela não existe independentemente de outros objetos aos quais está conectada. Para que a casa funcione é preciso que ela esteja conectada a objetos externos a ela e que permitem que funções sejam exercidas em cada um dos ambientes dela — como numa grande engrenagem onde o todo funciona a partir do trabalho conjunto das partes.

A casa se constitui, na verdade, num grande sistema de objetos conectados. O banheiro e a cozinha estão conectados à caixa d’água, que por sua vez está conectada à rede

⁵ “... uma cadeira não é uma obra de arte; uma cadeira não tem uma alma, é um instrumento para se sentar” (LE CORBUSIER, 1973, p.97). É interessante perceber como a arte se transforma, nesta concepção, naquilo que não é o utilitário. “A arte, em um país de alta cultura, encontra seu meio de expressão na obra de arte verdadeira, concentrada e desembaraçada de quaisquer fins utilitários, o quadro, o livro, a música” (LE CORBUSIER, 1973, p.97). É também o que realça SUBIRATS (*apud* SANTOS, 2006, p.70) quando afirma que: “O lugar que a cultura moderna reservou para essa dimensão transcendente do objeto e para a esfera intuitiva da sua experiência é a arte[...]. A casa tem um fim utilitário, uma função prática, a casa não deve ser uma obra de arte que serve para alimentar o espírito.

⁶ “... é preciso aprender a não ver em um avião um pássaro ou uma libélula, mas uma máquina de voar” (LE CORBUSIER, 1973, p.71).

de água da cidade, assim como os eletrodomésticos (tv, rádio, lava-roupa, lava-louça, ferro etc.) estão conectados à rede elétrica, etc. A falsa simplicidade que há entre abrimos a torneira do chuveiro e a água que chega até nós não demonstra a complexidade de relações existentes para que isso ocorra. É preciso que o chuveiro esteja conectado à caixa d'água por canos, que um sistema permita que a água chegue e pare quando quisermos, que a caixa d'água esteja conectada aos canos da cidade, que por sua vez têm que estar conectados ao reservatório d'água, que por sua vez passa por um tratamento d'água, etc.

SANTOS (2006, p.71) já havia demonstrado essa relação ao falar da geladeira, do caminhão refrigerado e dos depósitos de frios nas fábricas. Para que seja possível termos esses alimentos em nossa casa é preciso que tais elementos funcionem em conjunto. Os frios, por exemplo, presentes em nossa casa jamais chegariam até ela sem esse funcionamento em conjunto⁷.

Segundo Le Corbusier (2000, p.217), para se chegar a essa casa máquina, a essa casa-ferramenta, é preciso que se estude a característica fisiológica e sentimental dos seres humanos de forma a atender às suas necessidades. Como afirma o autor (1973, p.89): *“Todos os homens têm o mesmo organismo, as mesmas funções. Todos os homens têm as mesmas necessidades”*. Abandona-se, portanto, a ideia de “minha casa”, “meu teto”, todos esses particularismos, para se obter, como vimos até agora, a casa-tipo, os móveis-tipo, numa standardização do processo da construção (LE CORBUSIER, 2000, p.217). Desta forma, neste processo, o homem se reduz ao fisiológico, destituído do conteúdo cultural.

Para Le Corbusier, é necessário encontrar a escala humana, a função humana para que seja possível definir as necessidades humanas e encontrar o homem padrão, ideal. Para o autor, todos nós possuiríamos as mesmas necessidades e o homem seria assim como uma

⁷ Esta ideia também pode ser exemplificada com Corrêa quando este autor apresenta a comercialização da produção agrícola. *“Uma das formas em que a comercialização [da produção agrícola] se realiza é aquela na qual participam numerosos intermediários localizados em sucessivos centros urbanos, constituindo uma cadeia urbana de comercialização: o comerciante local, da pequena cidade, tem uma margem de lucro ao vender a produção ao comerciante ou à usina de beneficiamento localizada em um centro urbano maior; a revenda da produção ao industrial, exportador ou grande atacadista metropolitano, por sua vez, adiciona uma margem de lucro ao preço pago ao comerciante local. Nesta cadeia, o consumidor final, de localização urbana, paga um preço muito elevado se comparado àquele que o produtor rural, localizado no começo do processo de comercialização, recebeu do comerciante local”* (CORRÊA, 2006, p.33). Embora o intuito do autor seja demonstrar que ao longo desta cadeia há a extração de lucros, é possível, através do mesmo exemplo, verificar que o produto agrícola, para chegar ao consumidor final, precisa de uma articulação entre diversos agentes funcionando em conjunto.

máquina, ou seja, há nele uma estrutura que o constitui e é comum a todos, como o esqueleto, a localização de cada músculo e as funções que estes exercem. O nosso corpo, então, seria formado por objetos-membros que se encontram em perfeita harmonia (LE CORBUSIER *apud* Choay 1979, p.185-186).

A casa também possuiria essa harmonia de forma a atender às necessidades humanas. Sendo uma casa-instrumento, totalmente funcional, os espaços dela estariam bem definidos de forma a caracterizar cada ambiente, a dar a cada um deles uma função específica, ou seja, os espaços estariam bem delimitados, definidos, apresentando essa casa uma verdadeira setorização do espaço, estabelecendo, para cada ambiente, uma função. Por exemplo: o quarto para repouso, a sala para o convívio social, a cozinha para a preparação dos alimentos, etc. Essa setorização também se dará na cidade, como veremos melhor adiante. O próprio Le Corbusier faz a passagem da casa para a cidade demonstrando isso numa cidade universitária:

“... [na] cidade universitária - alojamento, cada célula tem sua antecâmara, sua cozinha, seu w.c., sua sala, sua galeria para dormir e seu jardim suspenso. Paredes isolam cada um. Todos se reencontrarão nos terrenos de esporte contíguos ou nas salas comuns. Classificar, tipificar, fixar a célula e seus elementos. Economia, Eficácia. Arquitetura? Sempre, quando o problema é claro” (LE CORBUSIER, 1973, p.186) (grifo nosso).

A máquina de morar constitui-se, então, numa racionalização, funcionalização do ambiente doméstico, com ganho de tempo e de espaço na casa. Nela, os ambientes são funcionais e práticos, contendo estritamente o necessário para que neles sejam exercidas determinadas funções. A setorização, ou seja, a clara delimitação dos ambientes e suas funções é, portanto, também, uma das características dessa casa.

A setorização, separação de áreas segundo suas funções, como falamos acima, também é pensada em relação à cidade. Se em 1929 o II CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) pensa a moradia mínima segundo as necessidades humanas, em 1933 no IV CIAM (1933) redige-se a Carta de Planificação da Cidade com o tema “A Cidade Funcional”, também conhecida como “Carta de Atenas”. Esta carta contém os princípios da

cidade moderna para atender às necessidades humanas. Nela foram definidas as áreas e 4 (quatro) funções da cidade industrial: trabalho, residência, descanso e circulação (MONTANER, 2001, p.29).

1.3. Breve ponderação

Como havíamos proposto no início do nosso trabalho, temos por objetivo aqui apontar algumas das características apresentadas acima sobre a “máquina de morar” para, a partir da definição deste conceito, dos elementos que o ajudam a constituir, listar aqueles que podem contribuir para a análise da cidade. Recapitulemos, portanto, algumas dessas características vistas até agora: exclusivo uso residencial; privacidade; os objetos são adotados a partir da sua praticidade, utilidade e funcionalidade; a casa como instrumento prático; a casa deve funcionar como uma máquina; produção em série dos móveis, das casas, abandonando-se os particularismos, portanto, a ideia de “minha casa”, “meu teto”; setorização/racionalização do espaço, no qual cada ambiente adquire uma função específica.

Nesse momento não é nossa intenção já selecionarmos aqueles elementos que nos ajudarão na análise da cidade, mas sim apenas apresentá-los. Ao trabalharmos com a cidade veremos a pertinência, ou não, do uso de cada um deles.

2. O “LOFT”

2.1. Contextualização do “loft”

“Loft” é o termo em inglês utilizado para designar os galpões e as fábricas que, durante os anos 60 (sessenta), foram utilizados por artistas americanos como moradia e ateliê. Com o intuito de transformar esses prédios industriais em locais de moradia, as pessoas que ocupavam esses espaços acabavam por refuncionalizá-los ante as novas necessidades (moradia/trabalho). Sendo assim, já de início percebemos uma clara diferença entre este tipo moradia (“loft”) e a “moradia mínima”, uma vez que esta possui o exclusivo uso residencial.

Por volta desta década, um público se interessou em morar na área central de Nova Iorque, que se encontrava disponível. Nasce assim, em Manhattan (**Figura 03**), como uma forma rebelde e subversiva de se viver, esse tipo de moradia, que artistas ocupavam ou alugavam a preços irrisórios, a fim de se instalarem neles. O seu baixo valor devia-se ao fato de estes espaços industriais abandonados (galpões, depósitos e fábricas) estarem localizados em bairros decadentes, como Soho e Tribeca (**Figura 04**) (VANCE, 1999).

Figura 03 - Área de Manhattan (Soho) na década de 60 onde começaram a surgir os primeiros “lofts”



Fonte: <http://www.lmlt.org/roof.jpeg> (acessado em 14/03/2010).

Figura 04 - “Lofts” industriais em Tribeca



Fonte: <http://jameswagner.com/upload/2007/02/Tribeca-sweatshop.jpg> (acessado em 14/03/2010).

No princípio o “loft” era utilizado como um lugar para os artistas trabalharem, porém, posteriormente, ele passou a servir, também, como local de moradia (**Figura 05**). Isto porque, por ser um espaço amplo, sem divisórias e com janelas grandes, era possível dar dupla função a ele (trabalho e moradia), já que bastava compartimentar banheiros e, através de recursos diversos, separar os ambientes.

Figura 05 - “Lofts” em Soho, na década de 70, onde artistas moravam e trabalhavam.



Fonte: <http://www.lmlt.org/womstu.jpeg> (acessado em 14/03/2010).

Com isso o “loft” acabou por se tornar um novo conceito de moradia, caracterizado por apresentar espaços amplos, ambientes integrados, pés-direitos altos e a possibilidade de haver multiusos num mesmo espaço. A ideia de comprar um apartamento devido ao seu tamanho, e não ao número de quartos, fez com que aumentasse, no início dos anos 70 (setenta), o interesse por estes espaços abandonados da indústria têxtil e estampagem. Em setembro de 1972 a *British Daily Telegraph* fez o seguinte comentário sobre este interesse: “*The agony and expense of finding somewhere to live in the centre of two of the most crowded and expensive capital cities is forcing people to adopt extraordinary solutions*” (VANCE, 1999, p.7). Sendo assim, o “loft” surge como uma alternativa frente a uma necessidade. Ele não é apenas um novo estilo de se viver, mas uma adaptação aos tempos difíceis.

2.2. A disseminação dos “lofts”

Esse modo de viver, que surge no Estados Unidos, chega a Londres no início dos anos 70 (setenta). Neste período, enquanto o arquiteto Tony Goddard transforma o cais Oliver’s Wharf (**Figura 6**) num espaço mais bem aproveitado, o construtor Rae Hoffenberg reforma um cais com a finalidade de vender apartamentos prontos. Nota-se assim que enquanto em Nova Iorque os “lofts” surgem nos prédios industriais abandonados, em Londres é na zona portuária que este estilo de vida começa a aparecer; todavia, em ambos permanece a característica de refuncionalizar um espaço. Tal processo, iniciado nos anos 70 (setenta), continuou transformando os depósitos do cais em zona para uso residencial, revitalizando, assim, a zona portuária graças à popularidade do “loft” (VANCE, 1999).

Figura 06 - Área de Oliver's Wharf (Londres) que foi transformada pelo arquiteto Tony Goddard num espaço mais bem aproveitado.



Fonte: <http://gallery.photo.net/photo/6499626-lg.jpg> (acessado em 14/03/2010).

Na década de 80 (oitenta) o “loft” começa a ganhar profissionais especializados nele. Os clientes compram espaços vazios e contratam profissionais para sua decoração. Neste momento o “loft” tem o seu público modificado. Atualmente os “lofts” constituem o que há de mais recente em moradias urbanas. Associado à ideia de juventude, liberdade e a uma vida prazerosa, morar neles tornou-se um estilo que inclui *glamour*. Sendo práticos e chiques, viver em “lofts” tornou-se um verdadeiro estilo de vida. (VANCE, 1999).

A nós não interessa trabalhar com esses “lofts” mais recentes, já que por vezes eles se distanciam do conceito original de “loft” como, por exemplo, a questão da refuncionalização do espaço. Atualmente há prédios que já surgem com apartamentos no

estilo “lofts”, ou seja, não há nenhuma refuncionalização, mas sim a permanência de algumas de suas características, principalmente no que diz respeito à planta livre, o que permite uma maior flexibilidade a este espaço, possibilitando multiusos. Entretanto, como veremos melhor adiante, esta característica, a planta livre, não é exclusiva do “loft”. Percebe-se assim que há uma apropriação do termo com a finalidade de vender esses espaços a preços exorbitantes, já que eles estão associados a um novo estilo de vida e a um novo público.

Hoje em dia os artistas que vão morar em “lofts” em Tribeca são cantores famosos e astros do cinema (**Figura 7**), ou seja, de uma alternativa diante de uma situação econômica, o “loft” torna-se, agora, um estilo que atende essencialmente as classes média e alta (**Figura 8**).

Figura 07 - “Loft” em Tribeca, no centro de Manhattan, onde segundo o jornal 'NY Post', Justin Timberlake (cantor e ator) e Jessica Biel (atriz) compraram um “loft”.



Fonte: <http://ego.globo.com/Gente/foto/0..15951236-EXH.00.jpg> (acessado em 14/03/2010).

Figura 08 - “Loft” recente em Tribeca



Fonte: <http://torontohard”loft”conversions.jeffreyteam.com/”loft”s/tribeca”loft”s.jpg> (acessado em 02/01/2010)

O estilo de vida “loft” é amplamente aceito e encontra vários adeptos. É emblemática a frase do líder da *Manhattan “lofts”*, o senhor Harry Handelsman, ao dizer que: “*We weren’t selling property, we were selling lifestyle*” (VANCE, 1999, p.8). Porém, há um grupo de pessoas contrárias a essa especialização, já que ela vem contra a ideia original do “loft”. Em decorrência disto os arquitetos modernos têm ficado atentos ao fato e continuam demonstrando o seu interesse pela ideia do “loft” pois, ao transformarem um ambiente em “loft”, buscam preservar os materiais originais do prédio, fazendo uma fusão entre o antigo e o novo. Com isso, muda-se o público alvo, mas busca-se manter alguns dos princípios do “loft”.

“If well judged, the addition of mezzanine platforms, flexible ‘room division’, and functional design detailin cointributes to the drama of the original space, and the introduction of new material complements the look of the old” (VANCE, 1999, p.9)

Percebe-se assim que as ideias que balizaram o “loft” permanecem vivas e se expandem para outros lugares, além das construções industriais. O “loft”, portanto, virou um modo de se viver e o seu conceito foi difundido. Em Berlim, Buenos Aires e Londres foram feitas campanhas de revitalização dos centros destas cidades, inspiradas neste conceito. O objetivo principal que se tinha com esses “lofts” era refuncionalizar essas áreas. Morar em “loft” tornou-se um luxo, ditando estilos de casas, apartamentos, lojas e galerias. Ele deixou de estar presente só nos galpões e fábricas para ganhar um *status* que o associa a um estilo moderno (ou seria pós-moderno?) de viver.

2.3. Alguns dos princípios do “loft” e suas aplicações

Uma das ideias-chave do “loft” é a refuncionalização e a integração dos ambientes, já que não há paredes divisórias. Os “lofts”, quando surgiram, nos grandes depósitos, permitiam essa integração dos ambientes uma vez que possuíam espaços amplos e vazios. Sendo assim, observa-se aqui a divergência entre este tipo de moradia e a “máquina de morar”, na qual os espaços são setorizados/racionalizados.

É interessante observar que essa forma de moradia estimula o convívio social em detrimento da privacidade. Pelo fato de os espaços não estarem claramente definidos, tem-se uma grande mistura de ambientes numa mesma área. O ambiente íntimo do quarto, por exemplo, pode estar junto com o ambiente de trabalho do *home-office*. Sendo assim, se no “loft” a ausência de privacidade constitui uma de suas características, na moradia mínima, um dos princípios que regiam esse tipo de moradia era exatamente a privacidade, como visto anteriormente. Portanto, podemos afirmar que o “loft” busca valorizar um espaço social, do encontro e das relações.

O que se verifica é que o “loft”, em contraposição às moradias concebidas por Le Corbusier para a família, parece realmente se constituir num tipo de moradia individual, ou de casais, já que a privacidade é perdida.

Eliminar as paredes, permitindo a integração dos ambientes, é mais uma das características do “loft”, embora não seja exclusiva dele. Isso permite não só uma maior

integração como também uma maior flexibilidade na separação dos ambientes, já que eles podem ser separados rapidamente por divisórias móveis, possibilitando que o espaço seja ampliado facilmente para festas e eventos, por exemplo. Aqui se percebe uma outra diferença, só que agora entre este tipo de moradia e a “máquina de morar”, uma vez que esta pressupõe a clara divisão, setorização dos ambientes. Entretanto, não são as paredes que delimitam um espaço e o funcionalizam. Divisórias, estantes, armários etc., podem separar claramente os ambientes, mesmo que esses objetos sejam mais flexíveis. A flexibilidade dos “lofts”, portanto, não se constitui na ausência de paredes de alvenaria, mas na ideia que esse espaço tem de ser um espaço flexível, que permite multiusos.

Percebem-se aqui mais algumas diferenças entre o “loft”, e a moradia mínima e a “máquina de morar”. Ao contrário do “loft”, que apresenta uma área ampla, a moradia mínima tem o seu espaço reduzido à dimensão mínima. Além disto, na “máquina de morar” o espaço não possui nenhuma informalidade, já que ele é fixo e está nitidamente dividido, “setorizado”.

Minimamente mobiliados, com grandes espaços, estes lares apresentam uma enorme área disponível permitindo improvisos. Sendo assim os “lofts” possuem vários estilos, contrapondo-se, dessa forma, à ideia da casa padronizada, em série, que havíamos visto acima tanto na moradia mínima como na “máquina de morar”, com os seus móveis-tipo, sua casa-tipo. A ideia de subversão estava presente, já que era ilegal do ponto de vista do planejamento municipal. Como Andy Warhol e outros artistas de Nova Iorque ressaltaram, o “loft” desafiava as noções existentes de lar e ambiente doméstico (VANCE, 1999).

2.4. Breve ponderação

Assim como fizemos ao final da discussão sobre o conceito “máquina de morar”, vamos apontar algumas das características apresentadas acima sobre o “loft” para, a partir da definição deste conceito, dos elementos que o ajudam a constituir, listar aqueles que podem contribuir para a análise da cidade. Recapitulemos, portanto, algumas dessas características vistas até agora: refuncionalização; espaço amplo, sem divisórias; enorme área disponível, permitindo improvisos e maior flexibilidade na separação dos ambientes; multiusos; local de trabalho e moradia; possuem vários estilos; convívio social

PARTE II

3. A ESCALA NO USO DAS ANALOGIAS E MODELOS

Aos falar-nos das diferentes formas como os móveis são arrumados espacialmente dentro de um apartamento, GOMES (2006, p.37-38) sugere que os geógrafos façam o mesmo dentro do seu objeto de estudo: a cidade, o campo, os Estados-nacionais etc. Seguindo a sugestão do autor, propomos abordá-la em nossa dissertação, através da mudança de escala do ambiente doméstico para a cidade. Busca-se assim fazer o salto necessário do ambiente doméstico para a cidade na compreensão do arranjo espacial, o que implicará, também, a mudança dos fenômenos espaciais analisados, já que a cidade é muito mais complexa e possui outros objetos diferentes daqueles da casa. Torna-se, portanto, importante, a questão da escala.

A escala é um tema de debate recente na geografia. O conceito de escala vem sendo discutido constantemente e, à abordagem usual com a qual ela vinha sendo tratada, novas perspectivas vêm se inserindo, ampliando o sentido do conceito. Nosso interesse não é aprofundar a questão, mas apenas trabalhá-la muito brevemente, uma vez que a escala será útil em nosso trabalho unicamente na passagem que faremos do ambiente doméstico para a cidade.

A escala na cartografia é pensada na relação entre o real e a sua representação gráfica. Através da escala observa-se a proporção entre a distância real e a sua representação⁸. Na cartografia o recurso utilizado para se trabalhar com a escala é a matemática, e daí origina a grande confusão causada pela analogia entre a escala cartográfica e a escala geográfica. A escala cartográfica grande refere-se a uma pequena porção do real, ao passo que a escala pequena representa uma grande porção da superfície terrestre. É por isso que, ao representarmos o globo, utilizamos uma escala pequena, enquanto que para representar um bairro, ou mesmo uma casa, usamos uma escala grande. (CASTRO, 2007, p.117-119). Já na escala geográfica, a escala grande corresponde a uma grande porção da superfície terrestre ao passo que a escala pequena diz respeito a uma pequena porção desta.

⁸ No miniconto/fábula “Do rigor na ciência” de Jorge Luis Borges, representação e real se confundem, já que a escala adotada chega a 1:1, ou seja, 1cm da representação equivale a 1cm do real.

Segundo LACOSTE (1988, p.77) um dos grandes problemas epistemológicos em relação à escala é que os detalhes, as composições geográficas, perdem-se na escala pequena em relação à grande, ou seja, perde-se em detalhes, mas se ganha em extensão/área representada. Daí resulta, segundo o autor, o grande problema na análise e nos raciocínios feitos a partir da escala, já que, ao mudá-la, muda-se o nível de conceituação⁹.

Sendo assim, ao se mudar a escala, muda-se a percepção que se tem sobre o real, já que o fenômeno representado ou tem seu significado modificado, ou deixa de ser representado. Alguns fenômenos para serem compreendidos necessitam de que a escala de análise ao ser utilizada seja grande, enquanto que outros fenômenos só podem ser apreendidos em escala pequena. É por isto que a escolha arbitrária da escala torna-se um problema, uma vez que todo o sentido do fenômeno representado é alterado em função desta¹⁰. Mais que isto, segundo o referido autor, ao se mudar a escala, muda-se o fenômeno, que passa a ser apreendido em outra escala (LACOSTE, 1988, p.74-82).

Esse é um risco que corremos em nosso trabalho, já que não poderemos simplesmente mudar a escala, pois ao fazermos isto teremos que considerar outros elementos que não estavam presentes em determinada escala. Devemos, portanto, na mudança de escala, considerar os novos elementos que vão surgir, mas não porque antes estes não estivessem visíveis, mas simplesmente porque não existiam. Por exemplo, a padronização dos objetos da casa se dará na cidade em relação a outros elementos que não necessariamente àqueles da casa, assim como a setorização/racionalização desta será diferente daquela que ocorrerá na cidade. Porém, o importante a ser observado na cidade é como os princípios que caracterizam o espaço doméstico, tais como os citados acima (padronização e setorização/racionalização), podem contribuir para a análise da cidade.

⁹ É interessante perceber que no mundo globalizado, no qual está cada vez mais em voga a preocupação ambiental, discute-se muito como certos lugares são atingidos por problemas oriundos de outras regiões. Sendo assim, ao mudar-se a escala de análise, percebe-se de onde vem o problema e modifica-se a interpretação e a forma de atuação. Isso não se restringe à questão ambiental, estando presente também na economia, na cultura etc. Hoje em dia, cada vez mais os lugares são entendidos na relação global/local, já que *“cada [um deles] é, à sua maneira, o mundo”* (SANTOS, 2006, p.314). Por isso, é comum ver-se hoje, em textos geográficos, termos como escala global e escala local. Como afirma Lacoste (1988, p.75): *“Certos raciocínios não podem se formar se não forem examinados os diferentes aspectos de um fenômeno sobre o conjunto do planeta (é por exemplo o caso de certos fenômenos climáticos ou econômicos)”*

¹⁰ Lacoste traça um paralelo com a história, na qual a análise de um fato ganha um outro significado se vista a partir de uma *“curta duração”* ou *“longa duração”* (LACOSTE, 1988, p. 82).

Sendo assim, é através dos princípios que unem ambos que buscamos a coerência. Um exemplo desta relação pode ser estabelecido ao se comparar a “máquina de morar” com a vertente funcionalista da arquitetura moderna, que veremos melhor adiante. Assim como na “máquina de morar”, na qual o espaço doméstico encontra-se setorizado/racionalizado em termos de funções, a cidade proposta pela vertente funcionalista da arquitetura moderna irá setorizar/racionalizar o espaço urbano em zonas.

Ainda no que tange à mudança de escala podemos, numa casa, fazer uma análise somente de um ambiente, sem saber qual ele é, a função que ele desempenha na casa; mas ao diminuirmos a escala podemos perder em precisão, mas ganhar em conjunto, já que podemos ver a casa como um todo, e a relação deste ambiente, que pode ser um quarto, uma sala, com os demais ambientes da casa (cozinha, banheiro, quintal etc). Numa cidade podemos ver só o quarteirão do qual a minha casa faz parte, ou vê-la em relação à rua, ao comércio próximo, a toda a estrutura que se desenvolve no entorno da minha casa e que dão sentido ao meu local de moradia¹¹. Verifica-se assim que a questão do arranjo espacial, da forma como está disposto, organizado o ambiente, é fundamental tanto em relação ao ambiente doméstico como em relação à cidade.

Retornando a Lacoste vimos que para o autor a mudança de escala implica a mudança do fenômeno, e é a partir desta perspectiva que ele critica os trabalhos monográficos que foram feitos pelos seguidores de Vidal de La Blache. Nestes trabalhos são realçadas as interações entre os fatos físicos e humanos; feitas descrições das paisagens e, conforme o agrupamento desses elementos, passa-se a ter as características de uma região que a diferencia das demais. Daí a importância dada ao conceito de “região”. Para Lacoste o problema destas análises monográficas é que elas pretendem-se ser “totais”, reunindo todos os elementos possíveis, porém, são no máximo “parciais”, já que partem de escolhas restritas. Sendo assim, através dessas análises é possível apreender as formas do relevo, mas não satisfatoriamente os problemas econômicos, sociais e políticos (LACOSTE, 1988, p.77-84).

¹¹ Uma casa que esteja situada em um local que possui vários serviços e infra-estrutura tende a ser mais valorizada do que outra que se encontra em situação oposta. Por isso, se ficássemos somente na análise da casa não poderíamos compreender o seu valor material. É claro que há outros elementos que ajudam nessa valorização, ou não, como violência, etc., mas esse tipo de abordagem não é o objetivo aqui.

Em nosso trabalho a escala acaba por contribuir para a discussão no que diz respeito à sua concepção mais usual: estender a análise por uma maior área/extensão. Sendo assim, os princípios que regem os conceitos “máquina de morar” e “loft” servirão como fonte de análise de uma área maior do que aquela do espaço doméstico. Amplia-se, assim, a análise para o plano de uma cidade, como nos havia sugerido Gomes (2006). Portanto, muda-se a escala e o objeto analisado, mas não os conceitos/princípios. Assim, exploremos um pouco mais o exemplo dado acima, em que é feita a passagem da escala do ambiente doméstico (da “máquina de morar”) para a cidade através da setorização/racionalização dos espaços segundo suas funções.

Na “máquina de morar” haverá um ambiente para o repouso, que é o quarto; um para se trabalhar, que pode ser um escritório ou biblioteca¹²; um ambiente para o convívio social, que é a sala e assim aquele espaço vai sendo racionalizado segundo as funções que lhe são destinadas. Na cidade foi feita também essa proposta. A vertente funcionalista da arquitetura moderna, por exemplo, também propõe a setorização/racionalização dos espaços da cidade segundo suas funções, mesmo que essa setorização/racionalização não dê da mesma forma como aquela que é encontrada dentro do espaço doméstico da “máquina de morar”. Os lugares de repouso/lazer podem ser os parques e jardins; os de trabalho estariam localizados nos centros de negócios, comércios e serviços; os de convívio social nos parques, praias, cafés, etc. Não há a necessidade de se fazer uma correspondência entre o quarto da casa e os jardins da cidade como lugares de repouso pois não é isso que buscamos em nossa pesquisa, mas sim mostrar como ambos os espaço, tanto o doméstico como o da cidade, partem de um mesmo princípio que é a setorização/racionalização. Há um outro princípio citado por nós há pouco, a padronização, que iremos ver melhor agora, a partir do debate sobre fordismo e pós-fordismo.

¹² Um professor, por exemplo, poderia ter uma biblioteca particular em sua casa.

4. A CASA: DA PRODUÇÃO EM SÉRIE À DIVERSIDADE DE PRODUTOS

O debate entre a “máquina de morar” e o “loft” deve ser feito tendo em mente as transformações existentes nos produtos, no modelo de produção das fábricas e estando atento ao período destas mudanças. É preciso, portanto, pensar nesses tipos de moradias a partir das possibilidades existentes em cada época, já que as transformações nas indústrias influenciavam no modo e nas possibilidades de se pensar a habitação. Le Corbusier, por exemplo, dizia que a arquitetura deveria mudar e se adaptar à nova época, à da revolução industrial, daí sua nova proposta de arquitetura. Trabalharemos com dois modos de produção: o fordismo e o pós-fordismo.

O fordismo caracteriza-se por ser o modelo de produção associado à padronização e à produção em massa, enquanto que o pós-fordismo se caracteriza por vir em substituição a este modelo através de uma produção flexível, restrita e diversificada. Vejamos, sucintamente, as características de cada um destes modelos, para que possamos compreender e observar as possibilidades de conceber e pensar a produção da moradia.

4.1. A produção em série

O termo fordismo foi utilizado por Gramsci para definir o sistema de produção e gestão aplicado na fábrica de Henry Ford, a Ford Motor Co, localizada em Detroit, em 1913. Hoje este termo é utilizado para definir o modelo produtivo que no início do século XX visava a uma produção e a um consumo em massa através de inovações técnicas e organizacionais. Uma característica do modo de produção fordista é a clara separação entre a concepção e a execução. Fundamentado na linha de montagem, o fordismo apresenta: a) a fragmentação das tarefas, com a consequente especialização do trabalhador naquela única função; b) a esteira rolante, que permite ao trabalhador ficar parado enquanto as peças vêm ao seu encontro, reduzindo, assim, o tempo ocioso¹³ e; c) a produção de produtos

¹³ Esse modelo produtivo pode ser visto, de modo crítico e irônico, no filme “Tempos Modernos” de Charles Chaplin (1936).

padronizados¹⁴. Além disso, o fordismo se caracteriza, também, por mudanças tecnológicas, um modelo de industrialização baseado em produção em massa e consumo de massa (necessitando, para isso, ampliar a renda com o intuito de aumentar o consumo) (LARANGEIRA, 1997, p.89-91, DRUCK, 1999, p.49 e HARVEY, 2004, p.121-122).

Sendo assim, o trabalho, nesse modelo de produção, torna-se repetitivo, fragmentado e monótono, colocando o trabalhador dentro de uma rígida disciplina. Tal modelo permitiu um aumento da produtividade espantoso. Para se ter uma ideia, basta verificar que num período de 10 (dez) anos (entre 1913 e 1923) a fábrica de Detroit passou da produção de 300.000 (trezentos mil) carros ao ano para 2.000.000 (dois milhões) de carros ao ano, ou seja, uma produção quase 7 (sete) vezes maior (NEFFA *apud* Larangeira, 1997, p. 90). Tal lógica, aumento produtivo num menor espaço de tempo, permitiu uma redução nos custos produtivos e um aumento na taxa de lucro (LARANGEIRA, 1997, p. 90).

Para Gramsci, o fordismo é mais do que apenas um modo de gestão da fábrica, estendendo-se a toda a sociedade, constituindo-se num novo modo de produzir, trabalhar e viver. Como afirma o autor (*apud* Druck, 1999, p.48): “... *os novos métodos de trabalho são indissolúvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro*”.

4.2. A produção flexível

No final dos anos 60 (sessenta), e início dos anos 70 (setenta), o fordismo entrará em crise devido ao esgotamento de um modo de regulação capitalista e de organização e gestão do processo de trabalho do modelo produtivo. O indício da crise se dá com a queda da produtividade e a competitividade internacional, principalmente a concorrência japonesa (DRUCK, 1999, p.68). Novas tecnologias e a competição global permitirão uma nova

¹⁴ Segundo Louis Wirth (1987, p.106): “*O crescimento da fábrica possibilitou a produção em massa para um mercado impessoal. A máxima exploração das possibilidades da divisão do trabalho e da produção em massa só é possível, porém, com a padronização de processos e produtos*”

forma, um novo modelo produtivo, denominado por muitos autores como pós-fordismo¹⁵. Segundo estes, o modelo fordista ter-se-ia esgotado em função da padronização da produção, uma vez que já não atendia mais às exigências do mercado, que agora procurava por produtos diferenciados, uma vez que levava em consideração as diferenças sócio-culturais. Com isso muda-se a lógica vigente no modelo fordista, de uma produção rígida e padronizada, para uma produção flexível que consegue atender rapidamente à demanda do mercado¹⁶ (LARANGEIRA, 1997, p.91-92).

Algumas características são encontradas nesse novo processo produtivo do modelo japonês de organização e gestão do trabalho, tais como: a) *just-in-time*: ou seja, a ideia de se produzir no tempo certo uma quantidade exata e; b) *kanban*: um sistema de informações sobre os diversos estágios da produção e do estoque com o objetivo de reduzir os custos e melhorar a produtividade (DRUCK, 1999, p.93).

Observa-se assim que o modelo japonês é diferente do modelo fordista. Se este se caracteriza por ser “*um método de redução de custos para a produção de carros em quantidades constantemente crescentes e numa variedade cada vez mais restrita de modelos*”, o Toyotismo (que é o modelo japonês) visa “*fabricar a bom preço pequena séries de numerosos modelos diferentes*” (OHNO *apud* Coriat, 1994, p.31). A oposição central então se dá entre uma produção em massa de produtos idênticos *versus* uma produção de produtos diferenciados.

¹⁵ Alguns autores sugerem que não houve uma ruptura com o modelo fordista, mas uma reestruturação deste diante da crise capitalista. Como o nosso interesse são as características de cada modelo, principalmente no que diz respeito à padronização ou não dos produtos, não entraremos no mérito se este novo modelo é pós-fordista ou neofordista. Para aqueles que tiverem interesse nesta discussão sugerimos a leitura do texto “Fordismo e Pós-Fordismo” (*in*: Trabalho e tecnologia: dicionário crítico, 1997) de Sonia M.G. Lorangeira, páginas: 92-93 e, além dele, o subcapítulo “Sobre o modelo japonês” (*in*: Terceirização: (des)fordizando a fábrica, 1999) de Maria da Graça Druck. Talvez fosse melhor, dentro do nosso interesse, pensarmos em termos de produção em série *versus* produção flexível como, aliás, já estamos fazendo. Harvey, por exemplo, denomina fordismo e acumulação flexível.

¹⁶ Isso se tornou possível através das novas tecnologias, de uma mão-de-obra qualificada e flexível e envolvida com a produção (LARANGEIRA, 1997, p.91-92).

4.3. Breve ponderação

Ora, podemos perceber que há elementos em comum entre o modo de produção fordista e a “máquina de morar”, e entre a produção flexível e o “loft”. Como vimos anteriormente, entre as características do fordismo está a produção em série de produtos padronizados e em grandes quantidades — reduzindo assim o custo —, e a fragmentação das tarefas no processo produtivo. A “máquina de morar”, definida por Le Corbusier, também deveria ser produzida em série e em grandes quantidades, já que não levava em consideração as diferenças sócio-culturais. Além disto o espaço deveria ser setorizado, tendo cada ambiente uma função específica, assim como o espaço racional da fábrica fordista. Já a produção flexível apresenta como característica a produção de pequenas séries de produtos diferenciados. Ora, são exatamente estas diferenças de estilos que encontramos nos “lofts” recentes, como havia dito Vance, e que Le Corbusier tanto rejeitava.

Se a “máquina de morar” foi possível graças ao processo de padronização presente nas fábricas, o que permitia produzir em grandes quantidades produtos idênticos e a baixo custo, a diversidade de “lofts” recentes existentes torna-se possível graças à diferenciação dos materiais produzidos. Ou seja, atualmente há vários estilos de “loft”, e se há esta diversidade, é porque há a possibilidade do uso de diversos materiais e formas. Em consonância com isto, se há essa possibilidade da diversidade, é que houve uma transformação não só no modelo produtivo, como também na diversidade dos produtos produzidos.

A casa em série, como havia falado Le Corbusier (1973), só foi possível através de uma produção em série. Era a arquitetura se adaptando ao modelo industrial. Da mesma forma, uma moradia diversificada só será possível através de uma produção diversificada. Sendo assim, observamos que a mudança na moradia não seria viável sem uma mudança no modelo de produção e nos produtos produzidos. Para confirmar isto basta verificar que tanto a produção flexível quanto o surgimento dos “lofts” datam dos anos 60 (sessenta) e 70 (setenta) do século XX. Assim como a moradia mínima e a “máquina de morar” não teriam sido possíveis sem as mudanças na indústria que permitiram a produção de produtos padronizados.

Entretanto, vale fazer uma ressalva aqui, já que os “lofts” que efetivamente se beneficiaram dessa produção flexível foram os “lofts” recentes. Como dissemos anteriormente, esse “lofts” não significam a mesma coisa que os primeiros, já que a refuncionalização não está presente neles, embora a ideia de planta livre e flexibilidade, com multiusos em um mesmo espaço, permaneça. Além disso, a diversidade dos primeiros “lofts” em nada tem a ver com a diversidade dos “lofts” atuais, já que os primeiros eram frutos de uma necessidade, que não necessariamente buscavam ter em seus ambientes elementos particulares, diversificados, que contrapunham a uma produção em série. A relação que efetivamente há é entre a “máquina de morar” e fordismo, uma vez que ambas estavam sustentadas sobre premissa da produção em série. Se formos fazer uma relação do mesmo tipo em relação ao “loft” e a produção flexível, essa deve ser feita tendo em mente basicamente os “lofts” mais recentes. Porém aqui caímos num dilema, pois se nem considerarmos esses como “lofts”, mas somente os primeiros como tais, já que aqueles divergem em alguns princípios dos “lofts” atuais, a relação dificilmente será estabelecida. Isto porque, como já dissemos, os “lofts” recentes, diferentemente dos antigos, já “nascem” assim, com prédios sendo construídos com apartamentos “lofts”. Portanto, neles não há a refuncionalização do espaço. Entretanto, há algumas características nesses “lofts” atuais que permanece dos antigos, principalmente a ideia de planta livre, que permite uma flexibilidade e uma variedade de usos num mesmo espaço. A melhor opção, então, deva ser pensar em termos de “loft” antigos” e “loft” atuais”, sabendo que estes, embora tragam alguns dos princípios daqueles, não são exatamente como os “lofts antigos”.

O que talvez a gente possa fazer é uma relação com os primeiros “lofts” em termos da não necessária busca por objetos idênticos, como aquela se almejava na “máquina de morar”. A diversidade até poderia ocorrer nos primeiro “lofts”, mas não se constituía na regra e nem era fruto da diversidade de produtos produzidos pela fábrica produção flexível. Essa diversidade presente nos primeiros “lofts” é oriunda fundamentalmente de uma necessidade do que de uma busca por ela e talvez seja bom pensarmos nesses termos em relação à não padronização dos “lofts”. Não é que eles buscassem ser diferentes, mas é que por não buscarem ser todos iguais, acabam por ser diferenciar uns dos outros.

Vimos neste capítulo a relação que se pode estabelecer entre um modo de produção e a habitação. No capítulo anterior havíamos visto a importância da escala em nossa

dissertação, mas antes de aprofundarmos a questão da passagem do espaço doméstico para o da cidade, é preciso ver primeiramente um outro ponto em relação a esses dois tipos de arranjos espaciais do ambiente doméstico (a “máquina de morar” e o “loft”). Isto porque sendo estes tipos de moradia diferentes, os seus ideais (correntes) também podem ser diferentes. Como vimos, a concepção da moradia mínima, que já encontrava alguns de seus princípios na “máquina de morar”, foi discutida no II CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura moderna) de 1929, estando relacionada a algumas das diretrizes que constariam na vertente funcionalista da arquitetura moderna. Visto que a concepção de moradia “loft” é muito mais recente, datando dos anos 60 (sessenta) e 70 (setenta) do século XX, seria então o “loft” um conceito que vem atrelado à crítica pós-moderna, ou estaria ele ainda relacionado à modernidade? Seria ele um modo de moradia pós-moderno? Estaria ele rompendo com os princípios da “máquina de morar”, logo, da vertente funcionalista da arquitetura moderna?

É a partir destas perguntas que nós nos propormos a pensar, então, a questão da modernidade e da pós-modernidade. Trabalharemos esta questão, primeiramente, de uma forma abrangente, para, depois, focarmos em nosso ponto de interesse que é a cidade.

PARTE III

5. O DEBATE ENTRE A MODERNIDADE E A PÓS-MODERNIDADE

5.1. Contextualização

Para Charles Jencks, a metáfora que marca o fim da modernidade e o início de um período pós-moderno é a implosão daquele que representa um marco dos ideais modernos: o conjunto habitacional Pruitt-Igoe (**Figura 9**), concebido sob os cânones do funcionalismo corbusiano. A implosão ocorreu em 15 de julho de 1972, às 15:32, em Saint Louis, Missouri, Estados Unidos, por ter sido declarado como inabitável o conjunto habitacional. Construído em 1951 segundo os ditames progressistas dos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), a demolição prédio, de sua estrutura física, decretou não só o fim da parte concreta deste, mas também a falência dos princípios que o regiam. Sendo assim, com a implosão veio abaixo não só a estrutura física do prédio, mas os próprios princípios que balizaram a sua construção (DUARTE, 2002, p.157, Harvey *apud* GOMES, 2007, p.19 e PORTOGHESI, 1982, p.45-46).

Figura 09 - Implosão do conjunto habitacional Pruitt-Igoe (Missouri, Estados Unidos) em 15 de julho de 1972.



Fonte: <http://rasmusbroennum.files.wordpress.com/2007/11/pruitt-igoe-collapses.jpg> (acessado em 14/03/2010).

Fiel aos princípios da vertente funcionalista da arquitetura moderna, - vertente esta que se destacou dentro da arquitetura moderna, sendo muitas vezes chamada de arquitetura moderna apenas o que esta vertente produziu, desconsiderando, portanto, a diversidade de outras vertentes presentes nesse período, que inclusive questionavam a vertente funcionalista da arquitetura moderna - este prédio é um marco dentro da arquitetura moderna, por isso a sua demolição representaria o fracasso dos princípios do programa modernista. O que, na verdade, significa o fracasso desta vertente do programa modernista. Jencks acusa esta arquitetura moderna de criar e sustentar premissas que jamais foram verificadas se correspondiam às exigências dos homens, como a que postulava, por exemplo, Le Corbusier ao afirmar, como vimos anteriormente, que os homens possuíam os mesmos organismos, as mesmas funções, logo as mesmas necessidades. Segundo Jencks, os arquitetos modernos criaram um *mítico homem moderno* (DUARTE, 2002, p.157 e PORTOGHESI, 1982, p.45-46).

Os novos programas arquitetônicos buscam, portanto, valorizar aquilo que era rejeitado por esta vertente da arquitetura moderna. Não se trata de negar e abolir tudo que até então havia sido produzido por esta arquitetura, mas de trazer elementos até agora ignorados, ou melhor dizendo, que tiveram menos expressividade dentro desta arquitetura. É um exemplo disso a pós-modernidade na arquitetura. Segundo Montaner (2001, p.153) “*A pós-modernidade na arquitetura implicaria uma posição de superação crítica do Movimento Moderno, sem cair em anacronismos reacionários ou em formalismo*”

No final dos anos de 1970, no campo da arquitetura, foram feitas obras que vieram a ser proclamadas como pós-modernas, destacando-se 3 (três): a St. Joseph's Fountain na Piazza d'Italia em New Orleans (1975-1978) de Charles Moore; a prefeitura de Portland (1980-1983) de Michael Graves; e o edifício da AT&T em Nova Iorque (1978-1984) de Philip Johnson (MONTANER, 2001, p.163). Na obra de Charles Moore, Piazza d'Italia (**Figura 10**), por exemplo, busca-se uma arquitetura comunicativa, que integrada à paisagem, reinterpreta a arquitetura local. Nesta obra, além de se inspirar em fontes barrocas romanas, Moore utilizou o formato da península italiana, uma bota, para a planta da praça. Há, portanto, a mistura de elementos populares e clássicos.

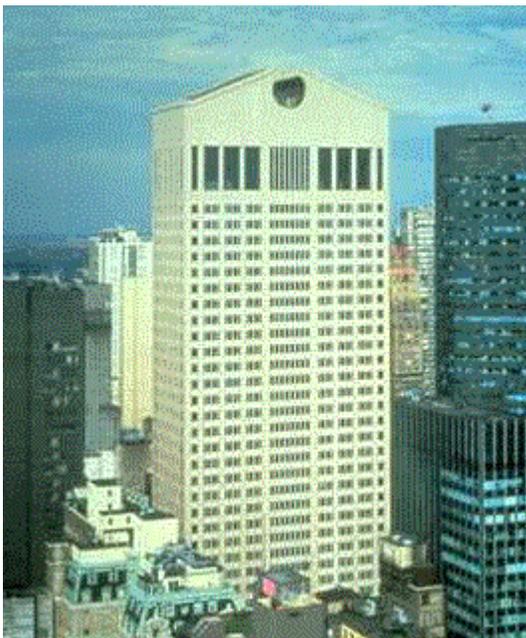
Figura 10: Piazza d'Italia de Charles Moore



fonte: <http://www.americanitalianmuseum.com/images/4-07.jpg> (acessado em 14/03/2010).

Outra característica dessa arquitetura pós-moderna é a volta à tradição, remetendo ao passado, a uma história, à valorização de uma época, como, por exemplo, no edifício da AT&T (**Figura 11**) baseado num armário antigo, passa a estar presente nesta nova arquitetura, que data de 1970, e execrado pela vertente funcionalista da arquitetura moderna.

Figura 11 - Edifício da AT&T



Fonte: <http://www.gibson-design.com/images/forum-att.gif> (acessado em 14/03/2010).

Outra característica desta recente arquitetura é a preocupação com a ornamentação, com o aspecto decorativo, no qual as formas não são criadas em decorrências das funções. A valorização do singular, do excepcional, do único, são também marcas desta arquitetura, desta crítica pós-moderna, que se opõe à produção em série da arquitetura funcionalista moderna. A quebra da padronização, portanto, o nascimento da produção flexível, foi um dos elementos importantes nesta nova arquitetura para a criação dos “lofts” recentes.

É interessante observar como aqui, novamente, aparece a ideia do singular, do único sendo valorizado, ideia esta também presente nos “lofts”, já que, como vimos anteriormente com Vance, eles possuem vários estilos. Aliás, essa valorização do singular, do único se opõe aos princípios de Le Corbusier que condenava o particularismo, a ideia de “minha casa”, “meu teto” em prol da “casa tipo”, dos “móveis tipo”, que seria possível através da estandardização do processo da construção.

A crítica pós-moderna, portanto, rompe com a racionalidade moderna, especificamente a de Le Corbusier e seus seguidores, abrindo espaço para o imponderável, o injustificável, a indeterminação. A grande questão era ter a possibilidade de valorizar

aqueles elementos que a razão universal do modernismo negava, ou, simplesmente, ignora e abole. A crítica pós-moderna chega a valorizar um quase irracionalismo (GOMES, 2007, p. 20-21).

5.2. Exemplos da “pós-modernidade”

Em outros campos há exemplos de uma crítica pós-moderna. No cinema os trabalhos recentes do diretor David Lynch, tais como, “A Estrada Perdida (1997)”, “Cidade dos Sonhos (2001)” e “Império dos Sonhos (2006)”, remetem a uma linguagem pouco usual, a uma narrativa desconexa, a cenas que parecem perdidas dentro do filme, não acrescentando nada à trama. Na ciência, uma das críticas dirigida à racionalidade se dá na obra “Contra o Método”, de Feyerabend, em que o autor contesta os métodos tradicionais, abrindo caminho para a irracionalidade, que possibilita inovações teóricas (GOMES, 2007, p. 22-23).

Um outro campo em que a questão da modernidade e pós-modernidade foi discutida diz respeito ao conceito de território. HAESBAERT (2004, p.143-144), em seu livro intitulado “O Mito da desterritorialização”, mostra como o recente discurso sobre desterritorialização vem associado à ideia de uma sociedade pós-moderna. O autor demonstra que o território, por ter se tornado hoje em dia muito mais múltiplo, descontínuo, flexível, sem os seus limites claramente definidos, tem sido considerado como extinto. Sendo assim, decreta-se o fim deste, identificando um processo de desterritorialização.

Os autores que se filiam a esta perspectiva muitas vezes pensam o território como algo rígido, estático, não compreendendo outras formas de territorialização. Por isso, a nosso ver, eles estão muito ligados a uma certa compreensão dos ideais modernos o qual, ao considerar o território atual como não sendo mais o que ele até então era, deixa de existir, isto porque, aquilo pelo qual o território se constituía, não o constitui mais. Ora, esta visão redutora, que não permite a mudança, a transformação, só pode mesmo decretar o fim do território, uma desterritorialização, já que, por ele não ser mais o que ele era, logo, ele não é. Entretanto, se pensarmos como Haesbaert, que o território é hoje muito mais múltiplo, diverso, ao contrário de decretarmos o seu fim, poderemos realçar aquilo que está

presente neste território recente. Sendo assim, ao romper com uma tradição, o território acaba por fundar uma nova territorialização, uma reterritorialização.

Isto é claramente demonstrado pelo autor ao afirmar que no próprio processo desterritorializador a reterritorialização já está sendo feita. Ao se “romper” com um território, não se extermina o território, mas funda-se um outro território, processo que estará permanentemente ocorrendo neste através da territorialização – desterritorialização – reterritorialização. O que marca, então, a modernidade, no que tange ao território, é a constante des-re-territorialização, este constante movimento. Um paralelo deste movimento pode ser feito em relação à ciência, que é o elemento fundador da modernidade, já que ela se afirma pelas incertezas e pelos conflitos (GOMES, 2007, p.27-28).

Muitos autores consideram que a pós-modernidade rompe com uma época ao desestabilizar as antigas certezas. No território, ou melhor, no processo de desterritorialização isto ficaria nítido em relação ao indivíduo quando este vai encontrar-se desnorteado ao não estar circunscrito a comunidades claramente definidas. Os contatos passam a ser feitos cada vez mais à distância, sem que seja necessária uma proximidade física¹⁷ (HAESBAERT, 2004, p.145). Estas características são, para alguns autores, uma marca do período pós-moderno. GIDDENS (1991, p.11-27), que identifica a modernidade a um estilo, um costume de vida e uma organização social que emergem a partir do século XVII, na Europa, e que influencia várias partes do mundo, acredita estarmos radicalizando a modernidade ao invés de estarmos entrando num período pós-moderno. O autor identifica essa mudança como uma diferença existente entre a sociedade pré-moderna e a sociedade moderna em função da separação espaço-tempo. Segundo o autor, na modernidade as relações deixaram de ser face a face, permitindo o contato com o distante. O local não pode ser entendido, hoje em dia, sem sua relação com outras instâncias distantes dali. Sendo assim, o autor ratifica, neste momento, o que havíamos visto anteriormente com Santos (1996).

Balandier (*apud* Haesbaert, 2004) afirma que o discurso pós-moderno acaba por realçar aquilo que marcava a modernidade, na qual o movimento era feito junto com a incerteza, e era esta que permitia que o movimento continuasse. Justamente o que havíamos

¹⁷ Esta relação (próximo-distante) pode ser observada no filme “Denise está Chamando” (1995) do diretor Hal Salwen.

a pouco com Gomes (2007). Alguns escritores ‘modernos’ afirmam que o que caracteriza a modernidade é exatamente a sua insegurança. Sendo assim, ser moderno, ressalta Berman, é fazer parte de um universo onde “tudo o que é sólido desmancha no ar”, como havia dito Marx (HARVEY, 2004, p.21 e HAESBAERT, 2004, p.146). Assim como havia afirmado Balandier; Habermas e Giddens dizem que a pós-modernidade tende a realçar as características da modernidade, sendo assim:

“... enquanto a modernidade estava politicamente marcada pelo mito da Revolução, ou, pelo menos, da inovação permanente, da mudança, a pós-modernidade estaria ligada à repetição (ou ‘replicação’), ao anti-histórico, ao presente contínuo...” (HAESBAERT, 2004, p.146)

Ao observarmos esta citação percebemos um elemento contraditório no que se refere à vertente funcionalista da arquitetura moderna, uma vez que nela, de uma forma geral, se nega qualquer historicismo, qualquer elemento ligado à tradição. Entretanto, a citação dá a entender que enquanto a pós-modernidade está ligada ao anti-histórico, a modernidade, ao contrário, estaria ligada ao histórico. CHOAY (1979), por exemplo, ao dividir a arquitetura em dois novos modelos – o progressista e o culturalista — , como veremos melhor a seguir, afirma que uma das características do novo modelo culturalista, em oposição ao novo modelo progressista, é um retorno à história, aos costumes. Enquanto isso a arquitetura progressista, que era moderna, condenava qualquer retorno ao passado, como o que é feito, por exemplo, no recente edifício da AT&T.

“A modernidade em geral é concebida como um conceito aberto. Implica a ideia de continuação ininterrupta das coisas. Isto está implícito em sua rejeição ao passado como fonte de inspiração ou como exemplo” (KUMAR apud Haesbaert, 2004, p. 147-148)

Uma outra característica a ser apontada é a associação da pós-modernidade à ideia de repetição, como vimos acima com Habermas e Giddens. Embora a repetição ocorra de uma outra forma na vertente funcionalista da arquitetura moderna, com a ideia da produção

em série, da padronização, esta ideia, a repetição, se encontra presente na modernidade, já na “pós-modernidade”, segundo GOMES (2007), o único, o particular se destaca como princípio desse período. Ressaltemos que não estamos falando de uma arquitetura pós-moderna, mas sim de um período científico identificado como pós-moderno. Verifica-se, portanto, a existência de elementos, como no caso aqui da repetição, para justificar a pós-modernidade, assim como para negá-la.

Em relação às correntes pós-modernas, observa-se que elas almejam romper com o poder absoluto da razão, uma vez que durante a modernidade esta era entendida como o meio de o homem conhecer verdadeiramente o mundo. Portanto, daí a necessidade dos pós-modernos de trilhar caminhos não-lineares, ressaltar a irracionalidade, o sentimento, o subjetivismo, o adverso, ou seja, tudo aquilo que foge à regra, à norma. Resumidamente, eles visam negar a razão como único elemento legitimador do saber.

5.3. Afinal, modernidade ou pós-modernidade?

O ponto-chave que Gomes (2007) irá destacar é que essa contestação da razão, identificada por muitos como o início da pós-modernidade, não é uma crítica contemporânea, já estando presente no próprio momento em que a razão começa a emergir como meio de apreensão do saber — que ocorre por volta do séc XVIII. Portanto, durante o período moderno diversas “contracorrentes” contestaram, assim como os pós-modernos o fazem hoje em dia, o poder hegemônico da razão. Sendo assim, a modernidade, ao contrário de ser um período dominado unicamente pela racionalidade, se constitui, por um lado, pelo território da razão, das instituições do saber metódico e normativo e, por outro, pelas diversas “contracorrentes” que contestavam o poder da razão, os modelos e os métodos da ciência institucionalizada e o espírito científico universalizante (GOMES, 2007, p. 25-28).

A modernidade se caracteriza por uma mudança de valores em um determinado período. Uma destas mudanças concerne ao novo lugar conferido à nova ciência e se expressa, segundo Gomes (2007), através de dois polos epistemológicos que divergem entre si no que tange à metodologia.

O primeiro polo, que nasce no Século das Luzes, se caracteriza pela universalidade da razão. A verdade do mundo advém de uma argumentação lógica, não contraditória, demonstrativa, sendo a ciência a responsável pela organização dessas regras e princípios. Acredita-se que através do uso da razão chega-se progressivamente mais próximo da realidade do fenômeno. Portanto, quando uma tese é colocada à prova demonstra-se a pertinência da sua hipótese, que pode ser aceita ou refutada, chegando-se assim o mais próximo possível da realidade. A crítica, então, assume um papel primordial no racionalismo, permitindo a progressão e a renovação. O método lógico-racional torna-se, na ciência racionalista, o melhor meio de aproximação entre pensamento e realidade, tendo como meta estabelecer afirmações universais (GOMES, 2007, p.30-32).

O outro polo epistemológico, oriundo do mesmo período, se opõe à concepção racionalista. Entre a diversidade de movimentos antirracionalistas há neles um elemento em comum, que é a negação da razão como único meio na produção do saber. A razão humana, para essas “contracorrentes”, não possui a mesma natureza, manifestação e forma. Valoriza-se, então, o único, o particular, em detrimento da razão universal. Sendo assim, e partindo desta crítica a razão universal, podemos entender que ela também seria dirigida às necessidades universais dos homens, sobre as quais nos fala Le Corbusier, já que não temos todos as mesmas necessidades. Só é possível conhecer o fenômeno aproximando-se dele através da empatia, do sentimento, da identidade.

O saber, para estas “contracorrentes”, é alcançado através de uma sensibilidade para se interpretar o fenômeno. A História, que na concepção racionalista é vista como um progresso contínuo, é entendida por essas “contracorrentes” como o devir. Com isso, há a valorização dos costumes e da tradição como aquilo que guarda e permanece de essencial nas mudanças. Um outro aspecto valorizado, como não poderia deixar de ser, é a subjetividade em oposição à uniformidade pretendida pela racionalidade¹⁸ (GOMES, 2007, p.32-34).

Ora, aqui podemos observar duas coisas. Primeiramente que a tradição, aqui tão valorizada, é um dos elementos ao qual não era dada muita importância na arquitetura

¹⁸ Essa oposição entre esses dois polos epistemológicos apresentados pelo autor encontra similaridades, paralelos, embora por outras vias, em outros autores como Legros, Brown e Gusdorf, como demonstra o referido autor (GOMES, 2007, p.36).

moderna, mais especificamente na arquitetura funcionalista, da qual faz parte Le Corbusier. Segundo, podemos interpretar que o “*loft*” ao permitir o exercício da subjetividade, tende a se aproximar do pós-moderno, já que possibilita as diferenças, o passo que na moradia mínima e na “máquina de morar”, devido à uniformidade, o caráter individual é esquecido em prol da produção em série. Entretanto, se a subjetividade já é reivindicada por essas “contracorrentes” durante o Iluminismo, como nos afirma Gomes (2007), ela, a subjetividade, não se constitui propriamente num fato novo e, portanto, pós-moderno.

Essa explanação que fizemos entre estes dois polos epistemológicos contribuirá para a discussão que iremos fazer entre eles e os dois novos modelos, opostos entre si, de urbanismo – o progressista e o culturalista — apresentados por Choay. Em cada modelo ela reuniu um determinado número de pensadores que apresentavam características em comum no que tange pensar o Planejamento Urbano. O que pretendemos, com a apresentação desses modelos é generalizá-los remetendo cada um dos polos epistemológicos apresentados acima a cada um destes modelos, observando, assim, o que há em comum entre o modelo progressista e o polo racionalista, e que há em comum entre o modelo culturalista e as “contracorrentes”. Lembrando-se que trata de uma generalização, portanto, arquitetos racionalistas, ou seja, aqui entendido como modernos, não serão necessariamente progressistas, assim como arquitetos culturalistas não serão necessariamente filiados às “contracorrentes”.

Em outras palavras, não se trata de afirmar que dentro da diversidade de autores presentes no modelo progressista todos sejam racionalistas e nem de fazer semelhante comparação entre todos os autores culturalistas e as “contraconrrentes”, mas buscarmos ao menos alguns princípios que pareçam estar presentes em determinados autores de ambos. Acreditamos que tais semelhanças podem ajudar-nos a pensar numa arquitetura moderna e numa crítica pós-moderna feita na arquitetura, e, portanto, também, no trabalho daquilo que realmente nos interessa, ou seja, a cidade moderna e a cidade pós-moderna. Sendo assim, da mesma forma como os pós-modernos contestam os ideais modernos, e esta contestação, na verdade, já havia ocorrido dentro do próprio período moderno, como nos mostrou Gomes (2007), a crítica pós-moderna feita na arquitetura pode, na verdade, estar trazendo para o debate uma crítica já feita e que estava presente no período da própria arquitetura moderna.

5.4. O Urbanismo: entre o modelo progressista e o modelo culturalista; ou: a reprodução do debate modernidade ou pós-modernidade ?

Ao apresentar o urbanismo, Choay distingue-o do pré-urbanismo segundo dois aspectos. O primeiro deles é que, enquanto este se caracteriza por incluir historiadores, políticos e economistas, aquele é obra de especialistas, que são, normalmente arquitetos. O segundo aspecto é que as ideias saem do plano da utopia, para serem aplicadas. Ela então divide o pré-urbanismo em dois modelos: o progressista e o culturalista. O mesmo ela fará com o urbanismo, dando a estes modelos uma nova versão. Interessa-nos principalmente, estas novas versões, embora muito dos aspectos da versão antiga estejam presentes na nova (CHOAY, 1979, p.18).

A nova versão do modelo progressista se caracteriza por apresentar uma arquitetura racionalista, na qual qualquer decoração ou ornamentação deve ser abolida em prol das formas simples. Como vimos anteriormente, a intenção que se tem ao eliminar a ornamentação é acabar com qualquer elemento supérfluo que possa encarecer a construção.

“Poderia dizer que seria ótimo para nosso bem estético se pudéssemos evitar completamente o uso do ornamento por alguns anos, de modo que nosso pensamento pudesse se concentrar intensamente na produção de edifícios bem formados e agradáveis em sua nudez” (SULLIVAN apud Frampton, 1997, p.53).

Recomenda-se, assim, a exploração da técnica e da indústria, da mesma maneira que é aconselhado que qualquer marca do passado ou referência aos costumes e tradições seja extinto da cidade. Para os arquitetos do grupo Archigram – grupo formado em 1960 na Grã-Bretanha -, que não é citado por Choay, portanto não a inclui em nenhum dos grupos; assim como para os arquitetos tecnológicos, a arquitetura deve fazer parte da produção industrial, sem fazer maiores exigências que não seja se tornar mais um produto da indústria. Portanto, para estes arquitetos, qualquer elemento artístico, artesanal e histórico deve ser abandonado. Entretanto, nem toda arquitetura aceitará isso, mas somente uma

parte dela (MONTANER, 2001, p.115). Sendo assim, mesmo que a autora não cite, verifica-se a semelhança do pensamento desse grupo, com o modelo progressista.

O objetivo é que sejam extraídas formas universais com o intuito de eliminar tudo o que é momentâneo e espontâneo. Daí, portanto, a necessidade de que os métodos de standardização e mecanização sejam aplicados (CHOAY, 1979, p.19-23). Segundo MONTANER (2001, p.69) “*a arquitetura racionalista parte da entronização do método. Toda precipitação, intuição, improvisação deve ser substituída pela sistematicidade, pelos cálculos precisos e pelos materiais produzidos em série*”. Observa-se assim que da mesma forma que tais métodos devem ser aplicados à cidade, estes mesmos princípios, como vimos anteriormente, regem, também, o ambiente doméstico da “máquina de morar” definida por Le Corbusier.

Em 1933 é proposta pelo do grupo dos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna) uma formulação doutrinária intitulada Carta de Atenas (1933). Os CIAM são a evidência mais nítida de uma ortodoxia baseada no rigor metodológico. Nele os arquitetos dos mais diversos países e cidades se encontram para compartilhar os mesmos métodos de análises e explicação dos projetos residenciais, assim como soluções similares para os projetos e formas parecidas na valorização das questões abordadas (MONTANER, 2001, p.12).

O melhor exemplo da ortodoxia formalista é a exposição ‘*The International Style: Architecture from 1922*’, que aconteceu em 1932. Esta exposição de fotos e plantas de aproximadamente 70 (setenta) obras europeias e norte-americanas, já demonstrava que havia um estilo internacional. Como manifestaram Hitchcock e Johnson em seu texto: ‘*Hoje nasceu um estilo moderno[...] No tratamento dos problemas estruturais se aproxima ao gótico, enquanto que nas questões formais se assemelha mais ao classicismo. Distingue-se de ambos pela preeminência que concede ao estudo da função*’ (grifo nosso). Esta exposição tinha por objetivo estabelecer um determinado modelo, pautado por uma determinada “*arquitetura cúbica, lisa, de fachadas brancas ou revestida de metal e vidro, de propostas funcionais e simples*”. Esta arquitetura apresenta 3 (três) princípios básicos:

“a arquitetura como volume, como jogo dinâmico de planos mais do que como massa; o predomínio da regularidade na composição, substituindo a simetria axial acadêmica; e a ausência de decoração, que surge da perfeição técnica e expressividade do edifício a partir do detalhe arquitetônico e construtivo” (MONTANER, 2001, p.13).

Alguns dos princípios presentes na Carta de Atenas também se encontram nos ideais de alguns autores urbanistas progressistas, como Le Corbusier. A da Carta de Atenas se baseia em um modelo de homem no qual todos, por possuírem as mesmas necessidades universais, precisam encontrar meios para que estas sejam satisfeitas. Tais meios são o que a Carta propõe, dividindo as necessidades do homem em 4 (quatro) grandes funções: 1) habitar; 2) trabalhar; 3) locomover-se e; 4) cultivar o corpo e o espírito (LE CORBUSIER, 1993)¹⁹.

Para MONTANER (2001, p.28): *“Os princípios da Carta de Atenas são especialmente úteis para desenvolver o modelo neocapitalista da cidade: facilitam o controle, a fragmentação, a segregação, a produção em série e a pré-fabricação”*. A produção da cidade, portanto, é inserida dentro dos objetivos e métodos da empresa capitalista. O zoneamento da cidade, com cada zona possuindo uma única função, como propunha o Movimento Moderno, permitia que cada área da cidade fosse mais facilmente controlada e explorada (MONTANER, 2001, p.28).

Em relação à maneira de se pensar a cidade e o ambiente doméstico, novamente aqui observamos um paralelo uma vez que na “máquina de morar” buscavam-se as necessidades universais dos homens. Sendo assim, observa-se que o que há em comum entre a forma de pensar a moradia e a cidade é que em ambas parte-se dos mesmos princípios, ou seja, das necessidades dos homens para se pensar a construção.

¹⁹ “[em relação a rua] a Carta de Atenas condenava de forma definitiva a rua corredor da cidade tradicional, separava de forma radical os pedestres dos carros, e liberava a superfície dos terrenos para uma área verde ilimitada [...] a rua passou a ser percurso, o parque passou a ser espaço verde, a habitação passou a ser alojamento, a rua corredor passou a ser dos edifícios” (ABRAHÃO, 2008, p.70)

A partir do conhecimento destas necessidades é possível determinar *a priori* “o tipo ideal de localização humana”, como afirmara Gropius. Sendo assim, é possível, também, que se construa um quadro *a priori* das possibilidades de qualquer comportamento social, como já almejava Comte com sua física social. A característica deste modelo, de uma forma geral, é que ele pode servir de base para ser aplicado de forma idêntica em todo o globo terrestre, independentemente da topografia de cada lugar, dos acidentes do relevo, uma vez que estes são negadas, ou seja, simplesmente ignoradas. Não importa, portanto, se estamos falando do Japão, dos Estados Unidos, da Austrália ou do Brasil. Em qualquer um desses países o mesmo plano de cidade poderá ser aplicado, uma vez que as novas técnicas permitem isso (CHOAY, 1979, p.19-23).

A cidade que se propõe a partir da Carta de Atenas deve atender a cada uma dessas funções do homem, assim como o mesmo era almejado através da “máquina de morar”. Sendo assim, haverá nela zonas especializadas com a finalidade de cumprir tais funções. Portanto, para alguns urbanistas progressistas, como, por exemplo, Le Corbusier, as zonas de trabalho, de hábitat, de lazer e os centros cívicos devem ser cuidadosamente separados, da mesma forma que na “máquina de morar” buscou-se a setorização do espaço. Justifica-se essa organização, essa determinação do modo de vida, como uma forma de se manter a eficácia, que se traduz na preocupação com as questões de saúde e higiene. Daí advém o interesse dos arquitetos progressistas com o verde e com o sol, destacando-se entre eles, como dissemos, Le Corbusier (CHOAY, 1979, p.21-25). Percebe-se, assim, na cidade, como já havíamos visto no ambiente doméstico da “máquina de morar”, a preocupação com a higiene.

A nova versão do modelo culturalista pode-se dizer, opõe-se ponto por ponto ao novo modelo progressista. Em relação à cidade valoriza-se muito mais a questão cultural em detrimento da material. Enquanto, de uma forma geral²⁰, no modelo progressista a topografia era ignorada e um único modelo poderia ser utilizado em vários lugares, no modelo culturalista a topografia é valorizada e ela deve, inclusive, ser realçada, uma vez que a declividade do terreno e suas sinuosidades devem ser mantidas nas construções,

²⁰ Há arquitetos modernos, inclusive o próprio Le Corbusier, que chegaram a fazer seus projetos considerando a topografia do terreno, como nos estudos de Le Corbusier para a cidade do Rio de Janeiro.

reforçando-se assim a ideia da singularidade em oposição à padronização²¹ (CHOAY, 1979, p.27-31).

Outro aspecto a ser considerado, e de extrema importância no modelo culturalista, é a valorização do passado, a recriação do passado no presente. A autora alerta para dois empecilhos causados por essa atitude. Primeiro, a reificação do tempo através de uma valorização inconsiderada do passado; e, segundo, a negação do presente que não se quer assumir (CHOAY, 1979, p.29).

Entre os arquitetos deste modelo destaca-se Ebenezer Howard, criador das cidades-jardins. Para ele a cidade deve ter entre 30 (trinta) mil e 58 (cinquenta e oito) mil habitantes, ser precisamente circunscrita, com seus limites claramente definidos, e limitada por um cinturão verde que tem por finalidade impedir qualquer aglomeração. A ideia é de cidades dentro da cidade. Se a população crescer além do limite, um novo centro deve ser fundado e cercado por um novo cinturão verde²² (CHOAY, 1979, p.27).

5.5. Considerações acerca do debate entre os modelos de Urbanismo e a questão da Modernidade e da Pós-Modernidade

Ao analisarmos estes dois modelos podemos verificar que eles inserem-se dentro do debate sobre a modernidade. Os dois polos epistemológicos apresentados por GOMES (2007) contêm aspectos que se inserem e entrelaçam-se com os modelos apresentados por CHOAY (1979). O nosso objetivo, ao trabalhar com a obra de Gomes e Choay, é explicitar este cruzamento, as características semelhantes que aparecem em ambos, e o modo pelo qual que este cruzamento pode contribuir para o nosso debate.

²¹ Alguns autores chegam ao extremo dessa valorização da topografia, como é o caso de Frank Lloyd Wright, *para quem a arquitetura deve se subordinar à natureza. Esse autor faz parte de um outro modelo de classificação da autora, que não iremos trabalhar aqui, denominado modelo naturalista* (CHOAY, 1979, p.31).

²² Segundo afirma Louis Wirth (1987, p.99): *“Desde a Política de Aristóteles, tem-se reconhecido que o aumento do número de habitantes de uma comunidade acima de certo limite afetará as relações entre eles e o caráter da cidade”*. Talvez essa tenha sido a intenção de Ebenezer Howard ao sugerir um determinado número de habitantes para a cidade.

Vimos que o modelo culturalista valoriza o passado. Essa valorização do passado também é feita na arquitetura mais contemporânea, a da crítica pós-moderna, como no edifício, já citado, da AT&T em que um armário antigo serviu como modelo. Porém, essa valorização do passado não se restringe ao período dito pós-moderno, uma vez que na ciência as “contracorrentes”, ao criticarem o racionalismo, já apontavam a volta às tradições e aos costumes como uma alternativa, e isso dentro do próprio período moderno. Outro ponto de cruzamento é que tanto o racionalismo moderno, quanto o modelo progressista, valorizam a razão e o indivíduo. O modelo culturalista, assim como as “contracorrentes”, têm em comum o destaque para o irregular, o único, a volta ao passado, o ilógico, o quase irracional.

Sendo assim, nos parece que pode ser feita, de uma forma generalizada, sem nos atermos ao rigor na correspondência, uma convergência entre o polo epistemológico racionalista e o modelo progressista, principalmente ao trabalharmos com Le Corbusier. Entretanto, o modelo culturalista apresenta aspectos que estão presentes na crítica pós-modernidade, mas que não são exclusivos deste período. Seria, então, o modelo culturalista pós-moderno? Por que, então, muitos dos autores que fazem parte deste modelo estão inseridos no período moderno? Ebenezer Howard (1850-1928) e Le Corbusier (1887-1965), por exemplo, foram contemporâneos. Além disto, muitos deles, ao apresentarem suas ideias, no que diz respeito à arquitetura, o faziam antes de o debate sobre a pós-modernidade eclodir. Seriam eles, então, precursores deste debate?

Nosso ponto de vista, seguindo Gomes (2007), é crer que, assim como na modernidade havia dois polos epistemológicos que se opunham, os modelos progressista e culturalista, que se inserem dentro do período moderno, também se opõem. O que nos parece é que algumas das características presentes nos discursos pós-modernos, e que uma parte da pós-modernidade na arquitetura abraçou, já existiam dentro do período moderno, só que agora retornam sob o rótulo pós-moderno. Assim sendo, concordamos com Gomes (2007) ao re-afirmar a vigência da modernidade, uma vez que neste período estava presente tanto o racionalismo quanto as correntes que o combatiam, as “contracorrentes”. Como afirma MONTANER (2001, p.35-36):

“... dentro da arquitetura moderna existem duas tradições distintas e totalmente opostas a respeito da relação entre arquitetura e paisagem: por um lado, a cidade-jardim de Ebenezer Howard e as primeiras Siedlungen alemãs integradas na paisagem, e por outro, a que momentaneamente se impôs e triunfou, representada pelo racionalismo, pela nova objetividade e por Le Corbusier em seus primeiros projetos urbanísticos. Esta tradição dominante baseia-se na onipresença da arquitetura e no pouco respeito pelas circunstâncias ecológicas” (grifos nossos).

A arquitetura moderna, portanto – e reafirmamos novamente aqui – , não se resume à arquitetura proposta por Le Corbusier. Esta foi apenas a que triunfou e se tornou mais evidente. Sendo assim, e seguindo essa linha de raciocínio, entendemos que, embora a crítica pós-moderna na arquitetura possa, talvez, ser afirmada hoje em dia como, por exemplo, no edifício da AT&T, percebemos que os elementos que qualificam esta arquitetura retomam alguns aspectos, como no presente exemplo — que indica certa volta ao passado — que já existia na modernidade, inserindo-se, assim, naquelas correntes que combatiam o racionalismo (as “contracorrentes”).

Neste sentido, e retornando, então, ao ambiente doméstico, podemos pensar que o “loft”, buscando ou não se contrapor à concepção de moradia da “máquina de morar”, está inserido dentro desse debate sobre a modernidade. Se por acaso ele busca romper com um tipo de arquitetura moderna no que tange ao ambiente doméstico, como o da “máquina de morar”, direta ou indiretamente, ele já está inserido no período moderno, uma vez que rompe com uma racionalidade, sendo uma alternativa a ela. Além disso, o “loft” retoma um princípio da arquitetura moderna, e que na verdade é um dos 5 (cinco) pilares dessa arquitetura, que é a planta livre²³.

²³ Os 5 (cinco) pontos da arquitetura moderna são: planta livre da estrutura, construção sobre pilotis, terraço-jardim, fachada livre e janela em fita.

PARTE IV

6. PENSAR O ESPAÇO PARA PENSAR A CIDADE

O debate sobre o conceito de espaço torna-se importante na presente dissertação pois será este conceito, principalmente no que diz respeito ao arranjo espacial, que permeará, como já vem permeando, todo o desenvolvimento de nossa pesquisa. Ao abordarmos tal conceito, e especificamente neste capítulo, não pretendemos apresentar as diferentes concepções de espaço vinculadas às diversas correntes do pensamento geográfico tanto já realizada²⁴.

Nosso objetivo, ressaltamos, é pensar o espaço urbano a partir da analogia com o espaço doméstico. Há, então, como também já afirmamos, o intuito de fazer uma analogia /alegoria, com todos equívocos que tal transposição possa trazer, dos princípios que caracterizam o ambiente doméstico para a análise do ambiente urbano — o da cidade. Corremos, assim, o risco daquilo de que nos havia alertado CORRÊA (2007, p.15) sobre a palavra espaço, que acaba sendo usada sem nenhum critério no que tange à escala, podendo ser utilizada tanto para se referir ao continente como a uma casa e mesmo a um cômodo. SANTOS (2008, p.150-151) é outro autor que também chama a atenção para este fato indicando que a noção de espaço é tão ampla que, entre outras coisas, pode significar tanto uma casa, como uma cidade.

Sendo assim, permitir-nos-emos utilizar, independentemente da escala, o conceito de espaço. O objetivo ao usarmos este termo, apesar da mudança de escala, é fazer uma analogia entre a arrumação do espaço doméstico e a do espaço urbano. Portanto, não se trata apenas de repetir o conceito, mas sim, a partir dele interpretar o arranjo e os usos do espaço urbano, assim como havíamos feito em relação ao espaço doméstico.

²⁴ Para isto sugerimos a leitura do texto “Espaço, um conceito-chave da geografia”, de Roberto Lobato Corrêa, que se encontra no livro *Geografia: conceitos e temas* de 1995. Neste trabalho nos valem da 10ª edição deste livro, de 2007.

6.1. Algumas considerações sobre o espaço

Abordaremos aqui, brevemente, a perspectiva de alguns autores em relação ao espaço. Pretendemos com isso discutir o conceito de espaço para, em seguida e dando continuidade à discussão que já se iniciara sobre o espaço doméstico, pensarmos o espaço urbano, a cidade.

Segundo FERRARA (2002, p.15-16) o espaço não corresponde somente ao cenário das tramas sociais; ele as incorpora, sendo ao mesmo tempo cenário e ator da relação encenada. Esta relação se renova em cada espaço, lugar, de forma singular. Isto é possível porque a coletividade dinamiza o espaço, constituindo aquilo que a autora define como o *design* do espaço, ou seja, a apropriação deste, a identidade social. Tal complexidade não permite que os espaços se repitam ou sejam mimetizados na constituição de seus lugares, independentemente de quão totalizador e globalizador seja o plano econômico e social. Há, portanto, uma divergência entre a ideia da autora e aquela proposta por Le Corbusier, uma vez que este último almejava criar um modelo para vários lugares — o que possibilitaria homogeneizá-los. Se isso efetivamente ocorresse, seria a realização das “cidades contínuas” de que nos fala Ítalo Calvino em seu livro “Cidades Invisíveis” (1990, p.118).

Se ao aterrisar em Trude eu não tivesse lido o nome da cidade escrito num grande letreiro, pensaria ter chegado ao mesmo aeroporto de onde havia partido. Os subúrbios que me fizeram atravessar não eram diferentes dos da cidade anterior, com as mesmas casas amarelinhas e verdinhas. Seguindo as mesmas flechas, andava-se em volta dos mesmos canteiros, das mesmas praças. As ruas do centro exibiam mercadorias embalagens rótulos que não variavam em nada. Era a primeira vez que eu vinha a Trude, mas já conhecia o hotel em que por acaso me hospedei; já tinha ouvido e dito os meus diálogos com os compradores e vendedores de sucata; terminara outros dias iguais àquele olhando através dos mesmos copos os mesmos umbigos ondulantes.

Por que vir a Trude, perguntava-me. E sentia vontade de partir.

Pode partir quando quiser – disseram-me -, mas você chegará a uma outra Trude, igual ponto por ponto; o mundo é recoberto por uma única Trude que não tem começo nem fim, só muda o nome do aeroporto.

Diferentemente das “cidades contínuas”, ou mesmo do que poderia ocorrer a partir da utilização de um mesmo plano para vários lugares, como chegou a propor Le Corbusier, Ferrara afirma que ao apropriar-se desse espaço a sociedade o singulariza, diferenciando-o dos demais, o que impossibilitaria aos lugares serem iguais uns aos outros ainda que o mesmo plano fosse aplicado a todos eles. Portanto, dentro da linha dessa autora, poderíamos inferir que se o plano da cidade de Trude fosse aplicado a diversos lugares do globo, haveria tantas “Trudes” quanto número de lugares existentes, sendo assim, diríamos que ao se partir de uma Trude chegaríamos a uma outra Trude.

Esta ideia da autora sobre o espaço se aproxima mais, para os geógrafos, do conceito de lugar. Numa análise geográfica diríamos, então, que há uma certa confusão entre os conceitos de espaço e lugar, que, no caso, são tratados indistintamente pela autora. A geógrafa Doreen Massey (2002), em seu texto intitulado “Um sentido global do lugar”, por exemplo, aborda a questão do lugar e o entende como a relação existente entre o global e o local. Não sendo nem um e nem outro exclusivamente, mas um e outro ao mesmo tempo.

Esta concepção encontra eco em outros geógrafos, como SANTOS (2006, p.314), para quem: “*Cada lugar é, à sua maneira, o mundo [...] mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão, torna-se exponencialmente diferente dos demais*”. Segundo Z. Mlinar (*apud* SANTOS, 2006, p.314) os lugares são entendidos como um intermediário entre o indivíduo e o mundo. O lugar, portanto, não se opõe ao espaço, mas sim, faz parte dele.

Queremos realçar, através deste comentário, que a especificidade que Ferrara concede ao conceito de espaço, remete, aos geógrafos, a uma forma de conceituar o lugar. Outra confusão também aparece em um dos trechos, referidos acima, em que a autora comenta: “... *porque ela [a relação] se processa sempre nova e singular para cada espaço*

e para cada lugar das cidades planetárias” (FERRARA, 2002, p.15). Aqui, o conceito de espaço/lugar se confunde com a ideia de uma pequena porção da superfície terrestre que a diferencia de um outro espaço/lugar, que é a singularidade deste em relação àquele. Isso decorre, segundo CORRÊA (2007, p.15), devido à expressão “espaço” ter um sentido vago, já que ora ela está associada a uma porção específica da superfície terrestre, sendo esta identificada pela natureza ou por um modo particular como o Homem imprime suas marcas, ora tal expressão remete simplesmente à localização.

A partir desta citação inferimos que, para alguns geógrafos, como os citados acima, a ideia de singularização propriamente caracteriza o lugar. O conceito de lugar, então, estaria relacionado à ideia de singularizar a globalização. Portanto, o lugar não se opõe ao global; mas também não é como o global, ele é exatamente o que há entre esses dois extremos (global e local)²⁵.

Outro conceito de espaço nos é dado por SANTOS (2006, p.61-62) que começa a desenvolver seu ponto de vista sobre este em 1978, apresentando-o como formado por fixos e fluxos. O espaço seria formado por elementos fixos, que permitiriam que fluxos incidissem/agissem sobre ele, modificando-o e redefinindo-o. Sendo assim, os fluxos agiriam sobre os fixos alterando o seu significado; porém, ao modificarem os fixos, os fluxos mudariam, também, a si mesmos.

O autor continua desenvolvendo seu ponto de vista e, em 1988, apresenta o espaço como sendo formado pela configuração territorial e pelas relações sociais. A configuração territorial é constituída pelos elementos naturais e por aqueles feitos pelos homens; a tais elementos, acrescentam-se as relações sociais, que passam a dar existência ao espaço.

Em 1996, o autor define o espaço como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações. Afirma SANTOS (2006, p.63):

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos

²⁵ É preciso evitar a confusão no uso dos termos “local” e “lugar” como se fossem a mesma coisa. “Global” e “local” são utilizados, em Geografia, para se referir à escala, enquanto que o “Lugar” adquire outro sentido, a ideia de singularização, como vimos demonstrando.

preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma.

O que Santos quer nos mostrar, ao longo da sua *dermache*, é que o espaço não abarca somente materialidade, nem somente ações; não somente objeto, nem somente sujeito. Sujeitos e objetos devem ser entendidos conjuntamente e, mais que isso, um só pode ser entendido através do outro – assim se constitui o espaço; ou seja, a sociedade fazendo o espaço ao mesmo tempo em que o espaço faz a sociedade (SANTOS *apud* MOREIRA, 2007, p.81).

O autor especifica seu ponto de vista do espaço ao distingui-lo da paisagem – que, a rigor, seria a parte da configuração territorial, possível de se abarcar com a visão²⁶ (SANTOS, 2006, p.103). Segundo SANTOS (2004²⁷, p.53-54) a paisagem se caracteriza por ser a combinação de objetos naturais e aqueles produzidos pelo homem, sendo formas mais ou menos duráveis que ficam acumuladas ao longo do tempo, deixando no presente marcas de tempos passados e do presente. A paisagem, portanto, não é totalmente estática possuindo um caráter dinâmico, já que ela se transforma em função das novas necessidades. Como afirma SANTOS (1988, p.25):

“Não há, na verdade, paisagem parada, inerte, e se usamos este conceito é apenas como recurso analítico. A paisagem é materialidade, formada por objetos materiais e não-materiais. A vida é sinônimo de relações sociais, e estas não são possíveis sem a materialidade, a qual fixa relações sociais do passado”

Sendo assim, se a paisagem guarda marcas do passado, ela também contém objetos atuais, do presente. Portanto, através da paisagem podemos registrar o desenvolvimento da sociedade, seus diferentes momentos, suas diferentes transformações — não só da paisagem, como da sociedade.

²⁶ Vale lembrar que há diversos autores que não reduzem o conceito de Paisagem àquilo que é captado pela visão. Para saber mais ver, por exemplo, Tetsuro Watsuji “*Filosofia Del paisaje*” e Jean-Marc Besse “*Ver a Terra, seis ensaios sobre a Paisagem e a Geografia*” (2006).

²⁷ Vale ressaltar que, embora a obra com a qual trabalhamos seja de 2004, o texto que faz parte desta foi escrito em abril de 1978, como está indicado no próprio capítulo.

Dessa forma, cada lugar possui sua paisagem que, no fundo, se configura numa acumulação de tempos. Na paisagem atual formas antigas podem permanecer ou serem alteradas para atenderem a novas funções. Uma forma de percebermos isso é na análise num dos conceitos trabalhados aqui por nós que é o “loft”. Nos primeiros “lofts” o que houve foi exatamente essa mudança de sua função antiga (fábricas, armazéns etc.) para a nova função (moradia/trabalho). Neste caso, embora as formas antigas tenham permanecido, as funções foram alteradas.

Há também as formas novas que passam a compor a nova paisagem, que tende a se transformar conforme a mudança social. Sendo assim, o espaço vai se modificando em decorrência das transformações sociais. Ele, o espaço, se transforma em função da sociedade, a fim de atender a uma necessidade dela (SANTOS, 2004, p.55). Isto ocorre tanto na casa como na cidade. Por exemplo, o espaço do “loft” surge, como vimos, a fim de atender a uma nova necessidade de uma determinada camada da sociedade, no caso a de artistas, entre outros.

Para distinguir a “paisagem” do “espaço” SANTOS (2006, p.106) narra um fato: durante o período da Guerra Fria, o Pentágono cogitou produzir uma bomba de nêutrons, que exterminaria vidas humanas sem que a estrutura física fosse afetada. Se tal fato tivesse realmente ocorrido, do espaço restaria apenas a paisagem, já que sem vida não há espaço²⁸.

O exemplo é simples e bem didático. A paisagem é a materialidade. O espaço é mais que isso, pois inclui a vida que anima esta materialidade²⁹. As formas influenciam o movimento da sociedade uma vez que as marcas do passado no presente contribuem nas determinações sociais. A sociedade, portanto, se forma através deste processo de inserção dela nessas formas fixas, recriando-as e renovando-as. Isso significa que a energia social está transformando-se, materializando-se em formas (SANTOS, 2004, p.60-61).

²⁸ Essa ideia também pode ser exemplificada em um trecho do filme “V de vingança” (2006) do diretor James McTeigue. Em um determinado momento do filme um dos personagens diz: “*O poder nuclear perde o sentido em um mundo onde um vírus pode matar toda uma população e deixar sua riqueza intacta*”. Sendo assim, a parte material, da mesma forma que no exemplo de Santos, permaneceria intacta.

²⁹ Entretanto, temos que fazer uma ressalva aqui, pois ao distinguir paisagem de espaço o autor dá a entender que além da paisagem e do espaço não serem a mesma coisa, onde um está presente o outro não existe, já que paisagem é também espaço porque ela faz parte do espaço. Porém, o exemplo tem a sua validade por demonstrar que o espaço não se resume à superfície, à materialidade.

Tal ideia é trabalhada por diversos autores. FERREIRA (2003, p.114) e ABREU (2006, p.31), por exemplo, afirmam que por conter a sociedade, a forma não é simplesmente forma, mas ela tem um conteúdo/função que é social sendo, por isso, uma forma-conteúdo, já que uma mesma forma pode adquirir um outro conteúdo/função dependendo da organização social – ideia esta que também está presente em SANTOS (2006)³⁰. Com isso, observa-se que o espaço é também um produto das ações.

A paisagem é a forma, enquanto o espaço é a forma-conteúdo, já que o seu conteúdo é social. É isto que permite a GOMES (2006, p.39) afirmar que a ideia do espaço enquanto *forma formata*, do dado fixo, foi abandonada, sendo este, agora entendido como uma composição de *forma formans*, ou seja, um contínuo processo de produção de sentidos e ações. Da mesma forma DUARTE (2002, p.143) considera que o espaço não se constitui apenas numa base fixa na qual as cidades e edifícios são construídos. O espaço é mutável, ele define e é definido pelos objetos, ações e pela sua organização e dinâmica. Em outro momento, DUARTE (2002, p.48) ressalta esta ideia ao afirmar que é na relação entre os objetos, as ações e os seres humanos, que o espaço é construído. É exatamente isso que Santos nos diz (2006) ao afirmar que o espaço é um conjunto indissociável se sistemas de objetos e ações.

O objetivo, portanto, que se tem ao buscar encontrar as necessidades humanas como almejava Le Corbusier, é construir um espaço imutável, já que está prevista a ação que nele irá ocorrer. Entretanto, o que aqueles autores mostram é como o espaço pode adquirir sentidos não previstos. Talvez possamos trabalhar essa ideia, ou melhor dizendo, esse conflito de ideias, através da apresentação feita por DaMatta (1991, p.40) do conto de Edgar Allan Poe intitulado “O diabo no campanário”(1839):

Trata-se da história de uma pequena comunidade cujas unidades sociais eram exatamente iguais e cuja forma, circular em sua disposição espacial, era idêntica à de um grande relógio. Esse burgo estava organizado como uma máquina perfeita de medir o tempo. Lá todos eram iguais e todos realizavam sincronizadamente as mesmas coisas nos mesmos momentos. Não podia haver maior paz, nem maior

³⁰ Vale lembrar que a primeira edição do livro “A Natureza do Espaço”, de Milton Santos, é de 1996. Por isso afirmamos que as ideias de Ferreira e Abreu já estavam presentes em Santos.

ausência de conflito e de tempo diferenciado. Estamos diante de uma sociedade sem tempo e sem variações: uma utopia no melhor sentido que se pode emprestar a esse termo, sobretudo se considerarmos os processos descritos aqui. De fato, no conto de Poe, a sociedade só tem rotinas e, por causa disso mesmo, não pode ter consciência de si mesma a partir de um plano ou perspectiva, uma visão que é dada por grupos sociais e espaços diferenciados. Mas, se tudo corria assim, um dia um demônio entra no burgo e penetra no seu campanário, onde um grande relógio central comanda todas as atividades de todos os seus habitantes. Tal diabo, vindo de fora, adianta o grande relógio da comunidade e faz com que as perspectivas de cada burguês se tornem diferenciadas. Agora, já não se sabe mais se é hora de dormir ou comer, plantar ou colher, sujar ou limpar. Cada pessoa pensa de modo diferente. O burgo é desencantado e começa a viver [...] historicamente. Foi-se o bom tempo em que tudo transcorria sem conflitos e sem humanidade [...] Em vez de uma vida orientada coletivamente, agora se vive por lá, conforme nos diz ironicamente Poe, em plena confusão, quer dizer, de modo muito mais individualizado.

É possível fazer, através da leitura desse conto, uma interpretação em que se expõe o conflito existente em relação ao espaço. A primeira parte do conto, poder-se-ia dizer, seria a “concretização” dos anseios de Le Corbusier; ou seja, uma sociedade funcionando conforme o esperado; a segunda parte, porém, representaria o ponto de vista dos demais autores como Santos, Duarte, Gomes etc., no qual o espaço adquire sentidos não previstos. Diríamos então que se o objetivo de Le Corbusier é prever como as ações e comportamentos se darão no espaço, o problema é que o “diabo” do conto somos todos nós, a própria sociedade, que “teima” em transgredir essas normas. Esse comportamento nosso pode advir daquilo que o personagem sem nome do livro “Memórias do subsolo” de DOSTOIEVSKI (2006, p.44) afirma:

“[...] mesmo que ele [homem] realmente mostrasse ser uma tecla de piano, mesmo que isto lhe fosse demonstrado, por meio das ciências naturais e da matemática, ainda assim ele não se tornaria razoável e cometeria intencionalmente alguma inconveniência, apenas por ingratidão e justamente para insistir na sua posição. E, no caso de não ter meios para

tanto, inventaria a destruição e o caos, inventaria diferentes sofrimentos e, apesar de tudo, insistira no que é seu! [...] continuar convicto de ser um homem e não uma tecla de piano.

O que o personagem sem nome tem por objetivo com o seu comentário é fazer uma crítica a esse modo de pensar o homem mecanicamente, no qual este funcionaria segundo uma lei; ou seja, assim como há a lei da natureza, haveria uma lei que regeria a sociedade. A verdade, porém, é que os urbanistas indicam os usos do espaço, mas são aqueles que vivenciam esses espaços que o reinventam, atualizando-os³¹. Como alerta Montaner (2001, p.143), toda transformação urbana significa uma transformação na vida dos habitantes daquele espaço. Mas não é possível saber como se darão tais transformações, caso contrário correremos o risco de atribuir ao ambiente físico um determinismo do mesmo tipo daquele que o funcionalismo atribuiu à forma. Uma casa vazia, assim como uma cidade não habitada é apenas forma, paisagem. A inserção das pessoas, o modo como elas dispõem os objetos na casa, o modo como fazem a cidade, transformam essas paisagens em espaços.

O artista plástico, brasileiro e contemporâneo, Vik Muniz, por exemplo, diz que a obra que ele constrói nunca está acabada, já que o espectador está sempre recriando-a. Podemos fazer uma analogia entre esta ideia de Vik Muniz e o que vimos sobre o espaço, já que os sujeitos estão sempre reinventado-o.

6.2. O espaço condicionando as ações

Se o espaço é construído na relação entre estes três termos (objetos, ações e sua organização e dinâmica) como afirma Duarte, não só ele é definido como ele também define as ações e os objetos. Deveríamos, portanto, seguir o conselho de Sartre, como nos fala Santos (2006), e estudar a relação passiva da materialidade sobre os homens, já que os

³¹ Como afirma Robert Ezra Park (1987, p.29): “a planta da cidade estabelece metas e limites, fixa de maneira geral a localização e o caráter das construções da cidade, e impõe aos edifícios levantados pela iniciativa privada bem como pela autoridade pública uma arrumação ordenada dentro da área citadina. Entretanto, dentro das limitações prescritas, os inevitáveis processos de natureza humana continuam a dar a essas regiões e a esses edifícios um caráter menos fácil de controlar”

elementos passivos como a casa, o lugar do trabalho, entre outros, condicionam as ações dos homens, comandando suas práticas sociais.

Um exemplo desse caráter condicionador, limitador do espaço é observado quando traficantes colocam barreiras (paus, pedras, carros) nas ruas de acesso à favela para impedirem a entrada de policiais. A materialidade do espaço serve como meio para limitar determinadas ações. Um caso inusitado foi a utilização desses meios por policiais em conjunto da PM para evitar que “bondes” de bandidos entrassem na área (**Figura 12**).

Figura 12 - Barra de ferro coloca no meio da rua para evitar a entrada de “bondes” de traficantes



Fonte: Jornal “O Globo” de 17/04/2009

A barra de ferro colocada num buraco no meio da rua impede a passagem de veículos, dificultando assim a ação contra os criminosos através desses meios. Num outro caso, PMs foram tapar um fosso feito no meio na rua pelo tráfico na favela da Maré com o mesmo intuito de impossibilitar o acesso de veículos àquele local (**Figura 13**).

Figura 13 – Com uma betoneira PMs tapam uma das crateras de acesso ao parque União.



Fonte: Jornal “O Globo” de 26/11/2009

Outro exemplo ainda desse caráter de condicionar, limitar o espaço, pode ser visto na obra “A metamorfose” (1997) de Franz Kafka na qual o personagem Gregor, um caixeiro-viajante, acorda um dia na forma de um inseto e tem o seu quarto arrumado por sua irmã devido às suas novas limitações físicas.

“A irmã notou logo a nova diversão que Gregor havia descoberto [...] e então ela pôs na cabeça que devia dar a Gregor a possibilidade de rastejar na extensão máxima do quarto, retirando os móveis que o obstavam, sobretudo o armário e a escrivaninha” (1997, p.48) (grifo nosso)

Neste caso, os móveis se apresentam como um claro limitador das ações do personagem Gregor. É preciso, então, para facilitar sua locomoção, suas ações, que aqueles móveis sejam retirados. O espaço, portanto, tem um papel que não é apenas passivo, uma vez que ele interfere e limita as ações. Entretanto, muitos autores modernos e clássicos, tendem a pensá-lo apenas como um reflexo da sociedade no qual se desenrolam os fatos sociais (SANTOS, 2006, p.158-159 e p.172). É assim, por exemplo, que Soja e Hadjimichalis criticam a abordagem marxista que considera o espaço apenas como um receptáculo, sendo ele um espelho da sociedade (CORRÊA, 2007, p.24). Paul Vieille (*apud* Santos, 2006, p.159) havia colocado-se o seguinte questionamento: “*Será a organização*

social apenas um reflexo, ou a projeção de uma organização social que se define independentemente dela e de maneira autônoma, ou o espaço intervém (e como?) no processo histórico?”.

Como demonstra SANTOS (2006, p.181), V.V. Pokhishvskiy havia abordado, em um artigo de 1975 intitulado “*Social Geography Problems in the Regulation of Settlement Systems in a Develop Socialist Country*”, a influência das formas espaciais sobre os processos sociais criticando aqueles que negavam tal fato. Observa-se, assim, a polêmica que há diante de tal questão. Poderíamos nos indagar, como Paul Vieilli o fez, e nos perguntarmos: afinal, o espaço desempenha um papel ativo ou ele é simplesmente o meio onde se desenrolam as relações sociais?

Segundo CORRÊA (2007, p.28) o espaço condiciona a sociedade e, além disto, serve como meio para a reprodução das relações sociais. SANTOS (2008, p.163) já havia alertado para o duplo papel do espaço, onde este é ativo e passivo ao mesmo tempo, uma vez que, assim como as demais estruturas sociais, o espaço organizado pelo homem é uma estrutura subordinada-subordinante.

“O espaço é um fato social no sentido com o qual K. Kosik define os fenômenos sociais: [...] ele [o espaço] se define pelo conjunto mas também o define; ele é simultaneamente produtor e produto; determinante e determinado[...].”
(SANTOS, 2008, p.163)

Percebe-se, assim, que as formas, a materialidade condicionam as ações, mas nem por isso elas vão, necessariamente, determinar como elas se darão. Num espaço rígido/racional, quanto maior a rigidez, melhor será o condicionamento dos sujeitos. Neste espaço as ações devem funcionar conforme o objeto solicita-lhes que funcionem — e esse objeto é a própria materialidade do espaço. A “máquina de morar”, com sua setorização, visava guiar/induzir o comportamento humano, uma vez que estabelecia funções para cada ambiente, ou seja, funcionalizava o espaço.

O que podemos pensar, então, é que ao se planejar um espaço rígido/racional, como o da “máquina de morar”, cria-se uma outra ordem, um determinado arranjo espacial que permite que a ação seja mais eficaz quanto mais adequado for o objeto. Com isso, quanto

maior a intencionalidade presente no objeto, melhor ele conseguirá solicitar uma determinada forma de agir e mais bem executada será a ação (SANTOS, 2006, p.94). Em outras palavras, quanto mais rígido, mais fixo e melhor estiver estabelecido o plano de ordenamento, do arranjo espacial, mais próximo do esperado será a resposta dos sujeitos que habitarão este espaço. Isto decorre de que o espaço estaria controlando mais eficientemente a forma como os sujeitos devem se comportar.

Num espaço rígido, no qual cada ambiente é criado para um determinado uso, para determinada função, a ação será tão mais eficaz quanto mais rígido for este espaço. É assim que o espaço doméstico, o da “máquina de morar”, ao separar os ambientes segundo suas funções, suas necessidades, obterá êxito tão maior quanto mais fixo, mais rígido ele for. Cada ambiente, comportando uma determinada função, e apenas ela, induz a que somente esta seja desempenhada, o mesmo ocorrendo na cidade.

Resumidamente temos que quanto maior a rigidez neste espaço, maior a chance de que as ações funcionem conforme o esperado, pois mais previsíveis estas serão. Portanto, a setorização/racionalização do espaço, tanto da casa como da cidade, em funções, pré-dispõe que determinadas ações ocorram em determinados lugares e de determinada forma.

Observa-se assim que neste espaço rígido almeja-se que as ações correspondam às funções determinadas a cada ambiente. Entretanto, mesmo agindo conforme os ambientes nos pedem - estando os mesmos estruturados para que determinadas funções sejam executadas -, não necessariamente concordamos com a forma como devemos agir e, portanto, as ações, que têm uma maior pluralidade, poderão agir de uma outra forma quanto menos rígido, menos pré-estabelecido, ou seja, mais flexível for esse espaço. Por conseguinte, o espaço rígido/racional/setorizado pode conduzir, guiar as ações, porém ele jamais determinará tais ações, já que, como visto anteriormente, o espaço está constantemente sendo produzido. A contribuição do olhar geográfico para o entendimento do espaço é, portanto, fundamental, pois observa tanto a relação entre os sujeitos, marcando a subjetivação da organização do espaço, quanto as formas, marcando a sua objetividade. A relação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, no qual aquele condiciona este, constitui-se numa relação dinâmica, em que o espaço é constantemente transformado pelas ações (SANTOS, 2006, p.63).

A máquina de morar, por exemplo, induz muito mais os comportamentos, através do seu arranjo espacial, do que os primeiros “*lofts*”, uma vez que estes foram criados em áreas que apresentavam outros usos e, portanto, ao ganharem um novo uso o seu espaço não estava construído de forma específica para que tal função fosse executada em determinado lugar. Em outras palavras, estes espaços haviam sido construídos para outros fins que não aqueles para os quais eles vieram a ser utilizados depois, o que permitiu uma maior flexibilidade no momento de determinar os seus usos.

6.3. A flexibilidade do espaço e o espaço qualificando ações

O espaço não só condiciona as ações, como ele qualifica os tipos de comportamentos. Com isso queremos dizer que determinado arranjo, determinada configuração espacial dos objetos dará um sentido ao espaço que, por sua vez, influenciará no tipo de comportamento, na conduta dos sujeitos. Sendo assim, queremos destacar não somente o fim prático da ação condicionada, os movimentos desta, que continuarão ocorrendo, mas os comportamentos, os gestos. Isso pode ocorrer, por exemplo, numa sala de aula, como bem demonstra GOMES (2006) através de uma ideia simples e que nos ajuda a entender como no espaço as formas acabam por qualificar as ações/comportamentos.

A sala de aula possuirá, dependendo do tipo de aula que se deseje fazer, uma determinada arrumação das mesas e das cadeiras que irá configurar este espaço para que nele se realize a aula. Sendo assim, numa aula expositiva, as cadeiras estarão arrumadas diante de uma mesa. Porém, se desejarmos mudar a dinâmica da aula, para um seminário, por exemplo, transformaremos esse arranjo espacial das cadeiras e mesa para que com estes seja feito um círculo. A mudança de tal arranjo espacial ocasionará numa mudança nas ações e esta foi permitida em função daquela. Sendo assim, numa aula expositiva o comportamento seria passivo, enquanto que num seminário, a dinâmica da aula pressupõe uma maior participação do aluno. O comportamento, portanto, está associado àquela forma de organização espacial, havendo uma orientação das práticas sociais, condicionando, assim, nossas atitudes, ações (GOMES, 2006, p.36-37).

É claro que isso não determina o comportamento, apenas induz, guia, já que podemos ter alunos passivos numa aula com seminários e alunos participativos numa aula a princípio expositiva. O exemplo é eficaz porque com ele o autor consegue ressaltar as enormes possibilidades de transformação, tanto das práticas como do arranjo espacial, que um determinado ambiente propicia. Isto se torna evidente num prédio no qual os apartamentos, embora possuam a mesma planta, têm os móveis dispostos de formas diferentes dentro deste.

Sendo assim, essas formas podem ser re-arranjadas, re-arrumadas, reagrupadas, sendo mais fáceis quanto mais flexível for esse espaço. No “*loft*” a integração dos ambientes, assim como a flexibilidade dos elementos usados como divisórias, permite um re-arranjo muito mais fácil do que num apartamento setorizado, racionalizado em que os ambientes são divididos por paredes feitas de alvenaria. A parede é uma fronteira no espaço. Estabelecem-se limites de comportamento na sala, no quarto, na cozinha, etc. O quarto é um lugar mais íntimo, a sala mais social, e estes ambientes estão separados por paredes. Elas não somente separam fisicamente os espaços, como também os comportamentos. Para se constatar o que foi dito, basta observar como na maioria das vezes recebemos as visitas em nossas salas; só quando se tornam mais íntimas é que nós as convidamos para adentrar os demais ambientes. Como demonstra DaMatta (1991, p.42): *[...] No cotidiano vivo uma ordem que me diz: conheço as pessoas na porta; vou para uma sala de jantar, onde comemos, e depois vou para um quarto dormir.*

Com isto observamos que cada ambiente comporta um tipo de comportamento. Comparemos a realização de uma festa numa casa comum, como a da “máquina de morar” — com o espaço setorizado —, e num “*loft*”. Neste rapidamente poder-se-ia re-arrumar o ambiente para a festa, já que o seu próprio conceito envolve a ideia de integração dos ambientes. Numa casa comum, onde as divisórias são feitas por paredes, como no caso da “máquina de morar”, e há a privacidade, muitas vezes a festa se restringe a um ambiente da casa, como a sala, permanecendo os outros ambientes fechados. Na casa comum, portanto, a sala permite determinados comportamentos condizentes com a festa, porém, esse mesmo comportamento não é bem visto numa área restrita da casa e que não faça parte da festa. Sendo assim, a casa comum, ao contrário do “*loft*”, limita os comportamentos ao criar o

ambiente da privacidade, ao passo que no “loft” está pressuposta a integração. Essas diferentes formas de arranjos espaciais e comportamentos são de nosso interesse já que:

“(...) os princípios de coerência e lógica na dispersão das coisas sobre o espaço podem trazer à luz um novo ângulo para a compreensão de certas dinâmicas sociais e constituem a contribuição propriamente geográfica na análise dos fenômenos que habitualmente são estudados por áreas disciplinares vizinhas” (GOMES, 2006, p.8).

Voltando ao exemplo da sala de aula, percebemos que enquanto este espaço mantiver uma forma de organização das cadeiras, ele qualificará determinadas ações. Se os objetos presentes nesta sala, como cadeiras e mesa, mudam, dão outro sentido e qualificam as ações de uma outra forma. Passa-se de uma aula expositiva para um seminário. Portanto, o espaço, respondendo mais uma vez à pergunta de Paul Vielli, não é um simples reflexo da sociedade (GOMES, 2006, p.36). Sendo assim, o espaço não é só e unicamente um produto das ações – ele também as condiciona.

Outro exemplo bem simples se dá quando os alunos e professores saem do ambiente de sala de aula e vão para o bar. Linguagem, gestos, maneiras, enfim, comportamentos mudam conforme o ambiente muda, ou seja, tal ambiente qualificou determinadas ações. Uma frase dita em um lugar tem um significado/importância diferente se dita em outro, portanto, o que eu posso fazer e falar nesse lugar, eu não posso fazer e falar naquele outro e vice-versa. DaMatta (1991), por exemplo, apresenta três códigos que, segundo ele, estimulam diferentes condutas. São eles: a casa, a rua e o outro mundo. Como afirma o autor:

[...] se entrevistarmos um brasileiro comum em casa, ele pode falar da moralidade sexual, dos seus negócios, de religião ou da moda de maneira radicalmente diferente daquele que falaria caso estivesse na rua. Na rua, ele seria ousado para discursar sobre a moral sexual, seria prudente ao mencionar seus negócios e ultra-avançado ao falar de moda. Provavelmente ficaria querendo ouvir para se comunicar sobre religião. Em casa, porém, seu

comportamento seria, em geral, marcado por um conservadorismo palpável, sobretudo se fosse um homem casado e falando de moral sexual diante de suas filhas e mulher [...] Embora existam muitos brasileiros que falam uma mesma coisa em todos os espaços sociais, o normal – o esperado e o legitimado – é que casa, rua e outro mundo demarquem fortemente mudanças de atitudes, gestos, roupas, assuntos, papéis sociais e quadro de avaliação da existência em todos os membros de nossa sociedade. O comportamento esperado não é uma conduta única nos três espaços, mas diferenciado de acordo com o ponto de vista de cada uma dessas esferas de significação (DAMATTA, 1991, p.46 e 48).

O espaço, com isso, não é apenas um pano de fundo, ele acrescenta alguma coisa. Isto é uma questão importante, já que muitas vezes tratamos sentimentos e valores abstratamente por não considerarmos o espaço. Se fôssemos retornar ao espaço doméstico poderíamos exemplificar isto ao pensarmos que determinados ambientes qualificam determinadas ações. Por exemplo, as pessoas não irão fazer na sala o que elas fazem no banheiro. Pelo menos é isso o que esperamos. Segundo DaMatta (1991, p.50):

Sabemos e aprendemos muito cedo que certas coisas só podem ser feitas em casa e, mesmo assim, dentro de alguns dos seus espaços. Devo comer na sala de jantar, posso comer na varanda no caso de uma festa, mas não posso mudar de roupa na sala de visitas. A sugestão é suficiente para provocar risos ou mal-estar, sinal marcante de que temos dentro da própria casa uma rigorosa gramática de espaços e, naturalmente de ações e reações.

Anteriormente já havíamos observado isto quando dissemos que em geral as visitas são recebidas na sala de estar e não diretamente no quarto. Sendo assim, estes ambientes, o banheiro e a sala, a sala de estar e o quarto qualificam determinadas ações que ali se tornam apropriadas.

[...] nas rotinas os espaços específicos estão socialmente equacionados a atividades específicas. Não dormimos na rua,

não fazemos amor nas varandas, não comemos com comensais desconhecidos, não ficamos nus em público, não rezamos fora das igrejas etc. (DAMATTA, 1991, p.41):

Entretanto, nada impede que outros comportamentos ocorram nestes ambientes, qualificando de uma outra forma este espaço. Como vimos com DaMatta o esperado, o legitimado é que os espaços demarquem atitudes, gestos, mas isso não impossibilita outros comportamentos. Em outras palavras, o espaço estimula, solicita, induz e guia os comportamentos, mas é fundamental que se realce que o mesmo não determina como aqueles necessariamente serão.

Segundo GOMES (2006, p.172): “[...] *o espaço geográfico é, simultaneamente, o terreno onde as práticas sociais se exercem, a condição necessária para que elas existam e o quadro que as delimita e lhes dá sentido*”. Para este mesmo autor o conceito de espacialidade expressaria melhor esta ideia do que o de espaço, uma vez que muitas vezes ao pensar-se em espaço pensa-se somente no suporte físico (o meio), enquanto a espacialidade realçaria a organização que se dá sobre o suporte físico. CORRÊA (2007, p.28) se aproxima desta ideia quando define organização espacial – que para ele equivale à estrutura territorial, configuração territorial, arranjo espacial, espaço socialmente produzido, ou apenas espaço – como sendo “[...] *o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra*”. MOREIRA (2007, p.82-84) acrescenta ainda que para que essa organização espacial aconteça é preciso, primeiramente, que ocorra a prática da seletividade, ou seja, a eleição do local.

Há um outro termo introduzido por GOMES (s/d), o de “Cenário”, que nos parece bem interessante para pensarmos o espaço. O autor começa apresentando o significado que esta palavra adquiriu em português e em francês. Afirma que enquanto em português ela diz respeito ao conjunto de elementos que compõem o lugar, ou seja, o pano de fundo no qual se desenrola uma ação dramática, em francês esta mesma palavra (*scénario*) diz respeito à trama, ao enredo, à narrativa de um filme ou peça. Portanto, enquanto em português esta palavra se refere à dimensão material, em francês ela se refere ao evento, às ações, ao comportamento. Já, em italiano, a palavra cenário (*scenario*), durante o período da Renascença, ao que parece, comportava tanto a dimensão física como a imaterial. O

físico se traduzia no arranjo material dos objetos, enquanto que o imaterial se dava pela re-significação, pela requalificação das ações e comportamentos em relação àquele. A intenção do autor é, com o conceito de cenário, reconectar a dimensão física às ações, associando os arranjos espaciais aos comportamentos e, permitindo, desta forma, interpretar suas possíveis significações. O conceito de cenário reforça, com isso, algumas ideias aqui já expostas e que contribuem para pensarmos o espaço.

Embora não seja o nosso foco, vale aqui lembrar uma outra abordagem sobre o espaço feita por GOMES (2006). Esse mesmo autor, ainda pensando o espaço enquanto uma relação, havia trabalhado com duas categorias de análise: *nomoespaço* e *genoespaço*. O *nomoespaço* caracteriza-se por apresentar as formas físicas associadas a uma determinada relação contratual da sociedade. Ao delimitar e normatizar o território cria-se uma dinâmica social. É na relação entre a sociedade e o território, em que se encontra estabelecida uma extensão física, regida pela lei, que se verifica o *nomoespaço*. Sendo assim, ao firmar-se um pacto social se está, ao mesmo tempo, firmando a composição espacial.

“São conhecidos os diversos estratagemas (transporte dentro de cestos, disfarces etc.) utilizados pelos romanos para transpor as muralhas da cidade e, assim liberados das leis e das penas, podiam dar livre curso a ações que eram condenadas dentro dos limites da cidade, sem prejuízo dos ideais de dignidade e da virtude, sempre tão valorizados na cidade. Neste exemplo é muito clara a estrita coincidência entre os limites físicos e os limites de transgressão que marcam esta ideia de nomoespaço” (GOMES, 2006, p.35)

Poderíamos fazer uma leitura desviada e juntar esta ideia de transgressão com aquela dos comportamentos esperados em cada ambiente que vimos acima. Se no exemplo dado a transgressão está ligada à lei, a ideia de que dentro de um limite físico tal comportamento é condenável, enquanto que fora dele não, podemos pensar num ambiente que, embora não haja leis, há normas que restringem, ou ao menos condenam determinados comportamentos. Retomando um exemplo dado acima, na casa comum é esperado um determinado comportamento no local reservado à festa, mas fora daquele limite, que se

buscou estabelecer exatamente para não fazer parte da festa, tal comportamento pode ser inapropriado.

Em relação ao *genoespaço* este se diferencia do *nomoespaço* uma vez que naquele quem qualifica o território é o grupo. O grupo se funda ao realçar nele uma característica que o difere dos demais grupos, ou seja, o *genoespaço* está ligado a afinidades entre pessoas que formam um grupo que se distingue dos demais devido à sua especificidade (etnia, língua, cultura etc.). São espaços mais fluidos, menos normativos, mas que buscam reafirmar sua identidade qualificando os espaços, inscrevendo suas diferenças fisicamente no espaço. Em prol do conjunto os indivíduos estabelecem contratos para que se estabeleça uma dinâmica social. Este pacto é firmado através de leis, respeitando-se o conjunto de regras da sociedade. Tais leis encontram-se expressas na forma como se encontram dispostas espacialmente as coisas. Ao limitar os espaços englobados pela lei, ela interfere e delimita fronteiras – áreas nas quais os indivíduos estão, ou não, abarcados por ela. Ao mesmo tempo, onde ela age, o faz de forma igual por mais diferente que seja materialmente o território.

PARTE V

7. A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA MODERNA (VERTENTE FUNCIONALISTA) NA CIDADE

Como vimos, a ciência moderna possui uma tendência universalista. Sendo assim, na vertente funcionalista da arquitetura isto se reflete, por um lado, nas formas arquitetônicas que, em alguns casos, independiam da morfologia e do ambiente:

“A sua tarefa histórica [da arquitetura moderna] parece ter sido [...] a de separar definitivamente a arquitetura da sua tradição material (imensamente articulada nas situações geográficas diferenciadas) garantindo como única e definitiva ligação com o homem uma explosiva mistura de gênio, individualidade e de tecnologia no seu estado puro” (PORTOGHESI, 1982, p.19).

Por outro lado, esta tendência universalista da modernidade se apresenta numa parte da arquitetura moderna ao ignorar a cultura e a tradição. O urbanismo modernista, de uma forma geral, caracteriza-se por ser iconoclasta, ou seja, demonstra *“desprezo pelas tradições e particularidades culturais, históricas, ambientais locais, regionais e nacionais, [um] usual desdém pelo legado arquitetônico do passado”* (SOUZA, 2003, p.129). Já havíamos visto este desprezo pelas tradições, assim como dos contextos locais em Le Corbusier, embora em alguns de seus projetos, como o para a cidade do Rio de Janeiro, o contexto local tenha sido considerado.

Com isso a arquitetura moderna, segundo Portheghesi (1982), acaba por querer se consolidar como uma eterna tradição, ou seja, ser um parâmetro imutável, privado de contradições profundas, quase como uma escrita sagrada. Segundo MONTANER (2001, p.89):

A arquitetura do movimento moderno baseia-se na ideia de ausência de caráter. O caráter é direta e imediatamente a própria identidade moderna do edifício: tipológica, plástica, técnica, funcional. Se a origem do conceito de caráter consiste em função de representação dos valores do passado,

na arquitetura moderna o caráter de modernidade já não é representado, simplesmente é; já não preconiza-se um caráter individual mas universal, um prototípico [...] Uma arquitetura de aspiração internacional devia negar o conceito de caráter por tudo o que ela admitia como singular e específico, de costume local, de exceção ou acidente.

Para Portoghesi a arquitetura moderna ao combater a tradição e o historicismo, acabou por substituir um dogmatismo pelo outro, sendo este último estéril, uma vez que trabalha a partir da análise e com isso deixa de considerar a complexidade, a totalidade, as interações e as interdependências (PORTOGHESI, 1982, p.12-14 e 19-20). Portoghesi (1982, p.13) divide a arquitetura moderna em duas fases. A primeira, entre 1880 e 1890, correspondendo ao “*ecletismo criativo de Labrouste, de Richardson, De Eiffel, de Norman Shaw e as vicissitudes internacionais do ‘modernismo’, da Art Nouveau até o Expressionismo e a Art Deco*”. A segunda, que ganha relevância no período entre guerras, corresponde ao racionalismo em suas várias acepções, indo desde o *International-Style* (Estilo Internacional) até o Neo-Brutalismo. Segundo MONTANER (2001, p.12 e 19), pode-se estabelecer como data em que a arquitetura moderna se solidificou e houve a difusão do ‘Método Internacional’ o período de 1929-1930, já que neste período os países avançados começam a aceitar um novo método e imagem. Entretanto, o Estilo Internacional passa a predominar após a Segunda Guerra Mundial, no qual se elabora uma arquitetura a partir de propostas racionalistas. Sendo assim, após a Segunda Guerra Mundial é desenvolvido o modelo do urbanismo racionalista, sendo sua aplicação exercida tanto na reconstrução das cidades europeias como nas novas construções residenciais que são feitas na periferia das grandes aglomerações urbanas. Em outras palavras, é uma arquitetura que pensa tanto a casa quanto a cidade. Segundo MONTANER (2001):

“[...] podemos estabelecer que dentro do racionalismo foram desenvolvidas duas tendências opostas: a que interpreta o racionalismo como predomínio exclusivo da razão e do conhecimento e a que interpreta o racionalismo desde um ponto de vista empírico capaz de uma acumulação sistemática de experiências. A primeira postura do racionalismo identifica-se com a proposta de fazer tábula

rasa e negar a tradição em favor das ideias inatas e da contínua renovação da ciência. A segunda concepção, por outro lado, aceita o valor positivo da tradição e da acumulação de conhecimentos partindo desta postura, a experiência empírica não estaria contraposta à razão. É por isso que determinados momentos da história, como a Ilustração, puderam iluminar uma postura ao mesmo tempo racionalista e classicista, voltada de maneira racional a uma nova sociedade e, de igual modo, altamente respeitosa com o gosto clássico e o saber acumulado pela tradição”.

A arquitetura de Le Corbusier busca fazer tábula rasa do espaço, considerando-o isotrópico³². O seu racionalismo, portanto, adere ao uso exclusivo da razão. Além disso, Montaner toca num ponto que já havíamos visto antes com Gomes (2006). Durante o período moderno, no período do Iluminismo, houve tanto a valorização da razão, como da tradição. Na verdade, o que Portoghesi chama de arquitetura moderna não se constitui num movimento único e uniforme, de modo que possamos generalizar toda a arquitetura moderna com princípios rígidos e exclusivos. Montaner (2001, p.13) nos chama a atenção exatamente para isso.

“... a pretensão [do Estilo Internacional] de estabelecer uns cânones, uma linguagem, um estilo, estava em contradição com algumas ideias chave de arquitetos como Gropius ou experiências como a escola Bauhaus. De fato, essa interpretação estava traindo e reduzindo a base da arquitetura do Movimento Moderno. Principalmente em não querer entender que, além da forma e da linguagem, havia uma nova metodologia de pensar e projetar a arquitetura, de implementá-la dentro de uma cidade racional e de propô-la como fator essencial. Destacavam, de maneira claramente reacionária, só os aspectos formais da arquitetura, aqueles sobre os quais é mais difícil exercer uma crítica. E eram marginados: os aspectos relacionados com a vontade de inovação contínua defendida pelos mestres, aquelas mais vanguardistas e experimentais, os critérios urbanos, as propostas metodológicas e ideológicas. Estava introduzindo,

³² Essa ideia do arquiteto se contrapõe, por exemplo, a de Robert Ezra Park, para quem: “A geografia física, as vantagens e desvantagens naturais, inclusive meios de transporte, determinam com antecedência o esboço geral da planta urbana” (PARK, 1987, p.30)

de forma definitiva, uma versão domesticada do Movimento Moderno”

Verifica-se, portanto, que a arquitetura moderna não é o estilo internacional, embora esse estivesse dentro da arquitetura moderna. O Estilo Internacional é apenas uma das facetas dessa arquitetura moderna, embora essa tenha sido a sua face mais conhecida e que triunfou. Portoghesi acaba por trabalhar mais especificamente, embora não deixe isso claro, com a vertente funcionalista da arquitetura moderna, a qual se dirigem muitas das suas críticas. Como afirma MONTANER (p.35-36):

“[...] [por exemplo,] dentro da arquitetura moderna existem duas tradições distintas e totalmente opostas a respeito da relação entre arquitetura e paisagem: por um lado, a cidade-jardim de Ebenezer Howard e as primeiras Siedlungen alemãs integradas na paisagem, e por outro, a que momentaneamente se impôs e triunfou, representada pelo racionalismo, pela nova objetividade e por Le Corbusier em seus primeiros projetos urbanísticos. Esta tradição dominante baseia-se a onipresença da arquitetura e no pouco respeito pelas circunstâncias ecológicas” (grifos nossos).

Montaner, portanto, coloca Ebenezer Howard e Le Corbusier dentro da arquitetura moderna. Como vimos anteriormente eles eram contemporâneos e, embora Choay tenha colocado o primeiro no modelo culturalista e o segundo no modelo progressista, em nenhum momento ela afirmou que esse ou aquele era moderno. Ao associarmos o modelo progressista à razão e a modernidade e falarmos que a questão cultural, da tradição é usada nos discursos pós-modernos da arquitetura, perguntamos se poderíamos então falar que os culturalistas eram precursores de um discurso pós-moderno. Como vemos na citação acima, na verdade ambos são modernos, só que a arquitetura que triunfou foi aquela representada pelo racionalismo de Le Corbusier.

Esta arquitetura que Portoghesi reivindica uma causa que corresponda às novas ideias e necessidades, o que para muitos historiadores se configurou num vínculo, quase mecânico, aos ideais da revolução e do progresso. Para Le Corbusier, por exemplo, era

preciso “Arquitetura ao invés da Revolução” e, segundo os racionalistas, através da arquitetura seria possível alcançar a igualdade e a justiça.

A arquitetura moderna, que se identifica com a sociedade industrial e sua lógica produtiva, é caracterizada pela disciplina, pelo estabelecimento de regras universais, pela monotonia e por impor aos lugares, independentemente de suas características físicas e culturais, um modelo. Verifica-se, assim, como já havíamos observado em relação à moradia — mais especificamente em relação à “moradia mínima” e à “máquina de morar”—, uma relação entre as transformações ocorridas nos meios e nos métodos de produção com aquela que ocorrerá na arquitetura. Em relação à arquitetura, por exemplo, afirma MONTANER (2001, p.63):

“[...] [na] arquitetura moderna predomina o mito da arquitetura industrial, a admiração pelos procedimentos racionais utilizados pelos engenheiros, o uso da energia elétrica, o desejo de reduzir a ornamentação e a confiança em que estes procedimentos técnicos produziram o principal meio de expressão artística”.

Esta arquitetura quer se “adequar” aos novos tempos, ao da produção fabril. Sem as transformações nas indústrias, que permitiram a produção em série, a moradia mínima e a “máquina de morar” não seriam possíveis.

“na idade da máquina considera-se que é possível achar um caminho próprio para caracterizar a arquitetura. Partindo da negação da tradição, as vanguardas propõem formas puras e abstratas, com coberturas radicalmente planas, conformadas por novos materiais e tecnologias” (MONTANER, 2001, p.91)

Esta arquitetura, ao eliminar tudo aquilo que porventura viesse do passado, e pudesse contaminar o presente, assim como qualquer carga simbólica, adquire o estatuto funcionalista. Com isso, segundo MONTANER (2001, p.86) “[...] [na] arquitetura

moderna, a diferenciação de cada tipo de edifício vai sendo diluída no tratamento formal, homogêneo e estandardização preconizado pelo funcionalismo racionalista³³”.

Esse estatuto funcionalista se consolida na arquitetura devido à sua inseparabilidade da sociedade industrial. Iniciado nos anos de 1920, o estatuto funcionalista fez com que esta arquitetura considerasse a origem da forma espacial como geométrica, servindo a geometria euclidiana na concepção do espaço (PORTOGHESI, 1982, p.11-12 e 18-19). Como afirma MONTANER (2001, p.32): *“O espaço moderno baseia-se em medidas, posições, relações: é quantitativo; desdobra-se mediante geometrias tridimensionais; é abstrato, lógico, científico e matemático; é uma construção mental”*.

Uma outra característica do pensamento funcionalista é que este trabalha desmembrando as coisas em parte, separando-as e as analisando, despedaçando a realidade. Segundo Nagel, a forma de análise dos funcionalistas é adicional, já que eles consideram o todo como a soma das partes. Da mesma forma Harvey afirma que *“os sistemas que podem ser considerados como a soma de suas partes são analisáveis segundos essas partes”* (apud SANTOS, 2004, p.56). Sendo assim, esse tipo de racionalismo adere ao método cartesiano ao seguir o segundo dos seus quatro princípios, o qual pede que analisemos as dificuldades em partes. (DESCARTES, 1973, p.45-46). PORTOGHESI (1982, p.14) exemplifica isto ao descrever um antigo retrato de Diana de Poitiers.

“No seu corpo de desportista, todas as partes harmoniosas encontram o seu destino: as suas pernas são feitas para corrida, as suas coxas para o cavalo, os seus braços para o arco, o seu ventre para o amor”.

Através dessa citação percebemos que Portoghesi se utiliza deste exemplo para demonstrar o caráter funcional de cada parte do corpo de Diana de Poitiers, considerando-o apenas a partir da função que pode desempenhar. Este “desempenhar da função”

³³ *E não em vão, racionalismo e funcionalismo são dois qualitativos que designam o design, a arquitetura e o urbanismo no movimento moderno. [...] Esta identidade apresenta uma única exceção: o caso da arquitetura orgânica, na qual se demonstra como a disciplina funcionalista pode ser adaptada as formas que são orgânicas e não mecânicas. O funcionalismo distancia-se do racionalismo no método organicista* (MONTANER, 2001, p.65)

BAUDRILLARD (1990, p.53-54) demonstra ao distinguir a “operação” da “ação”, já que naquela o que está em jogo é a performance, o executar de uma função. Para isto o autor acrescenta, na operação, o verbo “fazer”. É assim que ele afirma que a comunicação é o “fazer-falar”, da mesma forma que a publicidade é o “fazer-criar” e o *jogging* o “fazer o corpo correr”.

A complexidade do corpo, assim como a da vida, encontra-se desmembrada em partes e pensada em termos de funções. Para entendê-lo é preciso pensá-lo como uma máquina, a exemplo do relógio, que precisa que cada peça, para funcionar em conjunto, seja entendida separadamente. A casa foi pensada enquanto máquina, com a setorização do espaço, como no caso da “máquina de morar”, onde cada ambiente tinha uma função. Na cidade isto se converteu na divisão em zonas com funções específicas a partir do momento em que a arquitetura passou a estabelecer o destino dos espaços urbanos (PORTOGHESI, 1982, p.14). Para MONTANER (2001, p.66):

Esta atitude de decomposição e elementarismo do racionalismo permanece alta na arquitetura moderna tardia das correntes high tech. O mesmo acontece com o urbanismo racionalista. O instrumento do zoning baseia-se na divisão da complexidade da cidade em partes suscetíveis de tratamento genérico e independente. Seguindo as premissas cartesianas, a cidade como problema é decomposta por zonas de maneira que funcione como uma máquina produtiva, dividida em partes monofuncionais conectadas pelas linhas de circulação. Desta maneira, o delírio máximo do racionalismo induz à tentativa de planejamento da imensa complexidade da cidade mediante sua decomposição em estruturas formais e funcionais simples. O racionalismo arquitetônico, que se fundamenta no mito de uma sociedade científica e racionalmente ordenada, coincide com a admiração pelas máquinas. A escultura e a arquitetura das vanguardas, desde László Moholy-Nagy a Le Corbusier, partem da mitificação da precisão e da beleza da máquina.

Para Theodor W. Adorno o racionalismo e o funcionalismo são formas de empobrecer as complexidades e qualidades da realidade, limitando as coisas à pura

utilidade. Sendo assim, tudo aquilo que não é possível de ser medido e quantificado, não tem importância.

7.1. A Cidade Moderna de Le Corbusier

O espaço urbano moderno almeja, assim como o espaço doméstico da “máquina de morar”, corresponder ao espaço da fábrica, de sua organização espacial. No urbanismo o modernismo nasce como consequência da busca de meios de adaptar as cidades à Era Industrial. Buscava-se, assim, uma fábrica que, para funcionar e otimizar a produção, tinha uma determinada organização espacial³⁴. Funcionando como uma máquina, o espaço urbano deveria ter uma certa organização. Com afirmação de SOUZA (2003, p.125-126) o modernismo “*buscava mimetizar plenamente a racionalidade da produção industrial, transpondo para a produção do espaço urbano categorias próprias ao universo industrial*”.

A Revolução Industrial trouxe, portanto, um novo modo de organização que não se restringe à fábrica, mas se estende à forma como a sociedade deve organizar-se (DUARTE, 2002, p.147-157). Segundo CHOAY (1979, p. 2-3) o Urbanismo visa solucionar os problemas gerados pela cidade maquinista, uma vez que a sociedade industrial começa a tomar consciência de si e a questionar suas realizações.

Não era somente à organização da fábrica que o espaço urbano deveria se assemelhar. A produção em série não se restringiria somente às casas, mas também deveria ser aplicada aos objetos presentes em seu interior. Estes, portanto, deveriam ser produzidos, também, em série. Isto proporcionaria um aumento da produção, uma aceleração na construção de casas, uma queda nos custos produtivos e, à semelhança da fábrica, a padronização da série. Montaner enxerga neste processo a negação do monumento, uma vez que: “*O pensamento moderno, com sua insistência na reprodutibilidade, converteu a arquitetura em desenho de protótipo. Se a arquitetura é reduzida a soluções reproduzíveis*

³⁴ “[...] Le Corbusier justificou sua proposta [a demolição de cidade e sua reconstrução com prédios de 15 a 20 andares de alta densidade] em termos termos tayloristas[...]visando poupar tempo e dinheiro com a diminuição dos deslocamentos da casa para o trabalho (e vice-versa)” (ABRAHÃO, 2008, p.63).

em série, ela nega a possibilidade do monumento, isto é, daquela peça, singular e irrepetível, que é monumento por ser distinta às demais e que nunca poderá sê-lo enquanto predomine o mecanismo de fazer edifícios públicos obras repetíveis e semelhantes” (MONTANER, 2001, p.90).

Já Harvey (2004, p.72) vê o lado positivo dessa produção em série. Segundo o referido autor apesar de todas as críticas dirigidas à padronização, há de se ressaltar que se não fosse esse modo de produção em massa, esse sistema de construção industrializado, dificilmente as cidades arrasadas no pós-guerra seriam reconstruídas em tão pouco tempo.

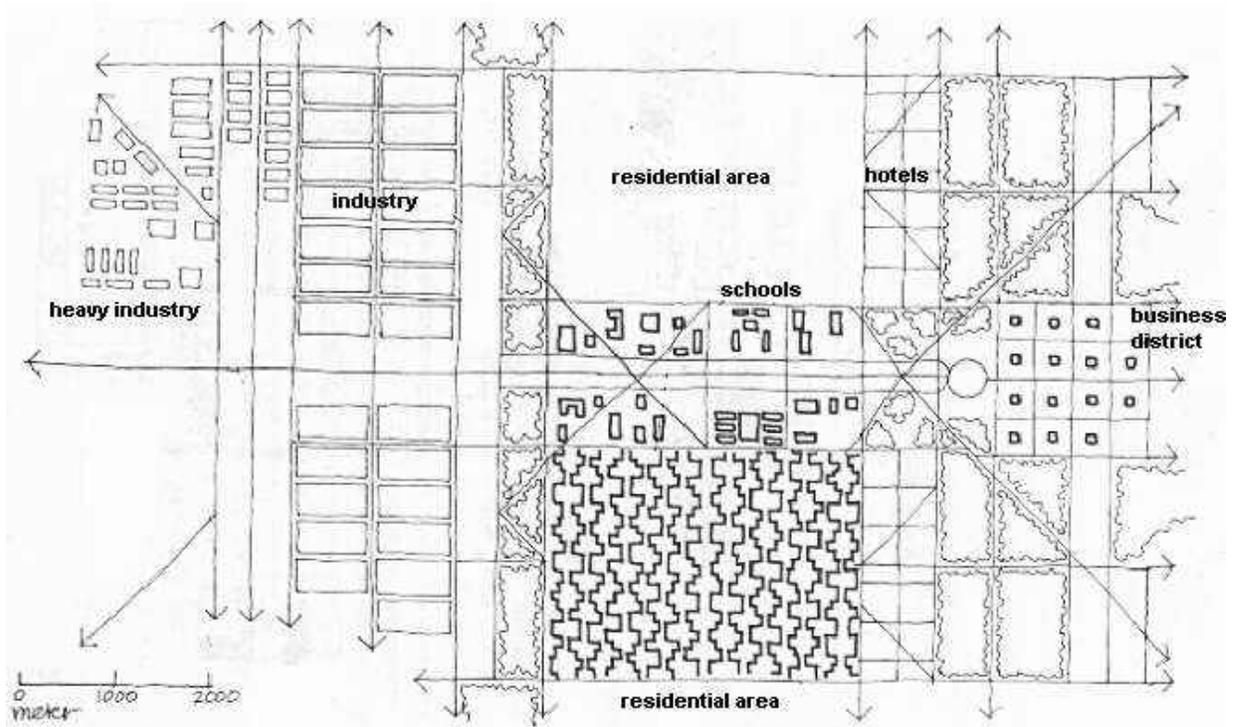
Le Corbusier vê uma nova era surgindo, um novo tempo, em que se muda não somente a produção, mas o modo como devemos viver e nos adaptar a esse novo momento. Segundo ele:

A grande indústria deve se ocupar da construção e estabelecer em série os elementos da casa. É preciso criar o estado de espírito da série. O estado de espírito de construir casas em série. O estado de espírito de residir em casas em série. O estado de espírito de conceber casas em série. (LE CORBUSIER, 1973, p.159).

A concepção da *Ville Radieuse* (Cidade Radiosa) (**Figura 14**) foi possível graças às possibilidades existentes da produção em série, o que tornava o custo da produção da moradia mais baixo. Cada unidade desta tinha o espaço otimizado, no qual banheiro e a cozinha, por exemplo, são reduzidos ao tamanho mínimo necessário. Os apartamentos podiam comportar outros usos no decorrer do dia, através da retirada das divisórias. Quando utilizadas, elas serviam para dividir os espaços de dormir, ao passo que removidas possibilitavam uma área de lazer que poderia se prolongar até a sala de estar (FRAMPTON, 1997, p.215-216). Esta característica acaba sendo um dos princípios da ideia de “loft”. Portanto, se por um lado a *Ville Radieuse* se aproxima da “máquina de morar”, por ser uma

produção em série, por outro lado ela não nega o “loft”, já que também adere à “planta livre”³⁵ e, portanto, à flexibilidade que esta permite.

Figura 14 - A Ville Radieuse projetada por Le Corbusier. Nota-se a setorização do espaço segundo suas funções (área industrial, residencial, de negócios etc).

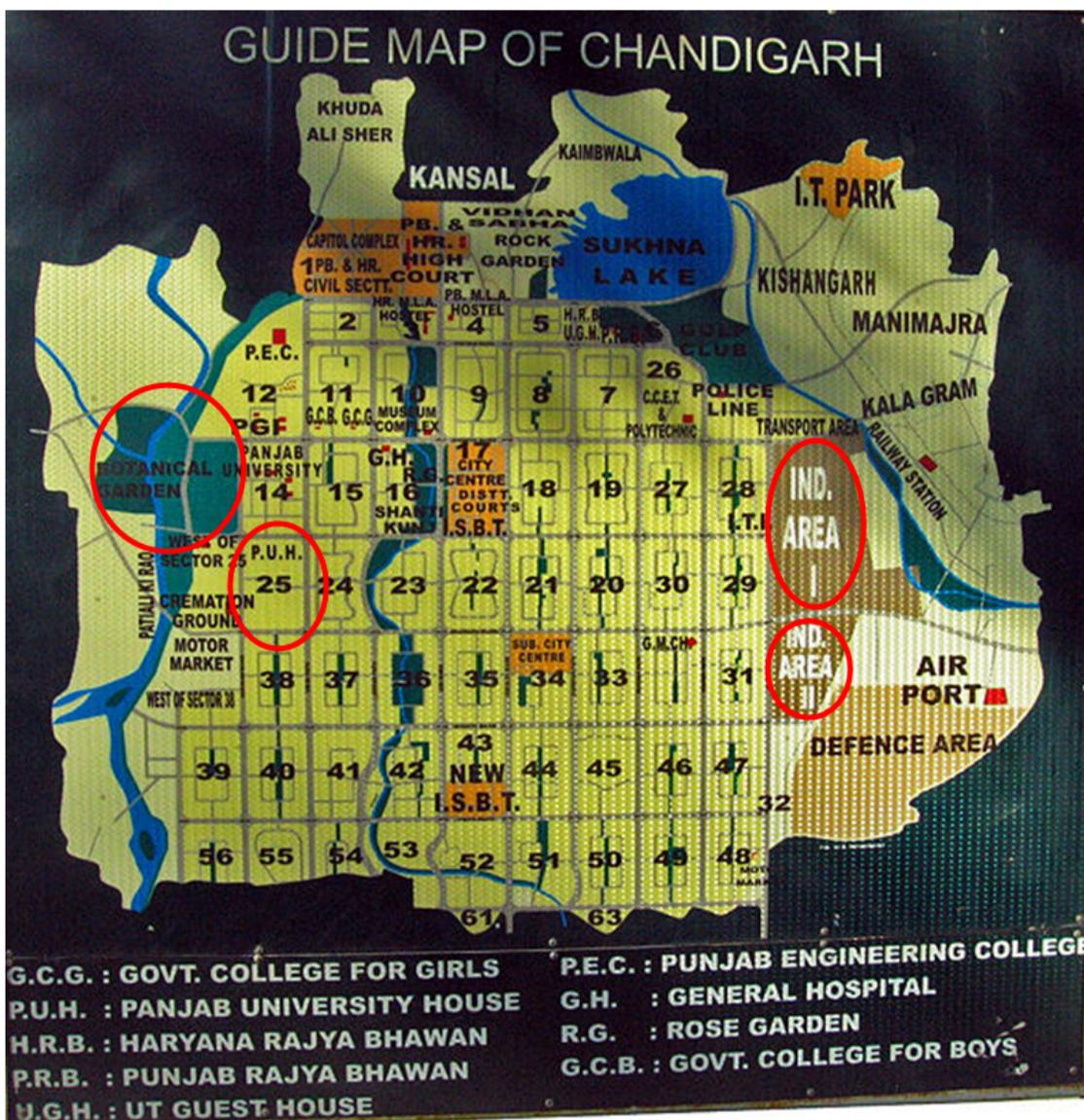


Fonte: <http://www.digischool.nl/ckv2/moderne/moderne/corbusier/radplan.jpg> (acessado em 14/03/2010).

A *Ville Radieuse* nunca se concretizou. Entretanto, ela foi fonte de inspiração no que tange à organização espacial, no plano piloto de Le Corbusier para Chandigarh (**Figura 15**), de 1950, e no Programa de Lúcio Costa para Brasília, em 1957 (FRAMPTON, 1997, p.220).

³⁵ Segundo Montaner (2001, p.126): “As estruturas de aço e de concreto armado permitiram a construção da planta livre e da fachada independente da estrutura. A obra de Le Corbusier não teria se desenvolvido sem estes avanços técnicos[...]”.

Figura 15 - Plano piloto de Le Corbusier para Chandigarh, de 1950. Em círculo as funções atribuídas a cada área do espaço, numa verdadeira setorização deste.



fonte:<http://media.photobucket.com/image/plano%20chandigarh/Rub-Log/MapaChandigarh.jpg> (acessado em 14/03/2010).

Como dissemos, a *Ville Radieuse* está intimamente vinculada aos princípios da arquitetura moderna funcionalista, sendo Le Corbusier um dos seus precursores. Segundo Montaner (2001, p.28) a *Ville Radieuse* sintetiza todo o trabalho teórico e prático de Le Corbusier sobre a habitação e cidade. Buscando as ideias principais que balizariam os

princípios fundamentais desta arquitetura, Le Corbusier considera o espaço como uma verdadeira tábula rasa³⁶. É por isso que o referido arquiteto dizia preferir trabalhar como se estivesse em um laboratório, o que o permitiria chegar a um corpo teórico geral.

Procedendo à maneira do prático em seu laboratório, fugi dos casos específicos: afastei todos os acidentes; concedi-me um terreno ideal. O objetivo não era vencer estados de coisas preexistentes, e sim conseguir, ao construir um edifício teórico rigoroso, formular princípios fundamentais de urbanismo moderno. (LE CORBUSIER, 2000, p.156)

Verifica-se assim a filiação de Le Corbusier à primeira das duas tendências racionalistas apresentadas acima por Montaner. É possível, também, encontramos uma ligação entre o pensamento de Le Corbusier e a corrente geográfica teórico-quantitativa. Segundo CORRÊA (2007, p.20-21), esta corrente considera o espaço segundo dois modos, sendo um deles, que é aquele que nos interessa, o da planície isotrópica. Neste modo, o espaço, entendido como suporte físico, apresenta as mesmas propriedades físicas onde quer que seja. Sendo derivado do paradigma racionalista e hipotético-dedutivo, a concepção de espaço como uma planície isotrópica admite uma superfície uniforme no que tange à geomorfologia, ao clima e à cobertura vegetal.

Como já dissemos anteriormente, alguns dos programas de Le Corbusier ignoravam não só os acidentes topográficos, como também os fatos históricos e culturais. Assim eles podiam ser aplicados a qualquer lugar e cultura. Seja do Brasil à Índia, seja dos Estados Unidos ao Japão, um único modelo se aplicaria a qualquer situação. No Brasil, Brasília é um exemplo de uma cidade construída a partir desses ideais modernistas: uma cidade pré-concebida e regida pela Carta de Atenas. Vale lembrar que na Carta de Atenas encontram-se as diretrizes da arquitetura moderna funcionalista (DUARTE, 2002, p.147-157).

³⁶ “O plano para Moscou de Le Corbusier fazia tábula rasa da cidade, mantendo apenas o Kremlin, a Praça Vermelha, algumas igrejas históricas, o Teatro Bolshoi e o Mausoléu de Lênin, e dispunha o centro de negócios constituído por torres em forma de cruz, rigidamente separadas por vias de transportes de alta velocidade e a estação de trem, bastante distante das quadras residenciais” (ABRAHÃO, 2008, p.63-64)

Se estamos falando até agora em arquitetura e pouco em urbanismo é porque, seguindo Le Corbusier, não é possível separar arquitetura e urbanismo. Isto ocorre porque a arquitetura só tem sentido quando integrada ao urbanismo. Segundo Le Corbuiser o urbanista, por exemplo, organiza espaços arquitetônicos, fixa o local e o destino dos volumes de construção, reúne todas as coisas no tempo e no espaço através de uma rede circulatória, enquanto o arquiteto também levanta volumes e cria espaço, mesmo que esteja trabalhando apenas com uma simples habitação. Portanto, no que diz respeito ao ato criador, arquiteto e urbanista são um só.

Essa relação também pode ser percebida entre o espaço doméstico e o espaço urbano. Como dissemos anteriormente, assim como o espaço urbano deveria se organizar como uma fábrica, a casa deveria funcionar como uma fábrica, inclusive no que diz respeito à otimização do tempo nas tarefas domésticas. Não é à toa que Le Corbusier compara a casa a uma “máquina de morar”. Assim como deveria funcionar a casa, também funcionaria toda a cidade (LE CORBUSIER *apud* Choay, 1979, p.189). Outra correspondência encontrada é quando se verifica que cada ambiente da casa, assim como cada área dessa cidade dividida em zonas, tem uma função específica que deve ser exercida naquele local. A setorização do espaço doméstico, portanto, encontra sua correspondência no zoneamento da cidade proposta pelos arquitetos funcionalistas.

Le Corbusier desejava que sua arquitetura fosse urbana, tal como se evidencia na sua *Ville Contemporaine*, de 1922. Ela foi concebida para comportar 3 (três) milhões de habitantes. Essa cidade era formada por blocos residenciais de grande altura e densidade habitacional, escritórios centrais e cercados por um parque separando, com isso, a elite urbana do proletariado suburbano (FRAMPTON, 1997, p.185-186).

Vale aqui ressaltar a diferença entre a *Ville Contemporaine*, de 1922, e a *Ville Radieuse*, já que enquanto aquela era dividida hierarquicamente, esta se caracterizava por ser sem classes. Outra diferença é a mudança de um modelo urbano centralizado, como o da *Ville Contemporaine*, para a divisão da cidade em zonas de faixas paralelas, presentes na *Ville Radieuse*.

Na Ville Radieuse, essas faixas destinavam-se aos seguintes usos: 1) cidades-satélites dedicadas à educação; 2) zona comercial; 3) zona de transporte, incluindo trens e transporte aéreo; 4) zona de hotéis e embaixadas; 5) zona residencial; 6) zona verde; 7) zona da indústria leve; 8) armazéns e trens de carga e 9) indústria pesada (FRAMPTON, 1997, p.217).

Para Le Corbusier, assim como para outros arquitetos da mesma geração, a cidade se organiza da seguinte forma: classificação das funções urbanas, multiplicação dos espaços verdes, criação de protótipos funcionais e racionalização do hábitat coletivo. Essas ideias visam combater os problemas presentes nas grandes cidades, já que estas não se pautam pela geometria, pela ordem e harmonia, tornando-as uma grande ameaça a seus habitantes. A ideia que se tem é que o que mata a cidade é a falta da geometria. É preciso, portanto, substituir o terreno irregular, insensato, por um terreno regular, ou então não haverá salvação (LE CORBUSIER *apud* Choay, 1979, p.194). Segundo afirma Le Corbusier (2000, p.24):

“Os templos, as cidades, as casas, são células de aspecto idêntico e de dimensões em escala humana. Pode-se dizer que o animal humano é como a abelha, um construtor de células geométricas. [...] A grande cidade, fenômeno de força em movimento, é hoje uma catástrofe ameaçadora, por já não ser animada por um espírito da geometria” (grifos nossos).

Como visto anteriormente, torna-se, assim, importante encontrar aquilo que é comum a todos os homens, definir suas necessidades e funções. As cadeiras, por exemplo, são feitas para sentar, as mesas, para trabalhar, as máquinas, para escrever, etc. E no homem, quais são as suas necessidades? É preciso conhecê-las para que se possam construir lugares geometricamente perfeitos que só podem ter como resultado a formação de espíritos perfeitos. Ora, é justamente isto que este urbanismo funcionalista quer fazer com a cidade, modernizando-a através da ordem e da racionalidade. Almeja-se, com isso,

mudar a sociedade a partir das transformações espaciais ³⁷. Souza (2003, p.128-129) entende isso como o clímax do “fetichismo espacial” no urbanismo de Le Corbusier. Segundo o referido autor, embora o urbanismo modernista tenha produzido em massa habitações higiênicas para a classe operária, ele não buscou a superação do modelo capitalista, sendo, inclusive, suas obras urbanas, um meio de manutenção do *status quo*.

Um outro aspecto a ser ressaltado no pensamento de Le Corbusier é a sua rejeição à ideia de uma cidade sendo construída aos poucos e expressando as particularidades de cada indivíduo. Para o arquiteto é preciso dar uma unidade à cidade, do contrário a imprevisibilidade seria uma constante (DUARTE, 2002, p.147-157). Esta mesma característica, a particularidade, como visto, é rejeitada na “máquina de morar” ao passo que é encontrada nos “*lofts*”.

7.2. Crítica à Funcionalidade na Arquitetura Moderna

Antes de 1945 alguns arquitetos já demonstravam o interesse de que alguns pontos básicos do Movimento Moderno fossem ampliados. No seu livro intitulado *The New Architecture* de 1939, Alfred Roth, mesmo que timidamente, já propunha que a história fosse valorizada, assim como a importância do contexto. Em 1943 Josep Luís Sert, Fernand Lége e Sigfried Giedion propõem que seja retomada a ideia da monumentalidade, já que segundo eles “*as pessoas querem edifícios que representem, além de verificações funcionais, sua vida social e comunitária. Querem que sua aspiração à monumentalidade, alegria, orgulho e emoção sejam ‘satisfeitas’.* Desta maneira se recupera uma aspiração histórica marginalizada pelo Movimento Moderno” (MONTANER, 2001, p.14). A ideia de monumentalidade se opõe ao Movimento Moderno ao buscar definir uma imagem da cidade. Além disso, como visto acima, para Montaner o pensamento moderno, com a ideia de reprodução, de protótipo, elimina a ideia de monumentalidade como sinônimo de único.

³⁷ A influência dos meios naturais sobre os grupos humanos, de que nos fala Ratzel, pode ser comparada ao planejamento que visa mudar a sociedade através das formas. Enquanto um faz apelo ao meio natural, o outro o faz ao meio construído.

No período de 1930-1945 arquitetos reacionários ao Movimento Moderno promovem a recuperação classista do século XIX, com uma tendência conservadora. Entretanto, como alerta Montaner, estas regressões se constituem essencialmente numa continuidade da arquitetura do final do século XIX e início do século XX do que efetivamente uma crítica séria ao Movimento Moderno. Um outro exemplo ocorre na exposição de 1933 em Paris, na qual há uma verdade nostalgia acadêmica. Mesmo assim, como ressalta o referido autor, isto não impediu que críticas sérias fossem feitas ao Movimento Moderno, como aquelas em que houve uma reinterpretação não estilística da tradição da composição clássica (MONTANER, 2001, p.16-17).

Já entre 1930 e final dos anos de 1950 é possível verificar dois rumos na arquitetura internacional. Primeiro, aquela que dá continuidade às propostas do Movimento Moderno, tais como linguagem, uso de tecnologias avançadas e princípios urbanísticos; e uma outra, que se afasta da ortodoxia do Movimento Moderno, tais como o organicismo, o expressionismo, a sobrevivência do classicismo, etc. (MONTANER, 2001, p.19)

No início dos anos de 1960, então, Philip Johnson decretava o fim da arquitetura moderna. Escreve ele, em 1961, a Jurgen Joedicke (PORTOGHESI, 1982, p.53):

“Hoje existe uma única coisa absoluta, a transformação. Não existem quaisquer regras, não se dão certezas no campo das artes. Existe apenas a sensação de uma maravilhosa liberdade, da possibilidade ilimitada de criar, explorar, de um passado ilimitado de grandes arquiteturas da história para ser desfrutado [...] Um bom arquiteto fará sempre uma obra original. Um mau arquiteto faria uma péssima obra ‘moderna’, como faria uma péssima obra (isto é, imitação) com as formas históricas [...] Os antigos valores difundem-se de novo com uma velocidade vertiginosa eletrificante. Viva a transformação! O perigo que o senhor vê de um ecletismo acadêmico estéril não é um perigo. O perigo está no oposto, na esterilidade da sua Academia do movimento moderno”.

Observa-se, assim, que o período em que Philip Johnson decreta o fim da arquitetura moderna, anos 60 (sessenta), coincide com o surgimento dos “lofts” e do modo de produção flexível. É possível perceber, então, que é durante um mesmo período que ocorrem transformações tanto na arquitetura como na indústria.

Ainda nesta década, em 1966, Robert Venturi publica o texto “Complexidade e contradição na arquitetura” em que defende uma arquitetura híbrida, contraditória, complexa e ambígua, ou seja, opondo-se a alguns daqueles princípios em que se fundou o racionalismo do Movimento Moderno, especialmente o de coerência. Para Venturi é preciso interpretar e revalorizar os usuários e não fazer como a arquitetura moderna que buscava mudar o ambiente e os usuários, encobrindo a complexidade da realidade.

Em seu livro, Robert Venturi explora a possibilidade da dualidade na arquitetura, como alguns elementos arquitetônicos podem ter vários significados, assim como dos espaços terem dupla função. O que Venturi busca é uma arquitetura que não seja simplista como a desenvolvida pela modernidade. A uma arquitetura transparente, como propunha a arquitetura moderna, Venturi propõe uma arquitetura opaca e de significados superpostos. Para o arquiteto, cada caso deve ser tratado distintamente e a arquitetura deve buscar essas várias possibilidades, tentando se adequar a cada um dos casos. Assim como Adorno, para Venturi o mero utilitarismo leva à desolação, ao esgotamento do mundo (MONTANER, 2001, p.153-161). Segundo Montaner (2001, p.156 e 162), para Venturi:

“[...] o elemento que caracteriza cada edifício é o vestuário, a ornamentação, o tratamento epidérmico; a estrutura e o interior constituem um mero fato construtivo, de engenharia, funcional”. É por isso que para o referido autor “[...] a arquitetura [é] um fenômeno da percepção, [...] um jogo de formas que nos transmitem mensagens e ideias através de nossos sentidos”.

Já nos anos de 1970 umas das críticas dirigidas ao Movimento Moderno afirma que esta arquitetura não era feita com base em valores simbólicos. Como ratifica Montaner (2001, p.152): “*Ficou claro que o Movimento Moderno propôs para a arquitetura uma forte transferência semântica: utilizar a linguagem funcionalista de fábricas, oficinas e hospitais para resolver a forma de todos os tipos de arquitetura: escolas, igrejas, museus, espaços domésticos, etc.*” (grifos nossos). Segundo Maria Luisa Scalvini a crise é fruto de um empobrecimento da complexidade simbólica, da ambivalência, já que permite decifrar imediatamente as funções primárias (MONTANER, 2001, p.152). Vemos assim, que além

de pensar o espaço urbano e doméstico da mesma maneira, em termos de funções — o que a vimos tentando demonstrar ao longo de todo o trabalho —, o Movimento Moderno não queria ser contraditório, possuindo uma única linguagem, dando um único sentido aos objetos, que é aquele que diz respeito à sua função.

Numa crítica à arquitetura moderna, Peter Blake lança em 1977 o livro intitulado *Form Follow Fiasco* (A Forma segue o Fiasco) numa clara alusão, e crítica, a uma das premissas da arquitetura moderna que dizia que “a forma segue a função”, frase atribuída a Sullivan. Como afirma MONTANER (2001, p.65): “*Nos momentos culminantes da procura da utilidade, o racionalismo na arquitetura coincide sempre com o funcionalismo, isto é, com a premissa de que a forma é um resultado da função: o programa, os materiais, o contexto*”. Vale ressaltar, desde já, que esta arquitetura moderna a que se refere Peter Blake, diz respeito especificamente à sua vertente racionalista funcionalista.

Um dos questionamentos de Blake em relação à função era saber se os espaços concebidos previamente para determinadas funções permitiam que houvesse de fato uma melhor vivência deste assim como uma relação entre aqueles que o desfrutavam. O autor verifica que nos prédios em que houve uma mudança da função daquela originalmente prevista, a consequência foi um aumento da capacidade. Portoghesi sublinha que isto foi possível graças à libertação do imaginário que permitiu que as funções não fossem necessariamente vinculadas às formas, à previsibilidade destas. Segundo Montaner (2001, p.52) isto decorre do fato de: “[...] *a arquitetura moderna [ser] muito técnica, anônima, repetitiva, abstrata, redutiva, aberta, etc. [...] [enquanto] o homem real não corresponde ao usuário ideal para o qual projetaram as vanguardas*”.

Este espaço previsível, programado, toma o cidadão como um objeto que pode ser tão programado quanto o espaço. Entretanto, Damatta (1991) demonstrou que embora um espaço esteja estruturado para determinadas ações, nada impede que outras ocorram. GOMES (2006) denominou isso de transgressões. Como afirma Santos (2006), o espaço é ativo e passivo ao mesmo tempo, sendo uma estrutura subordinada e subordinante. O espaço, portanto, condiciona as ações através das formas; entretanto, este pode guiar, induzir, mas não determinar as ações e é isso que, indiretamente afirma, Montaner ao dizer que “o homem real não corresponde ao usuário ideal”.

Entretanto, a arquitetura moderna justificava a imposição de uma ordem rígida, uma vez que isto iria proporcionar aos homens viverem melhor (PORTOGHESI, 1982, p.35-36 e 40). Por outro lado, o complexo Pruitt-Igoe, que possuía os elementos prescritos pela arquitetura moderna, tais como espaços públicos verdes, serviços coletivos, janelas exatamente iguais, estrutura espacial repetitiva, etc., transformou-se, para aqueles que o habitavam, numa prisão gerando violência e vandalismo. Psicólogos e sociólogos identificaram este fenômeno patológico como o resultado de uma arquitetura que buscava um excesso de controle social através da construção civil (PORTOGHESI, 1982, p.45-46).

Já em 1967 Philippe Boudon publicava “Le Corbusier em Pessac”, no qual interpretava como positivas e necessárias as transformações que os usuários fizeram nos edifícios projetados por Le Corbusier. Trata-se, segundo Philippe Boudon, de uma forma dos usuários expressarem suas ideias de lar (MONTANER, 2001, p.128). Segundo Montaner (2001, p.152):

[...] a maioria das pessoas não aceitou as formas e propostas da arquitetura do Movimento Moderno. A arquitetura moderna não só perdeu sua capacidade comunicativa e associativa como não proporcionou a ideia de conforto, segurança e forma convencional que o público desejava”.

Dessa forma Montaner aqui responde àquilo que Blake havia se questionado e ratifica o resultado encontrado por este. Esta arquitetura, na verdade, não permitiu um melhor convívio, como almejava.

Por outro lado, Blake critica a planta livre do tipo utilizada na Unidade de Marselha, de Le Corbusier, já que toda a privacidade é aniquilada. Para Blake (PORTOGHESI, 1982, p.37) os apartamentos de Le Corbusier, com esta forma de organização, acabam por destruir a possibilidade da vida familiar. Blake identifica na semelhança entre a construção civil e a produção industrial — característica da arquitetura moderna —, uma aliança que visa à lógica do lucro e à idolatria da técnica. Além disso, ele critica a transposição da lógica industrial para a construção civil, já que seria impossível fazer prédios em série, como são feitos os produtos nas fábricas, isto porque há outros elementos que são

desconsiderados como o clima, a especialização da mão-de-obra, os custos do transporte etc.

A mesma crítica o autor dirige à analogia que se tentou fazer entre o automóvel e a casa, que, segundo ele, sempre fracassou. Blake identifica a *Ville Radieuse* como geométrica, de grandes prédios em que as pessoas não se conhecem. Segundo ele, o seu fracasso se deve ao fato de o homem não desejar espaços abertos, mas espaços fechados, que permitem que ele esteja junto dos outros. Para o autor a rua espremida entre duas paredes, um verdadeiro corredor entre elas, que Le Corbusier tanto criticava, era um fator que permitia, por que não dizermos, guiava, estimulava, induzia as relações sociais (PORTOGHESI, 1982, p.38-40).

A cidade moderna funcionalista é dividida em zonas funcionais: “*de um lado as residências, isto é, os dormitórios [onde as casas encontram-se dispostas como as peças de um jogo], do outro, as lojas, talvez todas reunidas nos shoppings centers, de outro lado ainda, os escritórios, no outro lado os locais de espetáculo, e fora disso, as imediações do campo, as instalações desportivas e as estruturas produtivas*” (PORTOGHESI, 1982, p.40). Blake caracteriza a cidade moderna como esquizofrênica e o lugar do esbanjamento, ao passo que a cidade antiga se constituía num *continuum* no qual as mais diversas funções se inter-relacionavam, permitindo a troca e o encontro (PORTOGHESI, 1982, p.40). Montaner identifica nesta cidade dividida em zonas, o ápice do racionalismo. Afirma o autor: “*A abstração na arte, a arquitetura de formas elementaristas e cúbicas, ou a cidade zonificada constituem a culminação do racionalismo*” (MONTANER, 2001, p.59). Ainda segundo o referido autor a consequência desse zoneamento da cidade é que esta perdeu a espontaneidade da vida, sem contar que apenas as camadas que possuíam maior poder aquisitivo habitavam essas cidades (MONTANER, 2001, p.28).

Na arquitetura moderna o *design*, que deveria decorar os ambientes, era desenvolvido de forma a corresponder às exigências do movimento do corpo. Buscavam-se as funções do homem.

“... o problema que o movimento moderno queria, de fato, resolver, a julgar pelas suas performances até a data, é a

fastidiosa anatomia da raça humana: de fato, nada está em condições de funcionar – à maneira da Bauhaus³⁸ — até que os homens não sejam reprojctados em forma de cubos e as suas mulheres em forma de esferas; até então, todas as outras coisas irão ao seu lugar com um click e a própria solução tornar-se-á problema” (BLAKE apud Portoghesi, 1982, p.41) (grifos nossos)

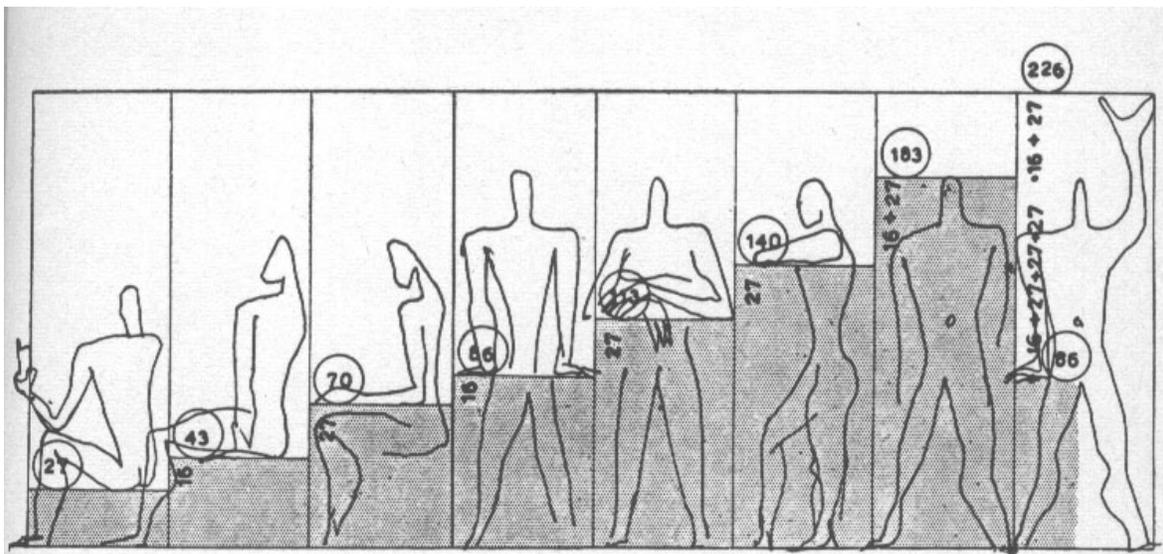
Percebe-se a grande ironia do autor. O problema que ele nos relata é o mesmo que houve quando a sociologia, com Comte (1798-1857), buscou transpor as leis que regiam a natureza para entender a sociedade³⁹. “Comte havia proposto que os fenômenos sociais fossem considerados como fatos naturais, submetidos assim às leis naturais. [Um dos seus equívocos é que] ele assimilou as leis de funcionamento da sociedade às leis do mundo físico” (SANTOS, 2008, p.161). Se a sociedade assim o fosse, seria muito mais fácil os planos rígidos, como os da cidade dividida em zonas, se tornarem pleno em eficiência, já que bastaria descobrir as leis que regem a sociedade e construir planejamentos voltados a suprir essas necessidades. Aliás, esse era um dos princípios da Carta de Atenas. Para Montaner (2001, p.18):

“O Movimento Moderno, impulsionado por uma visão positiva e psicológica ao mesmo tempo, pensa a arquitetura em função de um homem ideal, puro, perfeito, genético, total. Um homem ético e moralmente completo, de costumes puritanos, de uma funcionalidade espartana, capaz de viver em espaços totalmente racionalizados, perfeitos, transparentes, configurados segundo formas simples. O ‘modulor’ (Figuras 16 e 17) de Le Corbusier (1942) constituiria uma explicitação tardia deste usuário idealizado. Segundo Le Corbusier, todos os homens têm o mesmo organismo, as mesmas funções e necessidades”.

³⁸ “A Bauhaus dedicou-se a entender a lógica produtiva industrial e a propor novos utensílios, nova arquitetura e nova cidade para o espaço moderno que se inaugurava. Não importava para a Bauhaus apenas a inserção de objetos arquitetônicos na cidade, mas sim a concepção global de espaços aptos à racionalidade produtiva” (DUARTE, 2002, p.41).

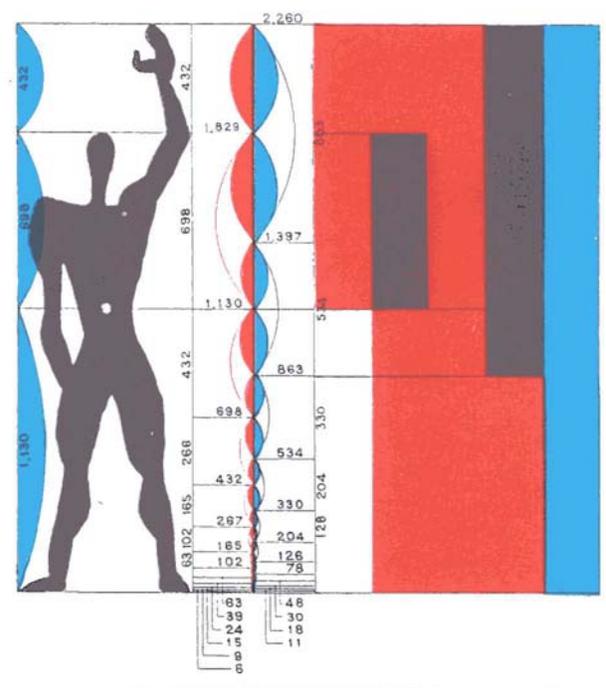
³⁹ Segundo Jean Gottman “uma das razões de fraqueza da geografia humana[...] ‘vem da tendência a ir beber nas mesmas fontes que a geografia física, isto é, na história natural. Ora, não se poderia esperar de coletividades humanas um comportamento semelhante ao dos seres vivos mais elementares. O determinismo simplista da botânica apenas pode permitir arranhar um pouco a superfície dos problemas das sociedades humanas”’ (apud Santos, 2008, p.41).

Figura 16: o 'modulador' de Le Corbusier



fonte: http://www.scuolamediavirgilio.it/cittanellastoria/post-ind-moderna/img/le_corbusier_modulor_2.jpg (acessado em 14/03/2010).

Figura 17: o 'modulador' de Le Corbusier



fonte: http://alluu.files.wordpress.com/2008/12/t1_n145_a2_modulor.jpg (acessado em 14/03/2010).

No VI CIAM em Bridgwater (1947) James M. Richards reivindicou que a arquitetura contemporânea se relacionasse com o homem comum. Com isso o autor queria chamar a atenção para as qualidades humanas como o contraste, a variedade e a individualidade, que pareciam estar sumindo, sendo desconsideradas em função das técnicas desumanizadas.

Como nos afirma Montaner (2001, p.18), poderíamos resumir as diferenças do período entre-guerras até 1950 através de duas imagens. A primeira delas o homem perfeito, atlético do 'modulor' de Le Corbuiser e a segunda os personagens disformes encontrados nos primeiros quadros (**Figuras 18**) de Jean Dubuffet .

Figura 18: quadro de Jean Dubuffet



fonte:<http://www.moma.org/explore/collection/provenance/items/images/280.49.jpg>
(acessado em 14/03/2010).

Enquanto no ‘modulador’ o homem é idealizado, no quadro de Jean Dubuffet realça-se a sua “imperfeição”, suas diferenças e especificidades. Assim, o homem é visto através de sua individualidade e não a partir de um homem universal.

Outra crítica dirigida à arquitetura moderna por Portoghesi (1982, p.18-20) é que, segundo ele, esta arquitetura cresceu e se desenvolveu valorizando os grandes intelectuais em detrimento do papel coletivo na transformação da cidade. É uma arquitetura feita em laboratório, que ocasiona a perda de sua especificidade disciplinar e, conseqüentemente, na mediação entre a sociedade e um determinado local. O referido autor sugere que reexaminemos, no nosso cotidiano, as transformações que ocorreram na cidade e que, por vezes, destruíram a beleza propalada pelo movimento moderno. Isto que reivindica Portoghesi já durante os anos 60 (sessenta) e 70 (setenta) era buscado na Itália. Almejava-se lá um retorno entre a cultura arquitetônica e a coletividade, uma vez que como aponta Colin Rowe, havia um verdadeiro abismo que separava os especialistas das pessoas comuns (MONTANER, 2001, p.152).

7.3. O moderno e o “não-moderno” se mesclam

Na periferia da ortodoxia inicial dos CIAM foram se desenvolvendo, alheios aos princípios programáticos do Movimento Moderno, rumos próprios em vários países, como nos países nórdicos e na Itália. São exemplos disso os caminhos trilhados por Erik Gunnar Asplund, Alvar Aalto entre outros naqueles países e de Ignazio Gardella, Carlo Molino, Giovanni Michelucci entre outros neste país (MONTANER, 2001, p.15). Em 1954 o TEAM 10 – grupo que realizou o último CIAM (1954) – redigiu o ‘Manifesto de Doorn’ em que se insistia que *“para compreender o padrão das associações humanas temos que considerar cada comunidade no seu ambiente ou contexto particular”* (MONTANER, 2001, p.31).

A arquitetura japonesa, por exemplo, que surge a partir do movimento moderno, especialmente a que vem a partir dos anos 1950, se destaca por unir os elementos desta arquitetura com a arquitetura tradicional japonesa. Em outras palavras, ela adere ao movimento moderno, sem que para isso seja necessário abandonar aquilo que já

caracterizava a sua arquitetura. “Tange [arquiteto japonês] trabalhou com Le Corbusier e com Mayekawa, e nos edifícios do Parque da Paz (**figura 19**) desenvolve por um lado os ‘pilotis’ lecorbusierianos e por outro, a estrutura, a cobertura e modulação da arquitetura tradicional” (MONTANER, 2001, p.115).

Figura 19: Parque da Paz



fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:A-bomb_dome.jpg (acessado em 14/03/2010).

Já a arquitetura moderna nacional, em oposição à europeia, será reconhecida em função da caracterização que dará a cada edifício, pela relação com o entorno, com a paisagem, assim como pela distinção que apresentará entre os diversos programas. Essas, portanto, passam a ser marcas de nossa arquitetura moderna, que trabalha com o repertório moderno livremente.

A demonstração mais clara da existência de um caminho latino-americano próprio para a modernidade são as teorias de Lúcio Costa (1902-1998) e a obra da juventude de Oscar Niemeyer (1907) [...] Apesar dos paradigmas formais de Le Corbusier estar presentes em ambos, estes foram tomados com total liberdade e, inclusive, foram transformados e pervertidos totalmente” (MONTANER, 2001, p.26).

Nos projetos de jardins e parques Burle Marx (1909-1994) se utiliza dos princípios modernos ao mesmo tempo em que faz sua crítica e propõe sua superação. Sua arquitetura se relaciona com a natureza, adaptando, por exemplo, os jardins ao cenário de encostas e montanhas. Outro exemplo é Lucio Costa, para quem a arquitetura deve seguir a época da máquina sem abandonar a sua relação com o lugar e a natureza. (MONTANER, 2001, p. 40 e 93).

Mais um exemplo dessa mescla entre o moderno e o “não moderno” está presente nas obras de Lina Bo Bardi, que superam os limites da arte moderna, sem que para isso seja necessário romper com seus princípios básicos. Se esta era anti-histórica, Lina Bo Bardi realizou obras onde a modernidade e a tradição não eram antagônicas. Ela misturou o racional e o irracional, utilizando aquele como suporte para objetos deste. Misturou funcionalidade com poesia. “*A sua obra supera as dicotomias que haviam dividido a estética do século XX: a luta entre abstração e mimese. Espírito e matéria, razão e tradição, concepção e representação, cultura e natureza, arte e vida*” (MONTANER, 2001, p.12-13)

O que Bo Bardi fez, na realidade, foi propor um método que superasse as limitações da modernidade, sem esquecê-la. É por isso que em sua obra encontramos uma convivência tanto do subjetivismo do romantismo como do método racionalista, assim como a união entre modernidade e história (MONTANER, 2001, p.13).

Segundo Montaner (2001, p.21) é possível diferenciar uma “modernidade universal” — de desenvolvimento internacional —, de uma “modernidade específica”, que sintetiza modernidade e cultura do lugar e, aos poucos, vai alcançando o *status* de arte universal.

7.4. A Cidade associada à arquitetura dos ideais pós-modernos

Segundo Blake, nós estamos diante do mundo pós-moderno e ele nos propõe algumas alternativas ao modelo anterior, que identifica como sendo o dogma moderno. A primeira delas é o abandono dos arranha-céus⁴⁰; a segunda é não destruir o que já existe na cidade; a terceira é a interrupção da construção das auto-estradas; a quarta visa responsabilizar aqueles que produzem os materiais utilizados nas construções⁴¹. A quinta alternativa visava à eliminação das cidades em zonas, como propunha a Carta de Atenas, já que dividia a cidade em guetos. A sexta é tornar possível o processo de participação. A sétima é a transformação no ensino da arquitetura. A oitava e última é a suspensão daquela arquitetura, ou seja, uma renúncia àquilo que foi considerado ideal (PORTOGHESI, 1982, p.42-43).

Em relação ao sexto item de Blake, é preciso dar uma atenção a ele, já que esta reivindicação não é exclusiva deste autor. Nos anos 50 já se manifestava, em algumas vanguardas, o interesse na participação do indivíduo na arquitetura. O pintor austríaco Hundertwasser, por exemplo, propõe no “Manifesto do mofo contra o racionalismo na arquitetura” de 1958 uma arquitetura do tipo ‘faça você mesmo’. Já os situacionistas propõem um ambiente urbano construído coletivamente, onde a arquitetura deveria ser feita sem os arquitetos.

Nos anos 60 (sessenta) e 70 (setenta) do século XX começa a aparecer uma nova arquitetura, que busca incentivar a participação dos usuários nos espaços públicos e privados. A premissa da qual eles partem é que qualquer um pode ser o arquiteto do seu próprio espaço⁴². Todas essas propostas, que começam a ganhar evidência nessa época, não

⁴⁰ Segundo Montaner (2001, p.125): “... o edifício de grande altura, o arranha-céus, o símbolo mais espetacular da arquitetura do movimento moderno começa a ser muito criticado devido às distorções que ele introduz no entorno histórico, urbano, paisagístico e topográfico”.

⁴¹ É preciso que sejam (experimentados) antes que sejam adotados, e não fazer como os modernos que, segundo o autor, enalteciam tudo o que era novo. (PORTOGHESI, 1982, p.42-43).

⁴² Na IBA (Exposição Internacional da Construção), iniciada em 1977, “escritórios, creches e habitações para idosos foram costurados nos prédios existentes, e os moradores muitas vezes ajudaram a projetar e a construir suas próprias casas. [...] os clientes se tornaram colaboradores e projetistas, e os arquitetos se tornaram parceiros.[...]Os arquitetos do programa Altbau trabalharam com moradores e representantes de

visam renunciar à técnica, mas torná-la mais humana (MONTANER, 2001, p.127-130). Porém, achar que esta é uma característica exclusivamente pós-moderna, como nos fala Blake, é cair num engano, já que como afirma MONTANER (2001, p.16):

“[...] as obras de alguns mestres como Le Corbusier, desde os anos trinta já estavam apresentando as tendências da arquitetura posterior à Segunda Guerra Mundial: o jogo de volumes independentes sobre plataformas no projeto para o Palácio dos Soviets de 1931; a gestualidade conceitual e a participação dos usuários no projeto para Argel de 1930, o plano Obus (Figura 20); a leve tendência à arquitetura neobrutalista e estruturas vernáculas”.

Figura 20: Plano Obus de Le Corbusier



fonte: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/imagens/318_09.jpg (acessado em 14/03/2010).

Percebe-se assim que muito antes dos anos 60 (sessenta) um arquiteto moderno, Le Corbusier, já incluía em seus projetos a participação dos usuários. Portanto, se esta não é uma marca do Movimento Moderno, não podemos dizer que ela é uma característica única da pós-modernidade e, muito menos como queria Blake, uma alternativa ao modelo anterior — o da arquitetura moderna.

grupos de moradores para garantir que o planejamento urbano e os projetos caminhassem de mãos dadas com o planejamento social” (GHIRARDO, 2002, p.143-144)

Outros campos além da arquitetura, como o *design* e a o urbanismo, foram abarcados por essa nova visão — a participação. No urbanismo, por exemplo, propôs-se uma participação coletiva, como aquelas que ocorrem no Terceiro Mundo, nas quais os moradores marginalizados constroem suas próprias moradias. Já Christopher Alexander almeja estimular uma arquitetura que está presente em cada um de nós e não fica restrita somente ao mundo dos especialistas. O seu objetivo é que o indivíduo projete o seu meio utilizando, para isso, a natureza ao seu redor (MONTANER, 2001, p.128 e 134).

Obras foram feitas a partir daquele princípio. A residência de estudantes da Faculdade de Medicina em Bruxelas (1970-1976) (**Figura 21**), de Lucien Kroll, contou com a participação de diversos usuários, criando uma estrutura bem eclética, na qual vários estilos encontravam-se misturados. A mesma postura adotaram Ralph Erskine no conjunto Byker em Newcastle upon Tyne (1969-1982) (**Figura 22**) e o italiano Giancarlo de Carlo no bairro operário Matteotti em Terni (1969-1974) (**Figura 23**). (MONTANER, 2001, p.136-137).

Figura 21: residência de estudantes da Faculdade de Medicina de Lucien Kroll



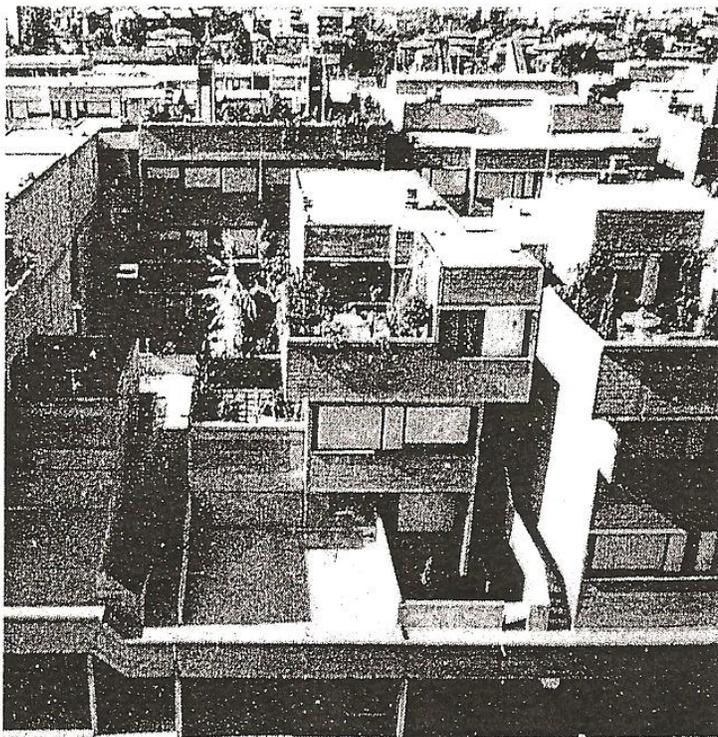
fonte: <http://f.hatena.ne.jp/images/fotolife/r/reiko-belgium/20090326/20090326215022.jpg> (acessado em 14/03/2010).

Figura 22: conjunto Byker de Ralph Erskine



fonte: http://www.bbc.co.uk/tyne/content/images/2007/01/09/byker_lead_470x313.jpg (acessado em 14/03/2010).

Figura 23: bairro operário Matteotti de Giancarlo de Carlo



fonte: Montaner, Josep Maria. "A arquitetura depois dos modernos", 2001, p.137

Turner é outro que adota essa visão. Segundo ele a moradia deveria ser construída por nós, com a utilização de materiais reciclados. Ao realçar esta arquitetura autoconstruída que se realizava em muitos países Turner “[...] estava insistindo em uma crítica ao Movimento Moderno e às suas premissas de um homem universal e da atividade arquitetônica totalizadora. Esta que não considera a diversidade cultural e a capacidade que os usuários de muitas culturas possuem para configurar seus espaços existenciais” (MONTANER, 2001, p.130-131).

Alguns estudiosos perceberam como as casas passaram a ser transformadas pelos proprietários e inquilinos, numa relação de diálogo entre o produto arquitetônico e aquele que propriamente irá usufruir deste resultado, que é o morador. A arquitetura pós-moderna transforma-se num produto feito coletivamente, deixando de ser apenas ideias abstratas, mas sendo, também, construída a partir do gosto e da sensibilidade das pessoas (PORTOGHESI, 1982, 1982, p.47-48).

Outros pontos também foram buscados por essa arquitetura crítica ao Movimento Moderno. A partir dos anos de 1960 verificou-se um desejo de trabalhar com os valores simbólicos, culturais e históricos e não somente os funcionais. No decorrer dos anos 1960 e 1970 uma parte da arquitetura, pela primeira vez, começa aceitar as consequências do relativismo cultural e antropológico. Isto decorre de uma tendência que vem dos anos 1950 de um maior interesse pelo humanismo, assim como pelo indivíduo comum. Em “Tristes Trópicos” Lévi-Strauss já havia demonstrado que nas culturas primitivas da América do Sul, a arquitetura e a cidade eram submetidas ao homem e integradas ao entorno (MONTANER, 2001, p.127 e 152). Entretanto, a arquitetura racionalista tentou eliminar isto. Como afirma Montaner (2001, p.127): “*Este sentido comum e orgânico na relação entre os homens e o meio foi quebrado pela insensata pretensão racionalista de criar novas cidade, como as que eram promovidas no interior do Brasil*”.

Rossi é um dos arquitetos que valorizam a questão cultural. Para ele a cidade é entendida como um bem histórico e cultural. Segundo o referido autor, não há apenas uma única relação entre as formas e as funções, já que as formas não se restringem apenas às funções. Para Rossi as coisas que permanecem, como os lugares e os cenários, fazem com que essas estruturas sejam mais fortes que as pessoas e os acontecimentos. Um exemplo

disso são os prédios históricos que têm os seus usos modificados. Portanto, o que permanece é a forma, enquanto o uso muda (MONTANER, 2001, p.139).

É dentro dessa linha pensamento que Montaner (2001, p.140) vai afirmar que: “[...] a arquitetura das últimas décadas se distinguiu por sua capacidade de reverter a velha arquitetura para novos usos. Uma das imagens mais genuínas da situação pós-moderna da arquitetura é a dos contrastes formais que gera esta mudança de usos: estações convertidas em museus, palácios reabilitados como sedes de administrações públicas, igrejas reconvertidas em escritórios, museus ou discotecas”. Portanto, percebemos que se para Rossi o que permanece é a forma enquanto o uso é efêmero, nas “contracorrentes” apresentadas por Gomes (2007) valorizavam-se os costumes e as tradições como aquilo que permanece nas mudanças.

Segundo Portoghesi, a arquitetura se encontrava na década de 80 (oitenta) dividida entre “a necessidade de romper com o seu passado próximo, e a tentação de trazer deste as matérias-primas com que constrói o seu futuro”. Para o autor, o artista, assim como um grupo ou uma geração de intelectuais, tem a necessidade de bagunçar, misturar, desordenar a herança herdada que os imobiliza atualmente, mesmo que tal atitude os leve da desordem a uma nova ordem. A arquitetura moderna funcionalista, que busca se perpetuar e ser insubstituível é combatida por um movimento associado aos ideais pós-modernos, já que este busca exatamente romper com qualquer continuidade do movimento; por isso, a utilização do prefixo “pós”, dando a ideia de acabado, terminado, ruptura (PORTOGHESI, 1982, 1982, p.11-15).

Esta arquitetura associada aos ideais pós-modernos não nega a tradição moderna, incorpora-a, mas a interpreta livremente, sendo assim considerada evolucionista, mas não revolucionária. Isto sim se constitui numa crítica séria ao Movimento Moderno, como afirmara Montaner. O retorno à tradição busca uma mudança, uma interpretação, não sendo apenas um retorno que vai ao passado e volta ao presente sem acrescentar nada.

Outras características apresentadas por essa arquitetura pós-moderna, — que não se constitui num movimento organizado, uniforme e com diretrizes e princípios como era a arquitetura moderna —, são a linguagem eclética, a valorização da ambiguidade, da ironia, da pluralidade de estilos, da memória coletiva e uma relação de diálogo entre os novos

edifícios e os ambientes onde eles surgem. Portanto, percebe-se que ao contrário do movimento Moderno que se baseia unicamente na linguagem funcionalista, esta nova arquitetura busca uma maior diversidade.

Mas esta não é a única crítica a arquitetura moderna, que tinha como uma de suas máximas “a forma segue a função”. Segundo Blake a arquitetura moderna afirmou a fé na razão, levou as pessoas para “quartéis”, foi devota da tecnologia, fez da cidade um impulso para a civilização; entretanto, constituiu-se em um período destrutivo. A arquitetura moderna acreditava que ela mesma poderia mudar a sociedade e fazer a reforma social (PORTOGHESI, 1982, 1982, p.43 e 46).

Segundo Harvey (2004, p.69) os modernistas “*veem o espaço como algo a ser moldado para propósitos sociais*” ao passo que os pós-modernistas realçam o caráter estético. Portanto, tudo aquilo que não fosse estritamente necessário deveria ser abolido.

“Seu famoso slogan [de Sullivan] ‘a forma segue a função’, encontra sua mais cabal expressão na cornija côncava do Guaranty Building (Figura 24), onde a ‘força vital’ ornamental na superfície dos pilares que dividem a fachada se expande em torvelinhos em torno das janelas circulares do atíço, refletindo metaforicamente o sistema mecânico do edifício, que, para citar Sullivan, ‘se completa e faz a sua grande volta, subindo e descendo’ (FRAMPTON, 1997, p.58)

Figura 24 - Edifício de escritórios *Guaranty Building*.



Fonte: <http://formartepura.fo.ohost.de/img/vormgeving/machine-esthetiek/sullivan/sullivanguaranty.jpg>
(acessado em 14/03/2010).

Ainda segundo Harvey (2004, p.69), no que tange à arquitetura e ao programa urbano, o pós-modernismo rompe com a ideia modernista, entre outras coisas, devido à escala de ação. Enquanto os programas modernistas são de larga escala, os pós-modernistas agem sobre pedaços, gerando formas arquitetônicas específicas.

Já Krier, segundo Harvey (2004, p.70), critica o planejamento urbano modernista devido ao seu zoneamento monofuncional, fazendo com que pessoas tenham que se deslocar através de artérias artificiais, sendo assim “antiecológico”. Krier, então, propõe

uma cidade em que as distâncias sejam menores, formando verdadeiras “cidades dentro de uma cidade”⁴³”.

Esse modernismo, criticado por Krier, tornou-se uma constante na organização urbana do pós-guerra. Nele, pretendia-se a racionalização do espaço, entretanto, esta não necessariamente determinaria o modo pelo qual o indivíduo iria se comportar na cidade, embora pretendesse isto. Esta é a tese defendida por Raban, em *Soft City*, livro de 1974, segundo a qual a cidade tem uma complexidade muito maior para ser disciplinada desta forma. Sendo assim, podemos pensar que sobre a aparente rigidez da cidade haveria uma flexibilidade. Partindo desta hipótese teríamos a “convivência” simultânea da “máquina de morar” e do “loft”, não sendo negada a existência de um na presença do outro⁴⁴.

Segundo RABAN (*apud* Harvey, 2004, p.17) na cidade as pessoas têm uma maior possibilidade, uma maior liberdade de ser o que desejam ser pois, ao contrário dos povoados e pequenos municípios, as cidades, por natureza, são plásticas. Elas são moldadas por nós segundo a imagem que fazemos de nós mesmos, e, por outro lado, elas nos moldam ao oferecerem resistência à nossa ação. Isto só reforça a ideia de Santos (2006) sobre o espaço geográfico, quando diz, como vimos, que este é ativo e passivo simultaneamente.

Essa plasticidade, essa possibilidade de representar distintos papéis, essa maleabilidade, essas diversas alternativas presentes na cidade são demonstradas por Raban nas fotografias que Cindy Sherman faz de si mesma. Nelas, a artista se apresenta de diversas maneiras — a aparência muda. O que há de fascinante é constatar que a mulher fotografada é unicamente a própria artista (**Figura 25**) (HARVEY, 2004, p.18).

⁴³ Vale ressaltar que embora a ideia de cidades dentro da cidade seja a mesma entre Ebenezer Howard e Krier, a forma é diferente.

⁴⁴ Podemos aqui retornar ao exemplo acima dado por GOMES (2006, p.37) em que dentro de um prédio com uma mesma planta os móveis podem ser organizados de diferentes maneiras. Se pensarmos na materialidade do apartamento teremos um espaço físico rígido, com paredes de alvenaria separando os ambientes, mas dentro de cada ambiente haverá uma flexibilidade para a composição dos móveis que farão parte deste ambiente.

Figura 25 - Fotografias que a artista Cindy Sherman fez de si mesma



Fonte: Harvey, David. A condição pós moderna, 2004, p.20

Tal forma de perceber a cidade, como o faz Raban, se contrapõe àquilo que desejavam alguns dos modernistas, e pode ser vista, embora não afirmada, como associadas aos ideais pós-modernos, se seguirmos os editores da revista de Arquitetura PRECIS 6. Para eles o pós-modernismo é uma reação à monotonia do modernismo universal (HARVEY, 2004, p.19):

“ ‘Geralmente percebido como positivista, tecnocêntrico e racionalista, o modernismo universal tem sido identificado com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais, e com a padronização do conhecimento e da produção’. O pós-moderno, em contraste, privilegia ‘a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural’. A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou (para usar um termo favorito) ‘totalizantes’ são o marco do pensamento pós-moderno”.

Portoghesi, por exemplo, busca novos instrumentos, novas premissas metodológicas que o ajudem a compreender a complexa realidade que vimos observando. O autor aponta 4 (quatro) princípios: O primeiro instrumento dele é de que não se deve atribuir a uma pessoa o monopólio da cultura com o risco de que os privilégios acabem por ser mantidos. O segundo é a constatação de uma produção coletiva. O terceiro é a importância das transformações do conjunto sobre as partes, sobre a arquitetura, por exemplo. O quarto é que o universo da máquina, da organização rigidamente disciplinada, embora permaneça com uma importância em nossa sociedade, não pode dar conta da realidade total.

7.5. Breve ponderação

Segundo Montaner o que se pode extrair a partir dos textos e dos experimentos da arquitetura do Movimento Moderno é que o espaço era entendido de forma científica, matemática, mensurável. Já na arquitetura posterior, na qual se inclui Giedeon, vai falar-se mais em “lugar” do que em “espaço”. Utiliza-se o termo “lugar” para enaltecer os valores simbólicos e culturais, o caráter do lugar, as referências históricas, etc. Heidegger também vai defender a ideia de lugar, ao invés do espaço. Durante a conferência “Construir, habitar, pensar”, de 1951, o filósofo realça a ideia de lugar, buscando a superação do espaço matemático e abstrato⁴⁵. Na arquitetura associada aos ideais pós-modernos valoriza-se a capacidade comunicativa, a fachada, a imagem que o edifício oferece. Esta arquitetura se transforma em pura mensagem de imagens (MONTANER, 2001, p.166). Em relação à arquitetura pós-moderna afirma Montaner (2001, p.165):

“Trata-se de uma arquitetura hedonista, que se desenvolve na fachada, na epiderme, na ornamentação, na maquiagem, naquilo que é captado pela vista e que permite transmitir o máximo de sensações e referência. Isso está na base dos mecanismos compositivos e formais que são constantes na mais radical arquitetura pós-moderna: a elaboração de formas abertas com o máximo desenvolvimento cenográfico de fachada; o recurso da estética do ‘object trouvé’ ou ‘ready made’; um método compositivo baseado na ‘collage’; com ênfase na textura e policromia da pele, buscando uma percepção gratificante; o estabelecimento de itinerários perceptivos; a utilização direta de elementos do passado e a recorrência ao simbólico frente ao utilitário”.

⁴⁵ Segundo o texto crucial de Heidegger, *Construir, habitar, pensar* (1951), “os espaços recebem sua essência não do espaço e sim do lugar /.../ os espaços onde se desenvolve a vida são antes de tudo lugares” (MONTANER, 2001, p.40)

PARTE VI

8. DEBATENDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Antes de entrarmos em no Programa Rio-Cidade, devemos apresentar primeiramente o Planejamento Estratégico e seus princípios, já que estes servem para a elaboração do Programa Rio-Cidade. Além disto, é preciso, também, apresentar antes o caso de Barcelona, uma vez que este tipo de Planejamento já havia sido realizado. Vejamos agora, então, o Planejamento Estratégico.

Nos anos 1980 e 1990 desenvolveu-se um novo tipo de planejamento denominado Planejamento Estratégico. Este planejamento, segundo afirmam Borja e Castells (1997, p.218), é regido por 3 (três) princípios: *“a) la definición de objetivos urbanos a partir de las dinámicas em curso; b) la dialéctica permanente entre objetivos-proyectos-impactos; c) la concertación de actores públicos y privados em todas las fases del proceso de elaboración y ejecución.* Ainda segundo estes mesmos autores (1997, p.211): *“El planeamiento estratégico es una forma de conducción del cambio basada em um análisis participativo de situación y de su posible evolución y em la definición de uma estrategia de inversión de los escasos recursos disponibles em los puntos crítico”*

Este tipo de planejamento, denominado de Planejamento Estratégico, apresenta algumas vantagens segundo Borja e Castells. Entre elas estão: a ação num curto período de tempo (entre 2 e 5 anos desde sua aprovação); a participação da sociedade em todas as suas fases; a possibilidade de dar visibilidade à cidade, proporcionando investimentos nesta; e a colaboração entre os setores público e privado. Vale ressaltar que a participação de agentes público e privado constitui-se numa característica do Planejamento Estratégico que o distingue das demais formas de planejamento. Já, entre os riscos deste tipo de planejamento, estão, entre outros, a pouca participação da sociedade, o estabelecimento de objetivos errados ou genéricos demais e a incapacidade de impulsionar algum setor (BORJA, CASTELLS, 1997, p.211-213).

8.1. A questão da participação da sociedade

Para que haja a democracia é imprescindível, a participação social, que o Estado esteja aberto ao diálogo com a sociedade. Esta participação, portanto, depende de um Estado democrático, eficaz e honesto, e que apresente, além disso, uma administração justa, ativa e que vise melhorar o bem-estar dos cidadãos (BORJA, 1988, p.14). Sendo assim, segundo Borja e Castells (1997, p.227), para que os grandes Programas urbanos sejam eficazes, eficientes e tenham sucesso é necessário um sistema democrático que funcione bem, através da descentralização do Estado, da autonomia local e da existência de mecanismos que permitam a participação e comunicação da sociedade. Ainda segundo Borja (1988, p.22) a descentralização é um elemento facilitador da participação.

A questão da participação da sociedade nos processos políticos e na transformação da cidade existe enquanto vontade, porém, a sua existência prática e efetiva depende do sistema político, que por vezes não permite sua manifestação ou não a estimula. Como afirma Borja (1988, p.15): “*A maior ou menor participação é antes um problema do Estado e de seu governo que da sociedade*”. Essa participação se configura como um encontro entre duas esferas: a) instituições representativas, partidos e administração; e b) movimentos e organizações. O objetivo que se tem com a participação é tornar mais direto, próximo e cotidiano o contato entre os cidadãos e as diversas instituições do Estado, a fim de que estas considerem as opiniões antes de tomarem decisões. Sendo assim, a participação dos cidadãos permite uma crítica a possíveis “particularismos” que existem nas instituições, administrações públicas e partidos políticos; e é também a expressão e defesa de interesses de grupos sociais ou zonas territoriais (BORJA, 1988, p.24):

“os partidos políticos são um instrumento fundamental de participação política, e as eleições constituem o momento mais importante dessa participação. Mas nem os partidos têm o monopólio da participação popular nem esta pode se reduzir às eleições. Hoje, o desenvolvimento da democracia está também estreitamente ligado ao desenvolvimento de formas e procedimentos de participação popular” (BORJA, 1988, p.19)

Outra característica do Planejamento Estratégico é que nele o caráter participativo deve contribuir para a integração entre a competitividade econômica, a sustentabilidade e a coesão social. Como afirmam Borja e Castells (1997 p.227): *“Si aceptamos que los objetivos de la política de hacer ciudad son competitividad económica, la integración social y la sostenibilidad estas dimensiones deben estar presentes, em mayor o menor grado, em todos los grandes proyectos urbanos”*.

8.2. O Planejamento Estratégico

Segundo Borja e Forn (1997, p.33), assim como grandes empresas, ou seja, dentro da lógica de competição existente nelas, as cidades, como, por exemplo, as europeias, devem ser competitivas em nível mundial. Dentro desta perspectiva SOUZA (2003, p.137) nos mostra que: *“... no mundo inteiro, a hegemonia tem sido a de uma tentativa de transposição do corporate strategic planning, surgido no meio empresarial, para o planejamento urbano e regional no setor público”*. Essas cidades devem, portanto, lutar não somente por investimentos e tecnologias, mas para serem *“sedes de organismos nacionais e internacionais, de simpósios e exposições; conseguir funções de centralidade no sistema internacional de comunicações; obter apoio político e financiamento nacional e internacional [...] para facilitar a promoção da cidade no exterior”* (BORJA; FORN, 1997, p.33). Sendo assim, os governos locais procuram vender a cidade, transformando-a numa verdadeira mercadotecnia, através de uma relação entre os setores público-privado.

Entretanto, para que se evite que as cidades sejam vendidas a preço baixo, devido à concorrência entre elas, é preciso que elas trabalhem sob bases comuns mínimas, podendo isto ser feito através de planos estratégicos macrorregionais. Cabe, portanto, no caso europeu, que a Comunidade Europeia evite que as cidades promovam uma competição entre si a qualquer preço, visto que isso ocasionaria um enfraquecimento na promoção da integração europeia e na formação de um programa europeu (BORJA; FORN, 1997, p.33 e 41). Com isso, há um paradoxo no Planejamento Estratégico na Europa, já que ele estimula a competição entre as cidades, mas ao mesmo tempo firma um “pacto” para que haja uma

união entre elas. Em outras palavras, na Europa o Planejamento Estratégico deve buscar uma união intra (dentro) do continente, e a competição inter (entre) os continentes.

Sendo assim, para que haja um desenvolvimento em toda a Europa e a construção de uma cidadania europeia é preciso promover uma cooperação entre as cidades europeias, através de uma maior comunicabilidade e solidariedade (BORJA; FORN, 1997, p.33 e 37).

“Na medida que as eurocidades tomam consciência de estar em um mesmo espaço, o europeu, tomam consciência de que muitos problemas são comuns e que um trabalho conjunto pode ajudar a resolver a priori os problemas emergentes. O desenvolvimento infra-estrutural europeu se produziu em grande escala, a integração econômica permite abordar transformações importantes em grande escala [...]” (BORJA; FORN, 1997, p.39).

Com isso, seria dever do governo local a gestão técnico-administrativa dos serviços, ao passo que o governo central seria responsável, entre outras coisas, pelo financiamento e o controle dos programas (BORJA; FORN, 1997, p.42).

“Esta dimensão europeia, de caráter normativo, programático e financeiro [...] se deve basear na harmonização legislativa e na negociação política, mas também é fundamental que sua concretude, gestão e execução sejam de competência dos governos locais, os que melhor podem avaliar a problemática específica, os que podem desenvolver uma atuação integral sobre o território e os que podem promover a cooperação público-privado e a participação da cidadania” (BORJA; FORN, 1997, p.41).

Resumidamente, o que vimos, portanto, com Borja e Forn (1997, p.46) é que os autores defendem uma política de cidade intervencionista, através de uma relação público-privada, com a privatização daqueles setores que se mostram ineficazes e pouco produtivos e uma organização “empresarial” do setor público, mas sem com isso ir contra ou em detrimento da iniciativa pública. Deve haver, para os autores, uma articulação entre os setores públicos e privados. É assim que eles falam na criação de um plano estratégico com

a participação dos cidadãos, juntamente com as administrações públicas e os agentes privados. As cidades devem enfrentar elas mesmas os seus problemas. A Comunidade Autônoma, por exemplo, supõe que a cidade seja o Estado em seu território, desaparecendo, ou reduzindo ao mínimo, a administração periférica (BORJA, 1988, p.16).

8.3. A crítica ao Planejamento Estratégico

Desde os anos 1970 já se vinha observando uma mudança no planejamento urbano, caracterizada por um empresariamento em substituição ao gerenciamento. Dentro dessa conduta a ação sobre o local ganha maior importância, uma vez que o capital financeiro internacional negocia diretamente com os poderes locais. Sendo assim, tais áreas, em busca desses capitais, querendo conquistá-los, se esforçam em criar meios atrativos para o desenvolvimento capitalista. Com isso observa-se aqui que o empresariamento urbano se não é exatamente como o Planejamento Estratégico, ao menos se assemelha ao apresentar muitas das características e princípios presentes naquele.

A cidade, portanto, tem que se apresentar, criar a ideia de que ela é um lugar inovador, excitante, criativo e em que se pode morar, passear, consumir, entre outras atividades, em total segurança e tranquilidade. Segundo SOUZA (2003, p.140) “... *o espírito geral do plano [estratégico] é indiscutivelmente mercadófilo; o documento constitui-se em uma peça de city marketing, destinada a vender uma imagem favorável do município*”.

Trabalharemos, portanto, a partir de agora, indistintamente com os termos “Planejamento Estratégico” e “empresariamento urbano” porque entendemos que o Planejamento Estratégico, assim como o empresariamento urbano, têm por ideologia, entre outras semelhanças, reforçar a ideia de identidade local, de comunidade, de um grupo coeso e unido, como modos de fortalecimento e defesa frente ao mundo hostil da alta competição e do comércio internacional (HARVEY, 1996, p.50, 54 e 58).

A característica central desse novo empresariamento, assim como do Planejamento Estratégico, é a parceria público-privada — daí porque trabalharmos com termos quase

idênticos —, onde se busca atrair financiamento externo, assim como novos investimentos diretos que gerem empregos. Como afirma SOUZA(2003, p.137-138)

“O ‘empresarialismo’ reflete, de certo modo, a assimilação, maior ou menor conforme o país e a cidade, das tendências contemporâneas de desregulamentação e diminuição da presença do Estado também no terreno do planejamento e da gestão urbanos, amiúde sugeridas pela fórmula ‘parcerias público-privadas’(private-public partnersership) [...] o fino véu ideológico caracteriza-se por buscar convencer que o favorecimento dos interesses empresariais, gerando crescimento econômico e melhorando a posição de uma dada cidade em meio à competição interurbana, traz benefícios coletivos como a geração de empregos e a maior circulação de riquezas”.

O que caracteriza esta parceira como empresarial é o seu aspecto especulativo que coloca em jogo, portanto, os riscos desse tipo de negócio. Entretanto, muitas vezes, o que ocorre é que os riscos são assumidos pelo setor público, enquanto a iniciativa privada fica com os benefícios (HARVEY, 1996, p.52-53). Um dos aspectos da conduta empresarial, como vimos anteriormente, é que ela estimula a competição entre a cidades para atrair tais investimentos, estimulando, dessa forma, que as demais cidades se ajustem à lógica do desenvolvimento capitalista (HARVEY, 1996, p.55).

“... a redução nas barreiras espaciais acirrou a competição entre localidades, estados e regiões urbanas. Dessa maneira, a administração urbana orientou-se mais no sentido de prover um ‘bom clima de negócios’ e oferecer todos os tipos de atrativos para trazer capitais para a cidade” (HARVEY, 1996, p.55).

Segundo HARVEY (1996, p.56), o empresariamento caminha em direção ao pós-modernismo na medida em que almeja afastar-se do desenho urbano moderno e do estilo de vida moderno.

“É nessa altura que podemos identificar uma conexão vital, porém subjacente, entre o crescimento do empresariamento urbano e a inclinação pós-moderna pelo desenho de fragmentos urbanos em vez do planejamento urbano, pela moda e estilo efêmeros e ecléticos em vez da procura de valores mais permanentes, pela citação e ficção em vez da invenção e função e, finalmente, pelo meio no lugar da mensagem e da imagem sobre o conteúdo” (HARVEY, 1996, p.57).

Como havíamos visto anteriormente com o próprio Harvey, um dos elementos de ruptura entre o programa urbanista pós-moderno e o moderno, entre outras coisas, é a escala de ação, já que os programas modernistas são de larga escala, ao passo que os programas pós-modernos são feitos aos pedaços, gerando formas arquitetônicas especializadas. Sendo assim, sabendo agora que empresariamento age sobre fragmentos, caminhando em direção ao pós-modernismo, com diz Harvey, seria então o Rio-Cidade (assim como o Barcelona) – já que também é um Planejamento Estratégico, do empresariamento urbano – , um Planejamento próximo da perspectiva pós-moderna? É isso que procuraremos observar adiante. Entretanto, vejamos antes o Programa Catalão, já que como dissemos anteriormente, serve de modelo para Programa Rio-Cidade.

9. O MODELO URBANÍSTICO BARCELONÊS

Escolhida em outubro de 1986 para sediar os Jogos Olímpicos de 1992, Barcelona tornou-se um exemplo de cidade bem sucedida que teve o seu desenvolvimento urbano acelerado a partir da realização de um evento. Acelerado, dissemos, porque mesmo antes dos Jogos Olímpicos, já em 1985, Barcelona, para promover a sua candidatura, fazia obras de infra-estrutura e qualificação urbana. As transformações, tanto quantitativas quanto qualitativas, pelas quais a cidade teve que passar, em função dos Jogos Olímpicos, são vistas como um sucesso a ser seguido por outras cidades do mundo, tornando-a uma referência no urbanismo mundial. O Programa Rio-Cidade foi um, dentre outros (por exemplo, Seul e Lisboa), que se espelhou nesse modelo e, partindo de um evento procurou promover este tipo planejamento denominado de planejamento estratégico.

O planejamento estratégico surge como uma alternativa para a aceleração do desenvolvimento urbano, já que o planejamento urbano tradicional não se mostrava capaz de criar uma nova dinâmica urbana ante aos processos de globalização e integração dos espaços econômicos. O discurso da crise, então, justifica este planejamento. O objetivo, como visto anteriormente, é que as cidades sejam competitivas externamente a ponto de conseguirem se inserir na economia global (DOMINGUES, 1999, p.51).

Busca-se, portanto, uma estratégia empresarial para a cidade, com o intuito de atrair investimentos e torná-la competitiva frente às outras cidades. Apoia-se, assim, numa visão global da cidade. A vantagem dessa estratégia urbana supõe-se, é que ela permite que cidades menores se posicionem competitivamente em relação às cidades hierarquicamente superiores (SOARES, 2000).

Estas alternativas tendem a reduzir a complexidade da formulação de estratégias urbanas mais abrangentes e mais ambiciosas, centrando-se na identificação e seleção de alguns poucos programas ou ações com forte impacto na cidade, grande e fácil capacidade mobilizadora de investimentos e de apoios institucionais, e que possam funcionar como motor de mudança em áreas fundamentais da vida urbana (SOARES, 2000).

Num primeiro momento a atuação se deu sobre áreas menores, como praças e parques, para depois se estender por áreas maiores, principalmente às obsoletas, permitindo um maior equilíbrio entre as regiões da cidade. No Programa da cidade de Barcelona buscou-se a revitalização não apenas do centro⁴⁶, já que em muitas cidades americanas e europeias isto resultou no surgimento de áreas marginalizadas, mas procurou-se, também, renovar as periferias do município barcelonês. A intervenção, portanto, deveria ser feita em diversas escalas e com a utilização de diversos instrumentos de planejamento. A ideia que se tinha era que o espaço público poderia induzir transformações em áreas adjacentes através de um efeito “dominó positivo” (SOARES, 2000).

A realidade construída da Barcelona compacta permitia e permite intervir na chamada escala intermediária. Essa escala é reivindicada como ponte entre as decisões programáticas e as estruturais. É a consideração da cidade por partes que permite soluções formais bem especificadas e de qualidade. É o chamado "urbanismo urbano", do Laboratório de Urbanismo de Barcelona (1984), que se caracteriza pela localização dos aspectos vinculados ao desenho em escala urbana (REVISTA DEMOCRACIA VIVA, 2004).

Como vimos, a ideia é que além de se fazer obras localizadas, ou seja, em alguns pontos específicos da cidade, escolhidos em função de sua importância no entorno, tais áreas transformadas estimulem mudanças em outras partes da cidade. Esse tipo de programa urbano surge como uma alternativa ao sistema de planos e zoneamentos, do tipo encontrado na arquitetura funcionalista (SARTOR, 1999, p.153).

As grandes intervenções urbanísticas são cada vez mais comandadas pela Estratégia da Cidade e desenvolvidas numa óptica integrada e não meramente setorial. Uma via rápida em

⁴⁶ Além de promover uma renovação política em sua área central, as vilas olímpicas construídas na cidade de Barcelona foram destinadas à classe média, divergindo, portanto, das vilas olímpicas precedentes (exceto Seul (1988), que também apresentou a mesma característica de Barcelona). Há, então, a substituição de uma política em favor das classes sociais para uma política de mercado, de interesses privados (JESUS, 2009).

Barcelona, não é apenas um programa viário, é um programa também de qualificação do espaço urbano. O programa e a construção dos “Cinturões” ou, mais emblematicamente, da Praça das Glórias, são disso exemplo (SOARES, 2000).

Borja e Forn, como vimos, se posicionam favoráveis ao planejamento estratégico já que os autores entendem que ele alavanca internacionalmente a importância da cidade, além de promover a descentralização do Estado e a autonomia local (DOMINGUES, 1999, p.50). O *status* internacional adquirido por Barcelona tornou sua imagem conhecida mundialmente e “colocou-a no mapa”. Este processo acarretou um aumento tanto dos investimentos na cidade, proporcionando um crescimento econômico, quanto no número de turistas. Entretanto, para Capel, embora tenha realmente havido uma atração de investimentos para Barcelona, os benefícios destes refletiram-se no turismo em detrimento da população local. Segundo o referido autor é preciso que haja um urbanismo de “baixo para cima”; ou seja, a partir das demandas sociais é que devem ser traçados os planos urbanísticos (AGÊNCIA FAPESP, 2007). Críticas estas feitas ao seu planejamento, a cidade de Barcelona vinha se transformando de qualquer forma.

Segundo Juan Antonio Zapatel, professor de Arquitetura da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), desde a década de 70 (setenta) do século XX, Barcelona já vinha mudando, uma vez que ela estava livre da ditadura do general Franco. A democracia permitiu um melhor aproveitamento das praças públicas, assim como a construção de estacionamentos e sinalizações.

A possibilidade de sediar os Jogos Olímpicos fez com que a cidade melhorasse o sistema de transporte de massa (metrô), a rede de esgoto, restaurasse monumentos históricos e explorasse a valorização da orla, uma vez que, anteriormente, era possível presenciar ao longo dela fábricas em desuso e um incinerador de lixo. O mar só era apreciado visualmente, sem uma utilização pública. Agora a cidade encontra-se aberta ao mar. Verifica-se, portanto, que:

Nos anos 90, Barcelona, a propósito dos Jogos Olímpicos, concretizou um conjunto de intervenções urbanísticas integradas numa política de reestruturação e requalificação

do conjunto da Cidade. O “desenvolvimento de novas centralidades” constituiu o tema urbanístico do planejamento e do programa das novas intervenções que incluíram não só novos equipamentos coletivos e novos serviços, mas também novos espaços públicos e novas infra-estruturas (SOARES, 2000).

O sucesso de um programa como esse depende, segundo Borja e Castells, de uma negociação entre os setores públicos e privados, a participação da sociedade e a vontade de mudança, ou seja, a própria cidade assumindo a sua centralidade, fazendo acordos e articulações com o Estado, a sociedade e a iniciativa privada para enfrentar os problemas e desafios presentes nela. Sendo assim, juntamente com um trabalho multidisciplinar, tem-se a participação social, que contribui com seus diferentes pontos de vista e ajuda na elaboração de um programa de renovação, por exemplo, do centro histórico de Barcelona. Esta integração entre o saber acadêmico e as pessoas afetadas pelo programa faz parte da própria proposta do programa barcelonês.

Conjuntamente, as discussões geradas pela mobilização cidadã e a demanda de participação democrática na redação do planejamento urbano questionaram também a função de urbanista como projetista da nova cidade e remodelador(a) da existente. O(a) técnico(a) se viu obrigado(a) a reconsiderar seu papel e situar-se, em certos casos, como redator(a) e planejador(a) de uma proposta que não pode remediar uma pressão reivindicativa e, em outros casos, como impulsionador(a) dessa pressão. Ficou demonstrado que não se pode prescindir do(a) usuário(a) se realmente se pretende construir uma cidade para todos(as) (REVISTA DEMOCRACIA VIVA, 2004).

Resumidamente, portanto, vimos que a cidade de Barcelona, impulsionada pela realização dos Jogos Olímpicos de 1992, visa à transformação urbanística que lhe possibilite um crescimento a ponto de torná-la uma representatividade tanto regional como global. Entretanto, mesmo tendo isto em vista, ela busca atingir sua meta sem que para isto seja necessário perder a sua identidade de uma cidade compacta, integradora, com uma diversidade funcional e de bairros. Dentre as características que contribuíram para o

desenvolvimento de Barcelona e sua progressiva importância internacional estão a importância que a cidade já apresentava no seu contexto metropolitano e regional e a representatividade da política e da cultura catalã (REVISTA DEMOCRACIA VIVA, 2004).

10. O PROGRAMA RIO-CIDADE⁴⁷

O Rio-Cidade, que é um exemplo do Planejamento Estratégico, é um programa urbanístico de intervenção na paisagem urbana realizado no Município do Rio de Janeiro e que tem início em 1993⁴⁸. Segundo o discurso oficial, que é o nosso foco – e não as realizações, obras, resultados do programa – o objetivo do programa é fortalecer determinados trechos urbanos da cidade que acabam por estruturar a sua imagem. Ao contrário de outras obras precedentes em que se faziam verdadeiras cirurgias, o Rio-Cidade almeja recuperar o espaço urbano, revitalizar o tecido urbano, melhorar esteticamente a organização deste sem que para isso seja necessário eliminar o que havia anteriormente.

No bairro do Catete, por exemplo, entre as ruas Correia Dutra e Pedro Américo, a história do bairro foi preservada, assim como nos postes de iluminação pública e no piso de pedra, ambos mantendo o estilo do início do século (**Figura 26**) (IPLAN, 1996 e IPLAN, 1995).

Figura 26 - Piso de pedra no Catete que mantém o estilo do início do século.



Fonte: IPLAN (RJ). Prefeitura Municipal/IPLANRIO. Rio-Cidade: linhas gerais do Programa urbanístico

⁴⁷ Aqui seguiremos SARTOR (1999) quando este nos apresenta a distinção entre “programa” e “projeto”. Segundo o autor (1999, p.88), enquanto o termo “Programa Rio-Cidade” é utilizado para se referir às concepções de âmbito geral, o termo “Projeto Rio-Cidade” é utilizado para abordar as intervenções pontuais, como as feitas nos bairros.

⁴⁸ Como afirmamos no início do trabalho, aqui trabalharemos com a primeira parte do Programa, que vai de 1993 até 1996, e que esteve sob a gestão do então prefeito César Maia.

O Programa Rio-Cidade surge como uma iniciativa para se reverter a desordem urbana em que a cidade se encontrava em 1992. Era preciso melhorar a qualidade de vida da cidade. A prioridade do Programa é valorizar o Bairro e resgatar a Rua, que não deve ser exclusiva dos automóveis, como queriam os modernistas funcionalistas, mas dadas ao uso, também, dos pedestres, já que ela é o lugar do encontro, o espaço público da vida cidadã. Portanto, assim como no Programa catalão, a rua não é apenas um sistema viário, mas um modo de qualificar o espaço urbano. As intervenções urbanas visam requalificar estes espaços, promovendo novas atitudes e comportamentos.

O Programa Rio-Cidade propõe que a comunidade, ao incorporar tais mudanças, comece a exigí-las também no seu Bairro, na sua Rua, na sua Praça, ou seja, podemos dizer que o Programa busca, assim como havíamos visto no Programa catalão, que haja um “efeito dominó positivo” através da assimilação do Programa por outras áreas. O objetivo deste é:

“requalificar trechos urbanos significativos em bairros selecionados, de modo a estruturar uma imagem da cidade mais humana, mais ordenada em função do interesse coletivo, mais gostosa de morar e mais bonita para se viver”
(IPLANRIO, 1995).

A recuperação e a requalificação da orla marítima da Zona Sul, que já começara no governo de Marcelo Alencar, por exemplo, reforça a imagem da cidade das praias e do lazer. A reordenação do espaço público permite um novo uso das vias de circulação que agora passa a contar com ciclovias, tornando-as uma nova área de lazer para os cariocas.

O órgão responsável pela concepção, organização e implementação do Rio-Cidade, em 1993, foi o IPLANRIO. Este órgão da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro é responsável, entre outras coisas, pela realização de estudos e Programas para o desenvolvimento da cidade.

10.1. Seleção dos Projetos

A responsabilidade sobre a elaboração dos Projetos que fazem parte do Programa não ficou com a Prefeitura. A estratégia adotada foi a de selecionar os melhores arquitetos e urbanistas, usufruindo assim de suas experiências, criatividade e inovações. Foi realizado um concurso público no qual 42 (quarenta e duas) equipes se inscreveram. Elas deveriam sugerir melhorias em determinados trechos, escolhidos livremente, podendo ser apenas um ou mais, que fizessem parte do Rio-Cidade e que foram intituladas de “corredores estruturais da imagem da cidade”. A equipe concorrente obrigatoriamente deveria ser composta por arquitetos urbanistas, sediados no Rio de Janeiro — privilegiando, assim, aqueles instalados no Estado do Rio de Janeiro —, engenheiros de tráfego, paisagistas e *designers* – que deveriam, principalmente, desenvolver propostas para o mobiliário urbano. O objetivo era formar uma equipe diversificada, garantindo, assim, a interdisciplinaridade (IPLAN, 1995 e IPLAN, 1996).

A princípio o Programa Rio-Cidade abarcava 12 (doze) bairros, que poderiam ser escolhidos livremente pelas equipes para trabalharem em cima de seus trechos. Como vimos, a seleção dos trechos teve como princípio estruturar uma imagem da cidade. Neste concurso buscou-se avaliar as propostas metodológicas. Nela os concorrentes deveriam propor uma revitalização do conceito “rua”, além da segurança e do conforto ambiental. “*As propostas metodológicas podiam contemplar intervenções físicas e procedimentos normativos, disciplinadores das atividades na área*” (IPLAN, 1995). Os seguintes aspectos deveriam ser abordados pela proposta (IPLAN, 1995, p.7):

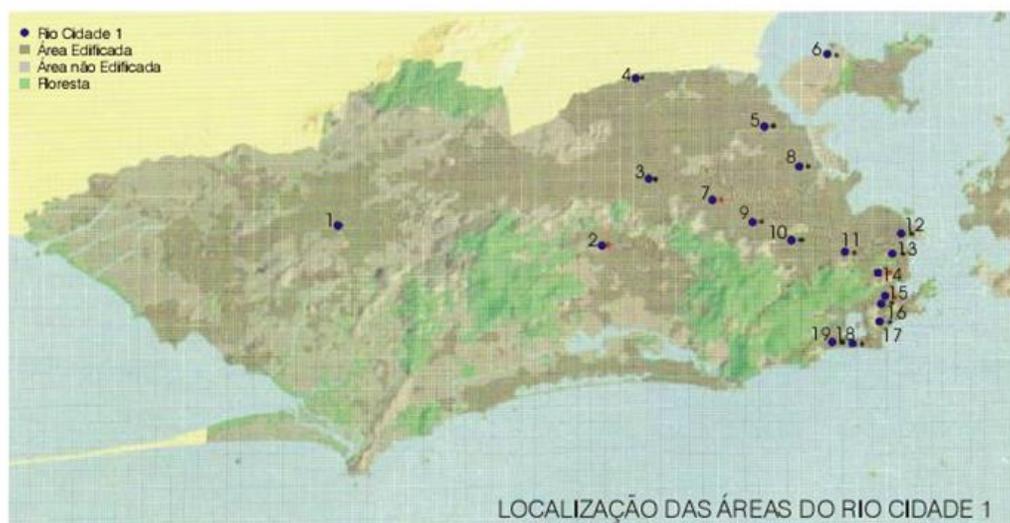
- As condições de uso pela população, sobretudo os pedestres, considerando a vocação da área e a eliminação de barreiras;
- As condições de tráfego, o transporte em geral, a pavimentação de pistas e calçadas e a sinalização;
- A iluminação de áreas públicas, tendo em vista a segurança pública e a valorização do comércio local;

- Recomendações sobre a inadequação do tipo de uso de certas edificações, visando a revitalização das áreas; e
- Recomendações sobre o funcionamento do comércio em horários noturnos e alocação do comércio ambulante.

Foram selecionadas 19 propostas e elaborado, em um único programa, os diversos tipos de intervenções, tais como: obras em ruas e calçadas, paisagismo, iluminação, mobiliário urbano, regulação do comércio, etc. Nesta segunda etapa as equipes foram alocadas em um trecho urbano. Começava-se por uma avaliação da área e em seguida deveriam ser feitas sugestões sobre as intervenções físicas e os procedimentos normativos (IPLAN,1995 e IPLAN, 1996).

No dia 8 (oito) de outubro de 1993 foi divulgado o resultado do concurso. Este se constituiu no início do processo, que na fase de implementação irá contar, assim como no modelo barcelonês, com a participação da comunidade no desenvolvimento do Programa.

Figura 27: Bairros selecionados no Programa Rio-Cidade



- | | | |
|-----------------------|------------------|---------------------------|
| 1- CAMPO GRANDE 1 | 7- AV. SUBURBANA | 14- LARANJEIRAS |
| 2- TAQUARA | 8- BONSUCESSO | 15- SÃO CLEMENTE |
| 3- MADUREIRA | 9- MÉIER | 16- VOLUNTARIOS DA PÁTRIA |
| 4- PAVUNA | 10- VILA ISABEL | 17- COPACABANA |
| 5- PENHA | 11- TIJUCA 1 | 18- IPANEMA |
| 6- ILHA DO GOVERNADOR | 12- CENTRO 1 | 19- LEBLON |
| | 13- CATETE | |

Fonte: DOMINGUES, L.C.S.M. Programa Urbano e Planejamento: O caso do Rio-Cidade, 1999, p.79.

10.2. O Programa Rio-Cidade e a Rua

O texto de introdução do livro *Rio-Cidade: o urbanismo de volta às ruas* (1996) inicia-se com duas epígrafes que demonstram opiniões divergentes sobre a rua. Daí verifica-se a importância que esta vai assumir no programa. A primeira delas é de Le Corbusier (1946) e afirma que “*abolida a tirania da rua, todas as esperanças são permitidas*”. A outra citação, que é um contraponto àquela, é de Janes Jacobs (1961) e afirma que “*a supressão das ruas, que tem por consequência a supressão de seu papel social e econômico, é a ideia mais funesta e mais destrutiva do urbanismo ortodoxo*” (IPLANRIO, 1996, p.24).

A rua é um elemento central ao observarmos o papel que lhe é atribuído na abordagem moderna (Le Corbusier) e na crítica pós-moderna (Janes Jacobs). Ela é um elemento que demonstra as divergências existentes entre duas formas de pensar a sua relação com o conjunto social. Enquanto a crítica pós-moderna valoriza-a como meio de interação, de encontro, de convívio, o urbanismo moderno funcionalista extermina-a neste sentido. Ela se torna, para este urbanismo, um meio de circulação para os automóveis. O Programa Rio-Cidade tem por objetivo realçar o caráter fundamental das ruas para o equilíbrio da vida social nas cidades, sendo necessário, para isso, trabalhar para a sua reabilitação (IPLANRIO, 1996, p.24).

Com o advento do automóvel, as ruas passaram a cumprir um papel de circulação para carros, um local de trânsito, um meio para ir da residência ao trabalho, do trabalho à residência. Sendo assim, aos poucos as ruas começam a ficar cada vez mais cheias de automóveis e esvaziadas de pessoas. O prazer de se andar pela rua foi sendo substituído pelo prazer de ficar em casa ou de frequentar lugares exclusivos como *shopping centers*. A rua virou o sinônimo do crime, da violência. Ela foi abandonada, renegada, evitada por aqueles que a podiam evitar. Logo, o lugar do prazer se transformou no lugar do medo (IPLANRIO, 1996, p.24).

O Programa Rio-Cidade visava à reconstrução de espaços públicos, como a melhoria dos padrões urbanísticos e o disciplinamento de usos e atividades, criando, também empregos, e resgatando a imagem da “cidade maravilhosa” que havia sido

deteriorada. Para tanto, o Programa tem por objetivo específico a rua e, como meta geral, devolver aos cidadãos o direito à cidade através de uma integração dos objetivos sociais, econômicos e culturais. A rua foi um tema tão importante dentro do Programa, e a volta dos cidadãos a ela, a ponto de serem feitas obras de estreitamento de pistas para alargamento das calçadas (IPLANRIO, 1996, p.24-27).

10.3. O Programa Rio-Cidade e o contexto local

O Programa Rio-Cidade – é do tipo “Planejamento Estratégico” – procura se pautar dentro da realidade conciliando o desejo com a viabilidade. Ele segue, portanto, 2 (dois) dos princípios apontados anteriormente por Borja e Castells de regimento deste tipo de planejamento. As obras devem provocar nas pessoas mudanças de comportamento diante da desordem urbana, num processo de contágio que ocasionaria uma multiplicação de ações, de agentes sociais sobre o tecido urbano. Essa estratégia resultou da falta de recursos financeiros e gerenciais para se agir sobre o todo, por isso a busca de ações localizadas. O intuito era que tais ações promovessem mudanças nas suas franjas, no entorno, através de uma parceria entre Governo e a sociedade civil (IPLANRIO, 1996, p.25).

Uma outra característica do Programa Rio-Cidade vem da peculiaridade da cidade do Rio de Janeiro. Uma vez que vários bairros da cidade começaram a nascer a partir do entorno da malha viária, o Programa Rio-Cidade opta por realizar as obras nestes corredores viários. Objetiva-se assim reforçar a identidade dos bairros, promovendo a auto-estima e o sentido de enraizamento das comunidades locais; consequentemente, as soluções encontradas para cada bairro devem estar em conformidade com a singularidade e a “personalidade” deste. Têm-se assim que problemas que eram comuns a toda a cidade, tais como, tráfego, ocupação desordenada, pavimentações danificadas, etc., eram tratados diferentemente, segundo cada caso. Resumidamente, para problemas que eram comuns a vários bairros não havia apenas uma única solução igual para todos, mas eram apresentadas diferentes formas de solucioná-los (IPLANRIO, 1996, p.25).

O Programa almeja, com isso, a melhoria na qualidade de vida e a volta das pessoas às ruas, que foram restituídas de seu caráter público. Era reestabelecida na cidade o direito

ao exercício da cidadania, motivando, com isso, a participação daqueles que eram beneficiados. A cidade se embeleza, “ganha, novamente, vida”. Para que o programa tivesse êxito foi imprescindível a participação do público, discussões com a comunidade (síndicos, associações de moradores e comerciantes). Esta característica, a participação da sociedade, é apontada por Borja e Castells como uma dentre outras vantagens do Planejamento Estratégico (IPLANRIO, 1996, p.25).

É importante aqui lembrarmos o que dissemos anteriormente: não é de nosso interesse saber se realmente houve uma discussão pública, mas sim, partir do discurso oficial, do que ele pretendia, e não do que ele efetivamente fez e realizou. É importante frisarmos isso porque há autores, como o próprio SARTOR (1999), entre outros, que demonstram que a participação da população foi restrita a poucos lugares e de forma insatisfatória.

10.4. A cidade se transforma

Balizado pelo princípio da mudança o Programa almeja transformar a cidade através da ação em determinados setores como calçada, sistema viário, mobiliário urbano, paisagismo, iluminação, reorganização do comércio, comunicação visual, acessibilidade.

Em relação à calçada, a ideia era de que o pedestre pudesse voltar a utilizá-la, circular livremente nela. Texturas e cores diferenciadas foram adotadas com o objetivo de organizar os fluxos e os usos: circulação, comércio, lazer e serviços. O espaço urbano precisava ser ordenado, daí a necessidade de se arrumar as calçadas, melhorar as informações e pintar a faixa de pedestres para travessias. O comércio ambulante, em alguns projetos, teria um espaço reservado, descongestionando as calçadas que viviam abarrotadas deles e acabavam tumultuando a vida do bairro. No que tange ao sistema viário, ele seria racionalizado. Nele estariam englobados estacionamentos, cruzamentos, sinalização, circulação de pedestres, paradas de ônibus, tráfego de veículos de serviço (IPLAN, 1995 e IPLAN, 1996).

Assim como a casa possui móveis, a cidade também os possui – são os chamados mobiliários urbanos. Fazem parte dele os abrigos de ônibus, os coletores de lixo, os postes, os telefones públicos, entre outros equipamentos de serviços. No Programa Rio-Cidade é valorizada a diferenciação das peças, ou seja, sua diversidade, seus vários tipos, o que permite uma gama enorme de combinações. O poste multiuso (**Figura 28**), por exemplo, permite que em uma única estrutura esteja presente uma iluminação com dois focos (sendo um voltado para via e outro para o passeio) e que placas de sinalização sejam colocadas nele.

Figura 28 - Poste multiuso que permite que em uma única estrutura esteja presente uma iluminação com dois focos, sendo um voltado para via e outro para o passeio.



Fonte: IPLAN (RJ). Prefeitura Municipal/IPLANRIO. Rio-Cidade: linhas gerais do Programa urbanístico

No paisagismo, a transformação se deu nas praças, que receberam mais árvores e tiveram suas áreas de convivência ampliadas. Além dessas obras, que podem ser apreciadas facilmente, outras obras foram executadas, tais como limpeza e ampliação da rede de drenagem, correções nas ligações clandestinas de rede de esgoto, novas linhas subterrâneas de energia e telefonia (IPLAN, 1995 e IPLAN, 1996).

10.5. O Planejamento Estratégico e o Programa Rio-Cidade

O Programa Rio-Cidade faz parte daquelas grandes intervenções urbanísticas realizadas na cidade, tais como o aterramento e a abertura dos túneis. Entretanto, diferentemente das intervenções precedentes – algumas delas baseadas nos princípios da arquitetura moderna, que tinham como foco o automóvel, já que este vinha se transformando num dos principais meios de transporte – o Programa Rio-Cidade tem por prioridade o pedestre, o cidadão. A primeira fase do Programa, que é com a qual estamos trabalhando, abarcou, como vimos, 19 bairros. O prefeito da cidade na época, César Maia, ao analisar o Programa, descreveu-o como um retorno da ação do poder público; ou seja, a Prefeitura assumindo a sua responsabilidade de cuidar do que é público.

O Programa Rio-Cidade tinha por meta restaurar a ordem urbana frente à desordem, reordenar o espaço urbano e devolver as calçadas aos pedestres. O discurso da crise, como vimos anteriormente, é um dos elementos que justificam o Planejamento Estratégico, uma vez que o planejamento urbano tradicional não se mostraria capaz de criar uma dinâmica urbana. As intervenções urbanísticas devem ocorrer imediatamente, promovidas em um curto espaço de tempo, sendo esta – e reforçamos aqui mais uma vez o que já foi dito – uma das vantagens apontadas por Borja e Castells no Planejamento Estratégico. É importante que os espaços urbanos sejam requalificados gerando uma imagem positiva da cidade (IPLAN, 1996). Esta característica, de dar visibilidade à cidade com o intuito de se conseguir investimentos, constitui, como também apontam Borja e Castells, em outra das vantagens deste tipo planejamento.

Em outras palavras, segundo o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, estava instaurado um tal estado de desordem urbana, que era bastante difícil reverter o quadro de decadência econômica e social em que se encontrava a cidade. Visando mudar tal situação, é elaborado um plano estratégico denominado Rio-Cidade, que tem por objetivos a criação de empregos, o resgate da imagem pública carioca, a elevação da auto-estima do cidadão e a devolução dos espaços públicos àqueles de direito.

Para o secretário de urbanismo na ocasião, Luiz Paulo Fernandez Conde, o Programa Rio-Cidade é a oportunidade de colocar em prática o conhecimento acadêmico.

Por um lado, como já havia ocorrido no Programa catalão, almeja-se a democratização das decisões sobre os Programas e obras públicas através da participação da comunidade, como vimos com Borja e Castells. Para que sejam eficazes, e tenham sucesso, os grandes Programas urbanos dependem de um sistema democrático que permita a participação da sociedade. Objetiva-se assim, como vimos com Borja, tornar mais próximo o contato entre os cidadãos e as diversas instituições do Estado, com o intuito de estas considerarem as opiniões antes de tomarem decisões. Por outro lado, busca-se uma política urbanística que valorize o local, o desenho, a imagem e a cultura urbana.

10.6. Uma análise do Programa Rio-Cidade

Vimos que a cidade do Rio de Janeiro passou por enormes transformações urbanísticas, por planos de dimensões extraordinárias. Um exemplo disto são as enormes demolições e a abertura de longas avenidas durante a gestão do Prefeito Pereira Passos.

Ao contrário de outras obras precedentes em que se faziam verdadeiras cirurgias, o Rio-Cidade almeja recuperar o espaço urbano, revitalizar o tecido urbano, melhorar esteticamente a organização deste sem que para isso seja necessário eliminar o que havia anteriormente. Como vimos com Blake, a arquitetura pós-moderna também se caracteriza por não destruir o que havia anteriormente. O que poderia nos fazer pensar, se seguirmos o autor, que o Programa Rio-Cidade se inspira em ideias associadas ao pós-moderno.

Um outro aspecto do Programa Rio-Cidade, e que diverge da concepção dos planos precedentes, é que, ao partir da realidade já existente, ele tem por meta compreender sua lógica, seu funcionamento e somente então elaborar propostas de mudanças. Neste sentido o Programa Rio-Cidade já se aproxima do Planejamento Estratégico uma vez que esta forma de agir se configura no primeiro dos três princípios identificados por Borja e Castells como característicos do Planejamento Estratégico.

Uma outra característica dos novos planos para as cidades, e que diverge dos planos de Le Corbusier e dos arquitetos funcionalistas modernos, é que esta nova arquitetura, como vimos com Sartor (1999), se configura numa alternativa ao sistema de planos e

zoneamento propostos pelos arquitetos funcionalistas, não seguindo, portanto, os princípios que faziam parte do dogma moderno e estavam estabelecidos na Carta de Atenas. Isto, aliás, é o que propõe Blake em sua quinta alternativa a esse dogma. Sendo assim, pode-se compreender o Programa Rio-Cidade associado às ideias da crítica pós-moderna. Os comportamentos, nesses novos Programas não buscam ser guiados, induzidos da mesma forma que propunha a arquitetura moderna funcionalista. Ao analisarmos e compararmos o espaço proposto por ambas às arquiteturas percebemos como a flexibilidade, ou ao menos a não determinação dos usos, é maior nos planos atuais, como no Programa Rio-Cidade.

Uma outra característica que vimos no Programa Rio-Cidade e que, na verdade, faz parte do Planejamento Estratégico – o que só reforça a ideia de que o Rio-Cidade é um tipo de Planejamento Estratégico – é que ele tem o diferencial de trabalhar, segundo o discurso oficial, ao lado daqueles que usufruem da cidade, numa parceria entre governo, moradores e outros atores. O cidadão, aquele que será diretamente afetado, portanto, deve ser consultado, já que ele é a melhor pessoa para falar sobre a sua realidade, suas necessidades, seus desejos e anseios. Por isso, além de ver os Programas e assistir às palestras dos arquitetos, a comunidade local participaria do Programa Rio-Cidade através de debates e fazendo sugestões (IPLAN, 1995 e IPLAN, 1996).

O Rio-Cidade constitui-se assim num plano de cidade feito com a participação dos moradores, comerciantes, associações, etc., ou seja, com a participação da sociedade. O sujeito é, portanto, ao mesmo tempo, agente e objeto da intervenção. Dando continuidade a essa “parceira”, após o início das obras foram colocados nos bairros postos de atendimento onde a população poderia obter informações sobre o Programa (**Figura 29**) (IPLAN, 1995 e IPLAN, 1996).

Figura 29 - Postos de atendimento colocados nos bairros que permitiam a população obter informações sobre o Programa



Fonte: IPLAN (RJ). Prefeitura Municipal/IPLANRIO. Rio Cidade: linhas gerais do Programa urbanístico

É interessante observar neste momento a questão da participação da comunidade. Como vimos anteriormente, a arquitetura moderna funcionalista, da qual Le Corbusier fazia parte, se desenvolveu valorizando os intelectuais na transformação da cidade ao invés da participação da sociedade. Esta característica, a participação da comunidade, é um dos princípios que Portoghesi identifica na arquitetura pós-moderna e já era reivindicado, na década de 60 (sessenta), por alguns arquitetos como Christopher Alexander e Turner.

Para Le Corbusier a arquitetura era função de especialista; supõe-se então, que mais uma vez este Programa rompe com os princípios da arquitetura moderna. Porém, aqui é preciso fazer uma ressalva, pois Le Corbusier, já em 1930, no plano Obus, incluiu a participação dos usuários. Sendo assim, a participação destes, como queriam muitos arquitetos que criticavam a arquitetura moderna, já estava presente no Movimento Moderno — que é muito mais amplo e diversificado que o Estilo Internacional, a arquitetura funcionalista, racionalista, como nos mostrou Montaner (2001). Portanto, afirmar a partir desta característica do Programa Rio-Cidade que ele corresponde a um Programa pós-moderno seria imprudente da nossa parte. Se a participação não é a regra na arquitetura moderna, ela também não se constitui numa característica exclusiva da pós-modernidade.

Uma outra característica do Programa Rio-Cidade é que junto a grandes obras, como a Linha Amarela, ele propõe que sejam feitas obras pontuais, em alguns bairros, visando à melhoria na circulação para o pedestre, num ambiente mais agradável. Estes bairros seriam escolhidos em função de sua importância e sua influência sobre áreas adjacentes, tendo por objetivo a disseminação, nessas áreas próximas, do modelo de espaço público adotado pelo bairro principal, que se exerceria, portanto, como uma nova centralidade (IPLAN, 1995 e IPLAN, 1996). Sendo assim, o Programa Rio-Cidade poderia ser incluído nos programas urbanísticos pós-modernos se formos seguir Harvey, uma vez que o referido autor diz que aquilo que difere os programas urbanísticos modernos dos programas urbanísticos pós-modernos é a escala da ação. Enquanto aqueles agem sobre grandes extensões, estes agem sobre fragmentos.

Ao fazer obras pontuais o Programa objetiva, também, uma redução de custos para se adequar à realidade existente. Portanto, ao contrário de outros planos, este evitava:

“o idealismo e a abstração, a megalomania e as soluções totalizantes, a falta de sintonia com as forças vivas da sociedade e as proposições politicamente inviáveis, as rupturas traumáticas, as grandes ‘cirurgias’ e os altos custos sociais do ‘passar a borracha’ sobre o existente para a construção do novo” (IPLANRIO, 1996, p.25)

Há nesta citação um outro ponto a se ressaltar no Programa Rio-Cidade que o difere das propostas da arquitetura moderna funcionalista da qual fazia parte Le Corbusier. Nesta ocorria o processo de “passar a borracha” sobre o já existente, ao passo que no Programa Rio-Cidade procura-se trabalhar no sentido de transformar o que já existe. Sendo assim, este Programa, num certo sentido, reafirma a arquitetura de Rossi, ao manter a forma e mudar a função.

Outro ponto fundamental do Programa são os “corredores”. Eles se constituem numa marca da cidade. Cada “corredor” tem sua singularidade, devido, entre outros fatores, à própria estrutura física da cidade à época em que eles foram construídos, e aos símbolos adotados. É por isto que o “corredor” “Catete-Laranjeiras-Cosme Velho” se distingue do

“corredor” “Copacabana-Ipanema-Leblon”, que por sua vez também se diferencia do corredor “São Cristóvão- Méier-Madureira-Cascadura”.

É na singularidade que cada corredor deve ser valorizado, numa nova relação entre indivíduo e cidade. Por isso, cada um tem o seu papel nesta transformação da cidade, seja o comércio, com o embelezamento de letreiros e vitrines, seja o cidadão, melhorando a fachada da casa e não sujando a rua.

Outro aspecto do Programa Rio-Cidade é que nele a particularidade, a diversidade é valorizada assim como na moradia “loft”. Sendo assim, como no “loft”, onde cada ambiente tem a personalidade do indivíduo, o mesmo também ocorre no Programa Rio-Cidade, porém agora em relação aos bairros. Além disso, no mobiliário urbano é valorizada a diversidade das peças, como vimos anteriormente. Até a diversidade de funções ganha destaque dentro do Programa como no poste multiuso, que serve, como vimos também, tanto para a iluminação como para suporte para as placas de sinalização.

Ainda sobre a particularidade do lugar no Programa Rio-Cidade é preciso destacar que nele cada lugar é valorizado. E é exatamente este conceito geográfico — o de lugar — que realça a característica da particularidade, da diferença. Portanto, ao utilizarmos o conceito de lugar na análise da cidade, buscamos apreender dela aquilo que a difere de um outro espaço da cidade, que o distingue dos demais. Cada “corredor” da cidade vai buscar exatamente ser um lugar nessa cidade, mas sem esquecer que faz parte do restante da cidade. Em outras palavras, este conceito reforça aquilo que Massey, Santos e Z.Mlinar já haviam dito. O lugar não é exatamente igual à cidade, mas não é totalmente diferente, constituindo-se como um meio termo entre essas duas escalas: a cidade e aquela localidade.

A partir do exposto, pode-se talvez concluir que o Programa Rio-Cidade se baseia muito mais em princípios de inspiração pós-moderna do que moderna. Se associarmos inteiramente o “loft” aos ideais pós-modernos, conseqüentemente concluiremos que o Programa Rio-Cidade também é filiado aos princípios pós-modernos. Porém, é preciso lembrar que uma das principais características do “loft”, além da refuncionalização, é a planta livre, que possibilita a flexibilidade do espaço. Por outro lado, como vimos, essa ideia já estava presente em projetos modernos, como a *Ville Radieuse* e a Unidade de Marselha, ambos de Le Corbusier. Além disso, vimos que o Movimento Moderno não é

uniforme, e que dentro da diversidade de vertentes presentes nele se destacou a arquitetura funcionalista.

Blake propõe, na segunda de suas oito alternativas ao dogma moderno, a permanência do que já existe na cidade, o que não deixa de ser, de certa forma, a valorização da tradição na arquitetura. Portoghesi segue esta mesma linha ao afirmar que a arquitetura pós-moderna não nega a tradição. No Programa Rio-Cidade isto foi feito no bairro do Catete, com a preservação da história e da tradição no piso e na iluminação públicos.

A verdade é que a tradição, que tanto reivindicam os pós-modernos como uma alternativa à arquitetura racionalista, não se constitui num fato novo, mas num retorno àquilo que já existia, mas não teve tanta evidência. É preciso sempre realçar que o Movimento Moderno não é a arquitetura funcionalista de Le Corbusier, o Estilo Internacional, o racionalismo; ele é mais amplo e diversificado que isso. Além disso, o plano para Moscou de Le Corbusier, embora se diga que fazia tábula rasa da cidade, propunha a permanência do Kremlin, da Praça Vermelha, do Teatro Bolshoi, do Mausoléu de Lênin e, ressaltamos isso aqui, de algumas igrejas históricas.

Da mesma forma a relação existente entre as construções e os lugares onde elas eram realizadas não pode servir como um exemplo de inspiração pós-moderna uma vez que Frank Lloyd Wright considerava a topografia, o aspecto físico, natural, embora não o cultural.

De fato, alguns elementos que hoje estão presentes não estavam durante a arquitetura moderna, a exemplo da ação em pequenas porções e a participação social — feita a exceção ao Plano Obus, de Le Corbusier. Entretanto, isto não faz do Programa Rio-Cidade um Programa pós-moderno, uma vez que: a) ele ainda mantém aspectos da arquitetura moderna, como o ordenamento do espaço, mesmo que em escala menor, condicionando os sujeitos através de intervenções urbanísticas, sinalizações, faixas, etc. Até porque as intervenções, ao requalificarem os espaços, promovem novas atitudes e comportamentos, como, aliás, anseia o Programa; b) retoma características já presentes na arquitetura moderna como a participação e a tradição; c) não rompe com o poder absoluto da razão, como propõem os pós-modernos; d) como a proposta do Programa não é dividir a

cidade em zonas, como a arquitetura funcionalista moderna propunha, o fato de haver um multiuso dos espaços como praças, praias, ruas, etc., não se constitui num fato pós-moderno dentro do Programa, já que a *Ville Radieuse* e a Unidade de Marselha, ambos projetos de Le Corbuiser, já propunham isso.

Com isso queremos afirmar que se o Programa Rio-Cidade ao tentar, por algum viés, combater o racionalismo moderno, ele está apenas repetindo aquilo que já foi feito dentro da modernidade, mas que não teve tanta evidência como outros princípios. Como demonstraram Gomes (2006) e Montaner (2001), a modernidade não é marcada única e exclusivamente pela razão. Quem sabe possamos dizer que o Programa Rio-Cidade interpreta a modernidade livremente, utilizando alguns de seus princípios sem estar preso e se filiar unicamente a eles?

CONCLUSÃO

Nesse momento temos por objetivo retomar alguns pontos do trabalho e responder à nossa questão central. Ao longo da dissertação foi demonstrado que é possível utilizar princípios pensados para o espaço doméstico na análise da cidade, desde que sejam adotados os princípios na análise desta e não a busca dos mesmos objetos da casa na cidade. Isso justifica o cuidado que tivemos na mudança da escala, que implica uma mudança nos objetos a serem analisados, porém não nos princípios. Dito isso, é preciso lembrar que a analogia não é um fim em si mesmo em nosso trabalho, mas sim um meio. Em outras palavras, já vimos que ela é possível, mas isso não basta.

Tendo em vista a questão central da dissertação: Como é possível analisar a cidade a partir dos princípios do espaço doméstico? Em outras palavras, quais princípios do espaço doméstico permitem que se analise os projetos urbanísticos da cidade? Acreditamos que ao analisar a cidade sob dois pontos de vista – a de uma “cidade máquina” e a de uma “cidade *loft*” –, observamos que a setorização, na qual cada ambiente adquire uma função específica, está presente tanto no ambiente doméstico da “máquina de morar” como nos planos das cidades concebidos a partir dos princípios da arquitetura moderna funcionalista. Em outros termos, assim como há a setorização do espaço doméstico, verifica-se também a setorização da cidade em zonas. Outra correspondência encontrada entre a cidade moderna e a “máquina de morar” é que ambas buscaram mimetizar a racionalidade da produção industrial. Sendo assim, da mesma forma que o espaço urbano deveria se organizar como fábrica, a casa funcionaria também como fábrica, inclusive no que diz respeito à otimização do tempo nas tarefas domésticas.

Mais uma relação que é possível ser encontrada entre este tipo de moradia e a cidade é que na cidade moderna há a existência de áreas que possuem elementos idênticos, como as casas, já que estas são produzidas em série. Porém, essa produção também ocorre no interior do espaço doméstico, uma vez que os objetos deveriam ser produzidos em série. Como afirmara Le Corbusier, a particularidade deve ser abolida tanto na casa como na cidade, só assim é possível uma produção em massa e, conseqüentemente, uma redução nos custos produtivos. Essas semelhanças não são uma coincidência, já que para Le Corbusier

não há diferenças entre o arquiteto e o urbanista. Como afirma Montaner (2001), a habitação e a cidade não são coisas separadas para Le Corbusier, prova disso é a *Ville Radieuse*. Tudo isso comprova, portanto, uma possível relação entre os princípios da “máquina de morar” e a cidade moderna funcionalista.

Em relação aos “lofts” e os Programas urbanos atuais, como o Rio-Cidade, essa relação também é possível, sendo um exemplo disso a não divisão da cidade em zonas. Portanto, assim como os “lofts” não têm como meta a funcionalidade, as cidades atuais não são separadas em áreas segundo suas funções. Como afirma Montaner (2001, p.77):

“[...] esta crise dos critérios racionalistas de segregação, divisão e zonificação não só se exprime na realidade das cidades senão que se manifesta em todo tipo de arquitetura, desde os escritórios – nos que predomina um espaço flexível equipado com módulos de trabalho -, passando pelo território dos museus e dos edifícios-massa que concentram uma grande variedade de funções culturais e de lazer, até o próprio espaço doméstico” (grifos nossos)

Seguindo Montaner (2001), há uma mudança que não se restringe a casa, mas ocorre também na cidade. Um dos princípios do “loft” é o multiuso que esse permite de um mesmo espaço. O mesmo pode ocorrer hoje em dia na cidade. Esta pode comportar, ao longo de um único dia, diversas funções num mesmo espaço. Uma praça, por exemplo, pode de manhã ser utilizada para uma feira de frutas e peixes, à tarde como local de lazer, à noite como local de moradia para mendigos. Da mesma forma para algumas pessoas desta cidade um mesmo espaço dela, como calçadas e praças, pode funcionar como local de trabalho durante o dia e moradia à noite. Essa relação de uso de um mesmo espaço como local de moradia e trabalho, aliás, é um dos princípios do “loft” e que inclusive o difere da moradia mínima, que tem por meta o exclusivo uso residencial.

Uma outra correspondência que é possível ser encontrada entre o “loft” e a cidade proposta pelo Planejamento Estratégico, como o caso de Barcelona e Rio de Janeiro, é o princípio da refuncionalização. Esta tem por objetivo não alterar substancialmente a estrutura física cidade, mas dar um novo uso àquele espaço da cidade. No Programa Rio-Cidade, por exemplo, busca-se refuncionalizar, com ações pontuais, os espaços

previamente existentes e não destruí-los. Nele, portanto, se desenha a cidade sem mudar significativamente a sua forma.

Essas diferentes formas de arranjo espacial (“cidade máquina” e “cidade *loft*”), do modo de organizar a cidade, vão estimular e guiar diferentes comportamentos. Portanto, o meio geográfico, o suporte físico, ao ser transformado em uma determinada forma, cria, estimula determinados usos e ações, que podem ser mais ou menos flexível. Somente uma análise espacial que contemple e considere os objetos, as formas, e os sujeitos, as ações, como propõe Santos (1996), pode compreender essa dinâmica espacial. Damatta (1991) e Gomes (2006) demonstraram como os espaços são construídos para determinados usos, mas nada impede que transgressões sejam feitas. Entretanto, se compararmos a “máquina de morar” e a cidade proposta pela arquitetura moderna funcionalista, com o “*loft*” e os Programas atuais como o Rio-Cidade, veremos que neste último a flexibilidade é maior, pois um objeto não é visto apenas a partir de sua funcionalidade como desejava Le Corbusier, sendo um exemplo recente disso as vacas que foram colocadas nas calçadas da cidade do Rio de Janeiro. Não há um propósito funcional nesses objetos a não ser despertar o pedestre para o imponderável, ou seja, aquilo que ele não esperava encontrar no caminho. O significado dessas obras é livre, assim como o uso não está estabelecido. Essas intervenções urbanísticas são temporárias, portanto, flexíveis. O espaço está constantemente sendo recriado.

Uma outra relação que pode ser estabelecida entre os “*lofts*” e a cidade atual é que, ao contrário das cidades propostas por Le Corbusier, a diversidade de estilos é valorizada. A cidade se transforma num mosaico em que diferentes elementos convivem simultaneamente. Um exemplo disso é a diversidade que se busca fazer em cada “corredor” do Programa Rio-Cidade. Se Le Corbusier em grande parte dos seus projetos nega a participação da sociedade, no Programa Rio-Cidade isso é estimulado, já que cada cidadão tem o seu papel na transformação da cidade. Da mesma forma que podemos organizar as nossas casas segundo nossos gostos, podemos mudar a fachada delas segundo nossas vontades. Surge daí uma possibilidade de pluralidade enorme. Se Vance (1999) havia dito que há tantos “*lofts*” quanto estilos de “*lofts*”, poderíamos dizer que há tantas cidades quanto estilos de cidades nós quisermos ter.

Embora se possa inferir que na “máquina de morar” é possível a cada indivíduo particularizar a casa, os usos e suas necessidades eram vistos dentro de uma tipologia geral, como um indivíduo-tipo, como afirma Le Corbusier. Portanto, a diversidade de estilos, de gostos pessoais não era considerada.

Há mais um princípio do “*loft*” que pode encontrar correspondência na cidade. Ao analisarmos o Programa Rio-Cidade, por exemplo, podemos supor que a não divisão da cidade em zonas estimula o convívio social. Isto porque se refletirmos sobre a diferença que a rua tem nos Programas dos arquitetos modernos funcionalistas e os Programas como o Rio-Cidade, perceberemos que em oposição à rua proposta por Le Corbuiser, para quem esta é um sistema viário para os automóveis, os novos Programas querem levar o cidadão de volta às ruas, já que ela é o lugar do encontro. Assim como ocorre na cidade, no “*loft*” a não setorização do espaço elimina a privacidade que, por conseguinte, estimula o convívio social e o encontro.

Vimos assim como princípios presentes no espaço doméstico podem nos ajudar na análise da cidade. É claro que temos que ter cuidado nessa analogia /alegoria, mas nada impede que façamos esse esforço. Tentamos mostrar como isso pode ser feito, dando indicações, aplicações e apresentado exemplos e esperamos que tenhamos sido bem sucedidos.

Referências bibliográficas

ABRAHÃO, Sérgio Luís. *A morte da rua corredor In: Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2006 (4ª edição).

BAUDRILLARD, Jean. *A brancura operacional In: A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos*. São Paulo: Papirus, 1990.

BORGES, J. L. *Do rigor na ciência*. In: O fazedor. Tradução Josely Vianna Baptista. São Paulo: Globo, 1999. p. 247 (Coleção Obras Completas, II).

BORJA, Jordi. *A participação cidadina*. Espaço & Debates, São Paulo, n.24, p. 14-25, 1988.

_____; FORN, Manuel de. *Políticas da Europa e dos estados para as cidades*. In: Espaço & Debates, São Paulo, n. 39, p. 32-47, 1996.

_____; CASTELLS, Manuel. *Planos Estratégicos y Proyetos Metropolitanos*. Cadernos IPPUR/ UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1/ 2 , p. 207-232, jan. /dez. 1997.

CALVINO, Ítalo. *Cidade Contínuas in: As cidade invisíveis*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CASTRO, Iná. Elias de. *O problema da escala In: Geografia: conceitos e temas*, organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 (10ª edição)

CHOAY, Françoise. *Urbanismo: utopias e realidade*. São Paulo: Perspectivo, 1979.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994

CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço: um conceito-chave da Geografia In: Geografia: conceitos e temas*, organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 (10ª edição)

_____. *O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica In: Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORREIA, Telma de Bastos. *A máquina de morar In: A casa: do abrigo à máquina de morar*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1999.

- DAMATTA, Roberto da. *A casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- DESCARTES, René. “Discurso do método”. In: *Discurso do método; Meditações ; Objeções e respostas ; As paixões da alma ; Cartas*. São Paulo : Abril Cultural, 1973. (Col. Os Pensadores 15).
- DOMINGUES, Luís Carlos Soares Madeira. *Programa Urbano e Planejamento: O caso do Rio Cidade*. Dissertação de Mestrado, IPPUR-UFRJ, 1999.
- DOSTOIEVSKI, Fiódor. *Memórias do subsolo*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- DRUCK, Maria da Graça. *Sobre o fordismo In: Terceirização: (des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 40-99p.
- DUARTE, Fábio. Subcapítulos: “Construções do Espaço”, “Arquitetura”: “Matriz Espacial na Arquitetura Moderna” e “Crise e Pós-Modernidade”. In: *Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura*. São Paulo: Perspectivas, 2002. 48-65p. e 143-157p.
- FERRARA, Lucrecia D’Alessio. *Arquiteturas do espaço In: Design em espaços*, São Paulo: Edições Rosari, 2002.
- FERREIRA, Alvaro Henrique de Souza. “Deslocações, desativações e redistribuições no espaço urbano carioca: os agentes em ação”. In: *A emergência do teletrabalho e as novas territorialidades na cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo, 2003. p.113-116.
- FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GHIRARDO, Diane. *IBA (Internationale Bauausstellung), Berlim*. In: *Arquitetura contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GIDDENS, A. *Introdução In: As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia fin-de-siècle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões In: Explorações geográficas: percursos no fim do Século*, organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (2ª edição)
- _____. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006
- _____. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 (6ª edição).

_____. *A cidade em imagens, imagens da cidade: Os espaços públicos como cenários da urbanidade* (s/d)

HAESBAERT, Rogério. *Pós-modernidade, “Desencaixe”, Compressão Espaço-tempo e Geometrias do Poder In: O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. Espaço & Debates, São Paulo, n. 39, p. 48-64, 1996.

_____. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2004 (13ª edição)

IPLAN (RJ). Prefeitura Municipal/IPLANRIO. *Rio Cidade: um percurso*. Rio de Janeiro, maio. 1995 (mimeo)

_____. Prefeitura Municipal/IPLANRIO. *Rio Cidade: linhas gerais do Programa urbanístico*. Rio de Janeiro, 1996.

_____. Prefeitura Municipal/IPLANRIO. *Rio Cidade: o urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

KAFKA, Franz. *A metamorfose*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LACOSTE, Yves. *O escamoteamento de um problema capital: a diferenciação dos níveis de análise espacial*. In: Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papyrus, 1988. 73-93p.

LARANGEIRA, Sonia M. G. *Fordismo e Pós-Fordismo In: Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*, organizado por Antonio David Cattani, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 89-94p.

LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. *A Carta de Atenas*. São Paulo: HUCITED: EDUSP, 1993.

_____. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 (2ª edição).

MASSEY, Doreen. *Um sentido global de lugar*. In: Arantes, O. (org.) *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.

MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*. Barcelona, ES: Gustavo Gili, 2001.

_____. *A modernidade superada*. Barcelona, ES: Gustavo Gili, 2001.

- MOREIRA, Ruy. *As categorias espaciais da construção geográfica da sociedade In: Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PARK, Robert Ezra. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano In: O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987 (4ª edição)
- PORTOGHESI, Paolo. *Capítulos: I,II,IV,V,VI In: Depois da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1982
- SANTOS, Milton. *Paisagem e Espaço In: Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- _____. *Da sociedade à paisagem: o significado do espaço do homem In: Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: EDUSP, 2004. 53-63p.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2006 (4ª edição)
- _____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: EDUSP, 2008. (6ª edição)
- SARTOR, Carlos Eduardo. *Imagem da cidade, cidade da imagem :uma análise sobre o modelo de intervenção urbana do Rio Cidade*. Dissertação de Mestrado, IPPUR-UFRJ, 1999.
- SOARES, Luis Jorge Bruno. Texto publicado na revista “Sociedade e Território” nº 31/32, Dezembro 2000
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- VANCE, Peggy. *Introduction In: “loft”*. UK: Ward Lock, 1999. 6-9p.
- WIRTH, Louis. *O urbanismo como modo de vida. In: O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987 (4ª edição)

Referências eletrônicas

Carta de Atenas

http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1933.pdf (acessado em: 14/03/2010)

Desenvolvimento urbano em Barcelona: conflito de vizinhança e consenso midiático

artigo publicado na revista DEMOCRACIA VIVA, nr. 20, fev/mar-2004 – Ibase

Site: http://flacso.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=813&Itemid=47 (acessado em: 14/03/2010)

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. *A cidade e os grandes eventos olímpicos: uma geografia para quem?* Site: http://www.arq.ufsc.br/arq5661/trabalhos_2005-2/olimpiadas/index_arquivos/Page863.htm (acessado em: 14/03/2010)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)